



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

JAMILE RUTHES BERNARDES

**USO DA TERRA POR DESCENDENTES DE JAPONESES:
ESTUDO DE CASO COM AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE
ASSAÍ -PR**

Londrina
2009

JAMILE RUTHES BERNARDES

**USO DA TERRA POR DESCENDENTES DE JAPONESES:
ESTUDO DE CASO COM AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE
ASSAÍ –PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

Londrina
2009

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B522u Bernardes, Jamile Ruthes.

Uso da terra por descendentes de japoneses : estudo de caso com agricultores do município de Assaí-PR / Jamile Ruthes Bernardes. – Londrina, 2009. 158 f. : il.

Orientador: Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente.

Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2009.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Solo – Uso – Paraná – Teses. 3. Solo adequado para agricultura – Paraná – Teses. I. Huertas Calvente, Maria del Carmen Matilde. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento. III. Título.

CDU 911.3::631

JAMILE RUTHES BERNARDES

**USO DA TERRA POR DESCENDENTES DE JAPONESES:
ESTUDO DE CASO COM AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE
ASSAÍ –PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Maria del Carmem Matilde Huertas Calvente –
DGEO
Universidade Estadual de Londrina

Ideni Terezinha Antonello – DGEO
Universidade Estadual de Londrina

Léa Francesconi – DGEO
Universidade de São Paulo

Londrina, 25 de maio de 2009.

*Pai, mãe, My e Leopoldo:
sem vocês meu trabalho não teria sido possível.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao grupo de professores do DGEO, UEL, secretárias e colaboradores, pois a oportunidade conquistada de estudar mais esta etapa nesse departamento foi essencial para minha vida. Neste lugar, tive liberdade para conversar com professores, amigos e funcionários e, assim, resolver minhas dúvidas e dificuldades.

Agradeço em especial à minha orientadora: Maria del Carmem, que sempre me passou tranquilidade, competência, atenção e carinho ao longo de todo o processo de trabalho. Obrigada às professoras Ruth e Ideni, que sempre estiveram prontas para me ajudar e me orientar nos momentos de dúvida.

À professora Kumagae meus sinceros agradecimentos pelo apoio que me dedicou nos trabalhos de campo em Assaí, por me apresentar a pessoas que foram fundamentais em minha pesquisa, tais como o Sr. Kairo Koguishi e o Sr. Mario Hirakuri. Obrigada!

Agradeço aos agricultores entrevistados em Assaí, que se mostraram prontos a me ajudar, fornecendo-me informações claras e muito valiosas para que este trabalho pudesse acontecer. Ao Valter da EMATER de Assaí, muito obrigada!

Agradeço a todos os meus amigos, tanto os da graduação como os do mestrado e também as “meninas de Cambé”: Aline, Janaína (teacher), Pâmela, Leiliane, Ana, Lílian, Karina, Mika, Camila, Samara, Celina. Agradeço, em especial, ao Bernardo, Fernanda, Tatiana, Míriam, Stéfano, Luiz, Érica e Alini, participantes do projeto TERNOPAR – UEL. Agradeço ao Jorge, meu companheiro de trabalho, que me substituiu sempre que precisei, devido às atividades do mestrado.

Por fim, agradeço minha família, por estar sempre a meu lado, me apoiando, me ouvindo quando necessário, me incentivando a fazer o melhor. Obrigada por tudo! Sem vocês, este trabalho não teria sido feito com tanta atenção, carinho e dedicação.

“Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra a propícia estação
E fecundar o chão”

(Milton Nascimento/Chico Buarque de Hollanda)

BERNARDES, Jamile Ruthes. **Uso da terra por descendentes de japoneses:** estudo de caso com agricultores do município de Assaí –PR. 2009. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Este trabalho teve como sujeitos de pesquisa agricultores japoneses e descendentes de japoneses do município de Assaí–PR, no intuito de se verificar como ocorre o uso da terra pelos mesmos, analisando se há uso diferenciado de técnicas para plantio, tratos culturais eficientes, correto manejo do solo, para perceber se com esse tipo de ações há um melhor uso da terra, ou seja, um melhor aproveitamento em relação a espaços de plantio, verificando também quais os tipos de culturas que estes agricultores têm plantado em seus estabelecimentos agropecuários, em comparação com o panorama geral do uso da terra no estado do Paraná. O objetivo de analisar dados, tanto da agricultura paranaense como da assaiense, foi proposto para que se pudesse verificar como Assaí está inserida no contexto da agricultura do estado. Foram realizadas entrevistas com 33 agricultores do município, para que se verificassem os objetivos acima descritos. Foram realizados trabalhos de campo no município, tanto em uma exposição agrícola, EXPOASA, como em alguns estabelecimentos agropecuários. Também foi feita uma entrevista com o técnico da EMATER Assaí, com o propósito de se obter dados quanto ao panorama geral da atividade agrícola realizada pelos agricultores, no município. O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo que o primeiro trata do uso da terra e das relações que ocorrem nos espaços de produção; o segundo faz uma abordagem sobre a tradição e cultura dos japoneses, imigração e ocupação das terras norte-paranaenses; o terceiro contém os dados da pesquisa, expostos por meio de gráficos, tabelas e trechos das entrevistas, o que possibilita que se compreenda a realidade dos entrevistados e as conclusões do presente estudo.

Palavras-chave: Uso da terra. Técnicas. Japoneses. Tradição. Cultura.

BERNARDES, Jamile Ruthes. **Use of the earth by Japanese descendants: case study with farmers from Assaí –PR.** 2009. 158p. Dissertation (Master's degree in Geography, Environment and Development) – State University of Londrina, Londrina, 2009.

ABSTRACT

The present study had as target group Japanese farmers and descendants from Assaí – PR, with the intention of verifying how is the use of the earth by them, analyzing if there are different uses of techniques during the planting, efficient care with crops, right use of the soil, to notice if with these actions there are best advantage about the spaces of crops also verifying wich kinds of crops that these farmers have been planted in their agricultural establishments, in comparison with the general use of the earth in Paraná. The objective in analyzing information of the paranaense agriculture as well as of the assaiense has been proposed to verify how Assaí is in context of states agriculture. Interviews with 33 farmers from Assaí have been made to verify the objectives described above. There have been performed field studies, in particular in an agricultural exposition, EXPOASA, as well as in some agricultural establishments. In addition, an interview with a technician from Assaí EMATER has been made to the purpose of getting information about the general scenery of the agricultural activity executed by farmers in Assaí. This job is structured into three chapters. The first one treats about the use of the earth and the relations that happen in production spaces; the second presents a boarding about Japanese tradition and culture, immigration and north paranaense earth's occupation; the third consists of the research data arranged in graphics, tables and parts of the interviews, in an effort to comprehend the interviewer's reality and the conclusion of this study.

Keywords: Use of the earth. Techniques. Japanese. Tradition. Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Grandes Regiões Brasileiras – 1999	29
Figura 02 – Índice de Gini mostrando a desigualdade de renda no Paraná no ano de 2000.....	42
Figura 03 – Associação dos Agricultores Amigos da Seção Cabiúna	56
Figura 04 – Escola japonesa (desativada) localizada na seção Cabiúna	59
Figura 05 – Cartaz da Empresa Internacional de Ação Social, no Japão, dizendo: “Vamos toda a família para a América do Sul. Ajudamos pessoas a migrar para o Brasil”	67
Figura 06 – Enxerto de uma espécie de abacate em um tronco base.....	71
Figura 07 – Japoneses recém-chegados ao Brasil, aguardando seu destino na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo (1908)	76
Figura 08 – Imigrantes japoneses trabalhando na lavoura de café	80
Figura 09 – Mapa do estado do Paraná: Mesorregiões	93
Figura 10 – Mapa de uso do solo Paraná 1950	93
Figura 11 – Mapa de uso do solo do Paraná ano 2001	94
Figura 12 – Localização do município de Assaí – Pr e suas divisas municipais.....	98
Figura 13 – EXPOASA 2008. Amostras de produtos agrícolas	103
Figura 14 – Seção de cítricos, EXPOASA 2008	103
Figura 15 – Seção cereais e hortaliças. EXPOASA, 2008.....	104
Figura 16 – Seção raízes. EXPOASA, 2008.....	104
Figura 17 – Seção produtos caseiros. EXPOASA, 2008	105
Figura 18 – Amostra de algodão cultivado em Assaí. EXPOASA, 2008.....	105
Figura 19 – Tecnologia presente em estabelecimento agrícola, na seção Jangada, em Assaí – PR	108
Figura 20 – Tecnologia para colher grãos, na seção Jangada, em Assaí – PR.....	109
Figura 21 – Campo de soja cultivado com auxílio de tecnologia, na seção Jangada em Assaí – PR	109
Figura 22 – Modelo de irrigação para pomares, na seção Cabiúna, em Assai – PR.....	110

Figura 23 – Poda da parreira em um estabelecimento agropecuário, na seção Cabiúna, em Assaí – PR.....	111
Figura 24 – Mudanças de bananeiras cultivadas em estabelecimento agrícola, na seção Cabiúna, em Assaí – PR.....	111
Figura 25 – Graviola cultivada em um estabelecimento agrícola, na seção Cabiúna, em Assaí – PR	119
Figura 26 – Plantação de palmito pupunha, na seção Palmital, em Assaí – PR.....	121
Figura 27 – Viticultura, na seção Cabiúna, em Assaí – PR	122
Figura 28 – Em primeiro plano, plantação de Algodão e, em segundo plano, campos de trigo. Seção Palmital – Assaí – PR	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Participação dos estados na produção de soja no Brasil.....	37
Gráfico 02 – Estabelecimentos Paranaenses segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995.....	41
Gráfico 03 – Quantidade de imigrantes japoneses que entraram no Brasil de 1908 a 1986.....	74
Gráfico 04 – Produção paranaense de algodão e café nos anos de 1980/2007.....	90
Gráfico 05 – Área colhida no Paraná de algodão e café nos anos de 1980 e 2007.....	91
Gráfico 06 – Quantidade de entrevistados por seção.....	107
Gráfico 07 – Culturas existentes nas propriedades quando da aquisição dos lotes.....	117
Gráfico 08 – Culturas plantadas nas propriedades dos entrevistados atualmente.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –Estabelecimentos por grupo de área total, segundo as grandes regiões e estados – Brasil	30
Tabela 02 –Estabelecimentos por grupo de área total, segundo as grandes regiões e estados – Brasil	31
Tabela 03 –Estabelecimentos por grupo de área total, segundo as grandes regiões e estados – Brasil	34
Tabela 04 –Estabelecimentos por grupo de área total, segundo as grandes regiões e estados – Brasil	35
Tabela 05 –Quantidade de estabelecimento por grupo de área (1996)	44
Tabela 06 –Estrangeiros e percentual no total de estrangeiros, por ano censitário, segundo os países de nascimento	73
Tabela 07 –Área, produção e produtividade dos principais produtos agrícolas do Paraná - 1980-2007	89
Tabela 08 –População rural, urbana e total de Assaí nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.....	99
Tabela 09 –Aquisição dos estabelecimentos dos entrevistados.....	113
Tabela 10 –Ano de chegada da família dos entrevistados a Assai – PR	115
Tabela 11 –Lavoura permanente em Assaí no ano de 2006	120
Tabela 12 –Lavoura temporária em Assaí no ano de 2006.....	120
Tabela 13 –Atividades diferenciadas que os entrevistados desenvolvem ou pretendem desenvolver em seus estabelecimentos agropecuários	125
Tabela 14 –Opinião do entrevistado sobre trabalhar a terra	128
Tabela 15 –Opinião dos entrevistados sobre a seguinte questão: há diferenças no modo de olhar, perceber e cultivar a terra, entre os descendentes de japoneses e os não-descendentes?	131
Tabela 16 –Valorização da terra para o entrevistado	133
Tabela 17 –Pessoal ocupado no trabalho nos estabelecimentos dos agricultores entrevistados	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	18
1 A QUESTÃO DO USO DA TERRA	19
1.1 CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, RENDA DA TERRA E MÃO-DE-OBRA RURAL: UMA BREVE CONCEITUAÇÃO	27
CAPÍTULO 2	47
2 IMIGRAÇÃO JAPONESA: UM SÉCULO DE HISTÓRIA NO BRASIL	48
2.1 JAPONÊSES E DESCENDENTES: AFETIVIDADE COM A TERRA, QUESTÃO DE TRADIÇÃO?	48
2.2 EDUCAÇÃO: CONCRETIZAÇÃO DE PROJETOS E SONHOS	57
2.3 O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE JAPONESA	60
2.4 IMIGRAÇÃO, MIGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA TERRA	62
2.5 IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL	71
2.6 IMIGRAÇÃO JAPONESA NO NORTE DO PARANÁ: USO E OCUPAÇÃO DA TERRA.....	82
2.7 ANÁLISE DO USO DO SOLO PARANAENSE: ÊNFASE NO NORTE DO PARANÁ.....	87
CAPÍTULO 3	96
3 ESTUDO DE CASO: USO DA TERRA POR IMIGRANTES JAPONÊSES E DESCENDENTES NO MUNICÍPIO DE ASSAÍ – PR	97
3.1 MUNICÍPIO DE ASSAÍ: HISTÓRICO, LOCALIZAÇÃO E DEMOGRAFIA	97
3.2 EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA REGIONAL DE ASSAÍ: ESPAÇO PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES AGRÍCOLAS.....	102
3.3 PESQUISA COM AGRICULTORES DE ASSAÍ: REVELAÇÕES DO PASSADO E DO PRESENTE SOBRE EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO NO CAMPO	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
BIBLIOGRAFIA	144
ANEXOS	153

ANEXO 1.....	154
ANEXO 2.....	155
ANEXO 3.....	156

INTRODUÇÃO

Fato comum em muitos países do mundo, as migrações refletem o grau de satisfação ou insatisfação das pessoas em relação aos lugares. Os motivos, entre muitos outros possíveis responsáveis por tais movimentos da população, podem ser questões religiosas, financeiras ou familiares. No Brasil, a miscigenação da população é prova de que muitos povos de diversas etnias, culturas e tradições compartilham a mesma sociedade, ou seja, a sociedade brasileira. Um dos povos presentes neste país é o japonês, que por ser oriundo do oriente possui cultura e tradição diferente da ocidental, o que caracteriza algumas diferenças notáveis, como a fisionomia (traços orientais), por exemplo, os templos dedicados ao Budismo – que possuem arquitetura muito peculiar –, o bom desempenho da mão de obra japonesa na agricultura – como na olericultura –, entre outras peculiaridades.

Ao tomar a cultura como objeto de discussão, convém ressaltar que esse termo é inerente a todas as pessoas. Pois o termo *cultura* é considerado, neste trabalho, num sentido amplo, empregado para designar rituais, tradição, língua, usos e costumes de um povo, o que pode variar de lugar para lugar, já que esses fatores são dinâmicos. Para o Brasil, o imigrante japonês trouxe – desde as primeiras levas, no ano de 1908, até os que aqui chegam ainda nos dias de hoje – sua cultura, seu modo de vida, seus rituais e valores. Estes, a partir de então, foram sendo apresentados aos brasileiros, passando por adequações, sendo transformados pela convivência entre os imigrantes japoneses e os não-descendentes desse povo. Essa permeação se mostra muito interessante, pois hoje em dia percebe-se, em eventos, feiras, teatros, espetáculos, entre outros, que muitas vezes há interesse por parte da população local não-descendente, principalmente nos estados do Paraná e São Paulo, em conhecer e – por que não? – utilizar parte dos costumes nipônicos no dia a dia.

Presentes em maior quantidade nos estados de São Paulo e Paraná, os japoneses foram inicialmente inseridos nas fazendas de café para que auxiliassem nos tratos culturais e na colheita do produto. O regime de colonato, como ficou conhecido, segundo Martins (1979), pautava-se na contratação do colono (imigrante) e sua família para que trabalhassem nos moldes de empreitada. Os fazendeiros, na ânsia de atrair os imigrantes, ofereciam-lhes o direito de utilizar

as terras para culturas de subsistência, onde o cultivo de milho e feijão era feito entre as leiras de café.

Os imigrantes não recebiam quase nada como pagamento, pois o patrão cobrava gastos, como as despesas de viagem do imigrante e sua família, compras no armazém das fazendas, entre outros, fazendo com que ao fim de cada colheita o imigrante não conseguisse receber o que esperava, pelo trabalho empregado na lavoura. Martins (1979) escreve que os patrões quase não pagavam em dinheiro a seus colonos, a fim de comprometê-los ainda mais, tanto com eles próprios como com a propriedade. Portanto, o colonato não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, visto que pelo trabalho do colono havia: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional à quantidade de café colhido e a produção de alimentos para subsistência, os quais poderiam ser comercializados, caso fossem excedentes ao consumo familiar.

O motivo da vinda dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil deve-se ao fato de que, da mesma forma que o campo brasileiro passou por períodos de crise e também de intensa modernização, o que resultou em altos índices de êxodo rural, o campo japonês também passou por problemas, os quais são apontados por Sakurai (2007) como: revoltas dos camponeses contra o pagamento de impostos em dinheiro; liberdade para comprar e vender terras, mas com a possibilidade de pagamento somente em dinheiro – o que dificultava a situação para os pequenos camponeses que pagavam em arroz –; a importação de arroz da Coreia e de Taiwan, que provocou queda nos preços desse produto no Japão, atingindo diretamente os pequenos camponeses, entre outros problemas. Muitas pessoas foram expropriadas das terras ou mesmo não conseguiram se manter no mercado produtivo, pois este demandava investimentos que não estavam ao alcance dos mais desfavorecidos economicamente.

A promessa de que em terras brasileiras a vida poderia ser refeita estimulou a imigração japonesa para o Brasil. Hoje, os japoneses e descendentes de japoneses formam uma população de, aproximadamente, 1.500.000 pessoas, no território brasileiro (SEYFERTH, 2008, s.p).

O uso da terra no Brasil apresenta-se de maneira diferenciada de região para região. Além de haver muitas terras improdutivas, a porção disponível ao plantio nem sempre é utilizada como deveria, ou seja: com técnicas funcionais de manejo do solo, com o plantio de culturas necessárias ao mercado interno, não se

pensando somente na exportação de grãos – como muitas vezes ocorre –, mas também em manter o pequeno produtor rural ativo no campo, mediante o plantio de culturas diversificadas, tanto para subsistência como para venda do excedente.

No caso das monoculturas, como soja, milho, trigo, cana de açúcar, grandes áreas lhes têm sido dedicadas, principalmente por produtores que possuem capital para investir, os quais têm acesso aos implementos, insumos e financiamentos necessários à produção em larga escala. Aos produtores que possuem menos capital para investir, a alternativa de inserir, em seus lotes, vários tipos de cultura, conforme mencionado, é interessante, pois, em várias épocas do ano, podem disponibilizar ao mercado, a preços razoáveis, algum tipo de produto, diferentemente do que acontece quando todos plantam as mesmas culturas e a oferecem, no mesmo período, ao mercado, o que aumenta a oferta e faz com que os preços baixem.

Partindo desse viés, o presente trabalho tem por objetivo verificar como a comunidade de japoneses e seus descendentes agricultores aproveitam o espaço rural de Assaí (PR), utilizando-se de técnicas e experiência provenientes de seu país de origem, das quais algumas já passaram por um processo de fusão com técnicas brasileiras e/ou foram desenvolvidas por eles aqui no Brasil, em alguns tipos de cultura e atividades relacionadas ao uso da terra.

A proposta de trabalhar com a comunidade japonesa surgiu de indagações sobre como a mesma utiliza a terra disponível em suas propriedades, principalmente por ser oriunda de um país onde a terra é tão escassa. Havia a curiosidade de saber sobre as técnicas agrícolas aprendidas no Japão: se tinham sido trazidas para o Brasil e se estavam sendo utilizadas nos sítios, bem como se a tradição e a cultura também se encontravam intimamente ligadas ao fato de que muitos japoneses são famosos por sua habilidade em trabalhar com culturas hortifruti, de flores etc.. Ou seja: se essa habilidade foi trazida do país de origem e utilizada, como conhecimento, para a produção agrícola nacional. Também foram realizadas abordagens sobre o uso da terra paranaense, especificamente a do município de Assaí, no intuito de verificar que tipos de culturas vêm sendo mais desenvolvidas. As conclusões aí obtidas foram cruzadas com os dados resultantes das entrevistas com os agricultores.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro oferece informações relacionadas ao uso da terra, ou seja: que tipo de relações ocorrem,

num espaço de produção, entre quem investe, quem é dono da terra, quais as possibilidades de negociação entre patrão e meeiro, parceiro, empregado, mão de obra familiar e também mão de obra contratada, mostrando que há produtores capitalistas, bem como os que produzem somente com o auxílio da família; análise da opção de plantio, de agricultores por *commodities* ou policulturas, entre outros assuntos relacionados ao uso da terra.

O segundo capítulo é dedicado à tradição e à cultura dos japoneses, oferecendo um suporte para análise dos dados coletados nos trabalhos de campo realizados com alguns agricultores do município de Assaí – PR. Foram ressaltados temas como educação, dedicação, relacionamento entre agricultores nas associações de cada seção¹. Trata, ainda, da imigração japonesa para o Brasil, ou seja, do processo histórico de vinda dos nipônicos, desde 1908: de como foram recebidos, para onde foram enviados, e que promessas lhes foram feitas pelo governo japonês, para incentivá-los a vir. Nesse capítulo inicia-se, também, a discussão sobre a ocupação do norte do Paraná, que dará suporte ao último capítulo, que trata do estudo de caso com 33 agricultores do município de Assaí–PR. Os dados da pesquisa estão expostos, no último capítulo, por meio de gráficos e tabelas, análise dos mesmos, seguidas pelas considerações finais.

¹ No município de Assaí, a atual área rural está dividida em seções, a saber: Água Azul, Paineirinha, Figueira, Guarucaia, Cerro Leão, Maracatu, Bálsamo, Café Forte, Saltinho, Água branca, Peroba, Roseira, Palmital, Jangada, Cebolão, Paineira e Cabiúna. No anexo 2, estão dispostas as seções, conforme divisão da Fazenda Três Barras, no ano de 1942.

CAPÍTULO 1

1 A QUESTÃO DO USO DA TERRA

A expressão *uso da terra*, segundo o IBGE (2006a), pode ser utilizada nas seguintes áreas: áreas antrópicas não-agrícolas (áreas urbanizadas, industriais, comerciais, redes de comunicação e áreas de extração mineral); áreas antrópicas agrícolas (todas as terras cultivadas, as terras em descanso e também os alagados); áreas de vegetação natural (florestas espontâneas, originais etc.); e, por fim, as águas onde se analisam os cursos d'água e canais, os lagos, as represas, entre outros. A definição exata das áreas antrópicas agrícolas está apresentada a seguir:

No sentido amplo, a terra agrícola pode ser definida como terra utilizada para a produção de alimentos, fibras e outras *commodities* do agronegócio. Inclui todas as terras cultivadas, caracterizadas pelo delineamento de áreas cultivadas ou em descanso, podendo também compreender áreas alagadas. Podem se constituir em zonas agrícolas heterogêneas ou representar extensas áreas de "plantations". Encontram-se inseridas nesta categoria as lavouras temporárias, lavouras permanentes, pastagens plantadas e silvicultura. (IBGE, 2006a, p.27)

Foi a partir do viés das atividades antrópicas agrícolas que este trabalho se desenvolveu, buscando analisar o uso da terra e o aproveitamento de uma determinada área rural (pelos descendentes de japoneses do município de Assaí-PR), bem como verificar se há utilização e quais as técnicas de produção empregadas, desde a escolha do produto até a colheita do mesmo.

Parte das terras brasileiras são ocupadas por atividades produtivas, as quais modificam a característica inicial da paisagem natural, ou seja, uma área que existia com suas formas e composições naturais passa a ser modificada e trabalhada pelo homem, com a inserção de culturas, construções e outras modificações. A partir do momento em que há necessidade de expansão do espaço produtivo, no meio rural, há a constatação de que é preciso ir além da área ocupada ou redimensionar o espaço, mediante utilização de tecnologia e outros recursos. Para Santos (2005, p.48), a "[...] transformação do espaço 'natural' em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas historicamente determinadas."

A descoberta da possibilidade de utilização da terra para o plantio data de muitos milênios, sendo que antes do desenvolvimento das técnicas de plantio – como as conhecemos hoje –, os povos nômades² caçavam e aproveitavam os recursos de uma determinada área, sem cultivá-los, ou seja, utilizavam o que estava disponível na natureza. Após a verificação de como se dava o plantio, os povos puderam fixar-se, iniciando assim o processo de sedentarização, pois já não havia necessidade de migrar em busca de alimentos, já que os mesmos estavam sendo cultivados em locais próximos das tribos.

É possível imaginar que as primeiras técnicas de cultivo, no início de sua descoberta e utilização, foram bastante rudimentares, mas funcionavam para aquela necessidade a ser atendida (a de alimentar pequenos grupos ou tribos). Com o passar do tempo, as técnicas e atividades agrícolas foram se desenvolvendo e se aprimorando. Paralelamente, também foi aumentando a população. Desse modo, pode-se dizer que as atividades agrícolas serviram de sustentáculo para o estabelecimento das cidades e também para que algumas pessoas pudessem se dedicar a outras atividades que não as agrícolas. Assim, as atividades intelectuais ganharam espaço e, junto a elas, muitas outras, naturais das cidades, as quais ainda eram totalmente dependentes do agrário, do rural, para sobreviver.

A ocupação do interior do Brasil por meio do povoamento permitiu que muitas áreas fossem tomadas e utilizadas para produção agrícola e criação de gado, entre outras atividades. Esse povoamento ocorreu principalmente, segundo Prado Júnior (2004), pela mineração: os trabalhadores seguiam continente adentro, formando núcleos de povoamento, desconexos entre si, mas que tiveram sua importância na formação de estados como Minas Gerais, por exemplo. Ainda segundo o autor, a pecuária teve grande relevância no povoamento do interior, pois a ocupação das fazendas foi ocorrendo de modo contíguo, fazendo com que existisse um núcleo e várias propriedades em volta, que dependiam direta ou indiretamente desse núcleo. Há que se considerar, também, que os núcleos mineradores muitas vezes contribuíram para o crescimento da atividade pecuária, visto que a necessidade de consumo de carne fazia com que os rebanhos seguissem para perto dos núcleos de povoamento existentes.

² Os primeiros viajantes eram povos de culturas nômades, palavra que significa em grego “pastar” (*nomas*), denotando a atividade pastoril típica desses povos que por se deslocarem não tinham casas e viviam em tendas (CARNEIRO, 2001).

A evolução do nosso povoamento se pode sintetizar em três grandes fases. A primeira, que se inaugura com a colonização e vai até fins do séc. XVII, representa o período de ocupação inicial, os primeiros passos do estabelecimento dos portugueses no território da sua colônia. O séc. XVIII abre-se com a revolução demográfica que provoca a descoberta do ouro no centro do continente: nas Minas Gerais, seguidas logo por Mato Grosso e Goiás. Em poucos decênios redistribui-se o povoamento da colônia que tomará nova estrutura e feição. [...] começa o esgotamento dos aluviões e depósitos auríferos e a decadência da mineração; ao mesmo tempo, circunstâncias várias favorecem a agricultura. [...] na segunda metade do séc. XVIII ocorrem outras circunstâncias secundárias como a decadência da pecuária no sertões do Nordeste, assolados pela seca, e o florescimento dela no Extremo-Sul da colônia. Em suma, um conjunto de fatos que vai provocar nova redistribuição do povoamento. (PRADO JUNIOR, 2004, p.71-72)

O autor lembra ainda que estados como Bahia e Pernambuco recuperam, no séc. XVIII, a importância no setor agrícola. Junto a estes, outros estados vão se fortalecendo, como o Rio de Janeiro e alguns estados do centro-sul brasileiro, como o Rio Grande do Sul – que se destacava como fornecedor de charque para outras regiões.

O que se percebe é que houve uma evolução gradual, onde cada setor econômico apresentou seu grau de importância e auxiliou no desenvolvimento dos estados brasileiros. As cidades foram se tornando cada vez mais populosas e, diante da necessidade de consumo de produtos e serviços, mostraram-se como lugares ideais para a instalação de indústrias, empregando a mão de obra disponível e permitindo que as pessoas tivessem poder de compra dos produtos industrializados, por meio de seu salário.

É pertinente lembrar que muitas atividades agrícolas não se localizavam fora das cidades, pois havia núcleos de cultivo dentro do espaço urbano. Neste sentido, Endlich (2006, p.17) assinala que a:

[...]‘desruralização’ da cidade é um fenômeno do século XIX. Até o século XIX, persiste uma certa atividade rural nas cidades, e ela é sempre suscetível de ser retomada em caso de necessidade.

No Brasil, a agricultura também fez e ainda faz parte de muitas áreas urbanas, como pode ser observado em estabelecimentos agrícolas no perímetro periurbano, ou seja, num “continuum” entre a área urbana e rural, onde sítios

próximos às cidades apresentam produção agrícola, mesmo que em pequena escala ou somente para subsistência.

Na época da colonização, a ocupação das áreas litorâneas fez com que a concentração de pessoas se mantivesse nas regiões costeiras, onde iniciou-se o processo de plantio para o abastecimento da população e também com caráter comercial, principalmente o da cana de açúcar, que exigiu razoáveis contingentes de trabalhadores. Como já foi visto, com o processo de interiorização do país a pecuária e a agricultura foram se estabelecendo em vários estados brasileiros, onde inúmeros produtos foram se configurando no campo. Para Rosa e Ferreira (2006, p. 193), as relações campo e cidade se configuraram da seguinte maneira:

Se no Brasil-colônia tínhamos uma estrutura homogênea, no sentido de que o rural é que predominava na forma de organização social – fomentando o próprio surgimento das cidades – em um segundo momento, com a industrialização, as relações se invertem e a cidade passa a fomentar o meio rural, fazendo crescer a heterogeneidade social, cultural, econômica e demográfica.

Portanto, as cidades trazem algumas consequências ao campo, como a modificação do caráter do mesmo. Um exemplo claro a ser analisado é o agricultor, que muitas vezes é visto na figura do homem mais simples, enquanto o homem da cidade é classificado como “urbano”.

Pode-se dizer que as cidades conseguiram ganhar autonomia e desenvolver novas atividades. Parte da população urbana foi empregada nas próprias oportunidades de trabalho que a cidade criou. E os agricultores, no campo, ficaram encarregados de prosseguir com as atividades agrícolas. O urbano foi se desenvolvendo, tornando-se um local onde o conforto estava presente, onde era possível participar de atividades intelectuais e de cultura erudita. Quanto ao rural, por algum tempo permaneceu atrasado em recursos, se comparado às cidades, principalmente até meados da década de 1960. Martine (1991, p.09) comprova essa ideia quando escreve que: “embora a modernização³ viesse se processando desde o pós-guerra, a tecnologia agrícola utilizada na maior parte do país ainda era bastante rudimentar até meados da década de 60.”

³ Para Santos (2004, p. 31) cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma *modernização*, isto é, a generalização de uma *inovação* vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.

Após esse período, o rural também experimentou um processo de modernização, que aliás não ocorreu homogeneamente, em todas as áreas rurais do país. Martine (1991) relata que são três as fases mais recentes de modernização: de 1965 a 1979, de 1980 a 1984 e de 1985 até os dias de hoje.

A modernização conservadora, de 1965 a 1979, compreendeu um período em que fatos importantes ocorreram, para que o Brasil avançasse no progresso técnico da agricultura, a saber: a consolidação do parque industrial, a fase ascendente do ciclo econômico – o assim chamado “milagre econômico”–, a ampliação do crédito rural, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas, entre outros.

O autor afirma, ainda, que o crédito agrícola subsidiado foi imprescindível para que se dessem os rápidos resultados de produtividade no campo, o que permitiu que proprietários mais preparados economicamente conseguissem empréstimos e se fortalecessem na produção para o mercado externo e para a agroindústria. Já os produtores que detinham menos capital não puderam investir em terras mais férteis nem em implementos agrícolas, sem outra alternativa senão trabalhar de forma tradicional, com o auxílio da família.

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão de obra, o espaço de arrendatário, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela “territorialização do capital”. (MARTINE, 1991, p.10)

O período entre 1980 e 1984 foi marcado por crise e retração. O crédito para investimentos diminuiu, mas isso não afetou significativamente a produção agrícola, que ainda se encontrava em alta, como reflexo dos consideráveis investimentos em tecnologia, na década de 1970.

Os acontecimentos de 1981-1984 foram influenciados pelos projetos de investimento concebidos nos anos 1970. A capacidade produtiva instalada amenizou os danos provenientes das restrições à importação, contribuindo para a continuidade do suprimento de

insumos básicos. Ao longo de 1984, aumenta o emprego, intensificam-se os investimentos, a produção agropecuária melhora e essa reanimação acaba alastrando-se, criando condições para, no ano seguinte, a demanda interna passar a epicentro da expansão econômica. (AVERBUG, 2005, p.05)

Martine (1991) ressalta que uns poucos produtores continuaram se valendo de outros tipos de crédito subsidiado, processo que denota seletividade dos beneficiários, nos anos de crise. Como reflexo dos problemas financeiros dessa época – falta de crédito e retração do mercado –, houve um crescimento significativo dos pequenos estabelecimentos agrícolas, principalmente nos menores que 10 hectares, onde posseiros⁴, parceiros⁵ e pequenos produtores se inseriram num processo de minifundização:

[...] os estabelecimentos de menos de 10 ha passaram de 2,6 para 3,1 milhões, o qual representa um crescimento de 18,8% a.a. A proporção da área total repartida entre esses estabelecimentos, entretanto, teve um aumento mínimo (de 2,5 para 2,6%). Isto significa que a área média ficou reduzida num autêntico processo de “minifundização”. (MARTINE, 1991, p.13)

Analisando esse período de crise e retração, é possível perceber que os proprietários que foram beneficiados com os créditos reverteram os mesmos em investimentos tecnológicos, mantendo, portanto, os níveis de produção em alta. Em contrapartida, os produtores que não conseguiram crédito – por terem menos capital para investir – buscaram sua sobrevivência nos minifúndios, ou seja, em pequenos estabelecimentos agrícolas nos quais puderam plantar algumas cultivares para a própria subsistência e a de suas famílias. Martine (op.cit., p.15) escreve que houve uma: “[...] busca de condições de sobrevivência entre as formas não-capitalistas ou menos organizadas da produção agrícola”.

O último período descrito pelo autor é o da recuperação e supersafras entre 1985 e 1989. Auxiliar na recuperação do setor agrícola do país,

⁴ “Pequeno trabalhador agrícola (familiar) que, não tendo a propriedade da terra, abre a posse em terra alheia, onde produz para sua subsistência, vendendo o excedente no mercado, a fim de adquirir as demais mercadorias de que necessita.” (OLIVEIRA, 1990, p.86)

⁵ “A parceria é uma relação de trabalho na qual o proprietário da terra e o trabalhador dividem entre si, em partes combinadas, os custos e a produção obtida.” (OLIVEIRA, 1990, p.86).

após esse período de crise, não foi tarefa fácil para o Governo. Por essa razão, nesses seis anos de pós-crise muitas medidas foram anunciadas, tais como: aumento do volume de crédito para produção agrícola, inclusive com seguro para perdas de safra; aumento do preço dos produtos da cesta básica, além da cobrança de taxas de juros reais negativos do crédito rural.

Averbug (2005) ressalta que a partir de novembro de 1985 a inflação no Brasil alcançou índices alarmantes e o governo teve dificuldades para reduzi-los. Dessa forma, no início do ano de 1986 o Plano Cruzado entrou em vigor, numa tentativa de zerar a inflação e devolver à população o poder de compra, pois a superprodução de produtos agrícolas nos anos de 1986 e 1987 necessitava de consumidores.

Martine (1991) escreve que no ano de 1987 houve uma nova recessão industrial, na qual a situação dos trabalhadores assalariados tornou-se desfavorável, no cenário nacional do consumo. Dessa forma, os estoques de produtos agrícolas, como arroz, milho e trigo, cresceram e foram disponibilizados para exportação, o que trouxe uma resposta positiva ao Brasil, por conta de uma quebra de safra na América do Norte, em virtude de condições desfavoráveis do clima. Assim, entre os anos de 1987 e 1989, o volume de negócios no setor de exportação agrícola brasileiro foi alto, totalizando bons saldos comerciais.

Como se pôde ver, nesses anos da década de 1980 muitos desequilíbrios financeiros acarretaram problemas à população, tanto urbana como rural. Nas cidades, a população sofria com os altos preços dos produtos básicos, os quais não eram compatíveis com seus ganhos salariais. No campo, com o aumento do volume de negócios e também dos créditos disponibilizados para agricultores que possuíam capital para investir na lavoura, mais uma vez os proprietários desprovidos de capital foram expropriados dos investimentos aos quais poderiam ter acesso. Com isso, a migração do campo para a cidade foi praticada em maior intensidade por esses agricultores e suas famílias, conforme Martine (1991, p.17):

A euforia de incentivos, garantias e produção intensificada deve ter esquentado o mercado de terras, fazendo com que os “minifundistas” intersticiais, os parceiros, arrendatários e posseiros tenham sido novamente obrigados a migrar em maior número.

Como foi visto, poucos proprietários, sobretudo grandes latifundiários e/ou proprietários que possuem razoáveis quantias para investimento, tiveram (e têm) acesso aos implementos que modernizaram o campo, modificando e aumentando a produção agrícola no que concerne à produtividade. Mas, em contrapartida, esses implementos resultaram em desemprego e êxodo rural aos que não conseguiram acompanhar os avanços tecnológicos. Para concluir os apontamentos sobre a modernização da agricultura, Rosa e Ferreira (2006, p.188) fazem importantes ressalvas sobre o processo pelo qual o campo brasileiro passou, principalmente na década de 1960.

Hoje, contudo, [...] não se pode deixar de situar como marco histórico importante o processo de modernização do campo, que se intensificou no Brasil a partir da década de 60 do século XX, momento em que as relações entre o meio rural e urbano tornaram-se mais intensas, tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas. Porém com a intensificação das atividades capitalistas, e com uma maior integração entre esses espaços, as articulações e os fluxos passaram a ser cada vez mais frequentes e ícones do urbano e do rural, a indústria e o trabalhador rural, respectivamente, tornaram-se presenças marcantes no campo e na cidade.

É possível perceber, diante dessa citação, que o espaço rural e o urbano não ficaram limitados às populações rural e urbana, ou seja: ocorreu a permeação dessas duas populações, propiciando algumas modificações. Por exemplo: na área rural há presença de CAI's⁶, e nas cidades (área urbana) existem espaços onde ocorrem atividades de plantio.

As causas que fomentam mudanças no espaço rural e urbano são inúmeras, desde econômicas, de infraestrutura, políticas, entre outras, e não cabe aqui ressaltá-las com afinco, já que o presente trabalho não tem este foco. Mas o que deve ser dito é que elas existem e causam, em alguns momentos, uma reorganização nestes espaços, conforme Bernardes e Antonello (2009, p.115) escrevem:

⁶ Complexos Agro-industriais. Um complexo industrial segundo Pereira (1985, p. 22) pode ser definido como “o espaço onde se encontram recompostos os elos de interligação e interdependência de algumas indústrias, cujas relações econômicas são mais significativas”. Portanto complexos agro-industriais seriam esses polos industriais ligados à agricultura podendo estabelecerem-se no espaço rural. O IBGE (2006a) complementa que um complexo industrial e comercial inclui usos industriais e comerciais da terra que ocorrem conjuntamente ou em íntima proximidade funcional.

No cenário de transformações profundas que atinge o rural e reverbera no urbano, faz emergir debates teóricos em torno das relações campo-cidade ou rural-urbano e afloram uma gama de propostas ancoradas em pressupostos teóricos-metodológicos diferentes na busca de apreender a complexidade que envolve essa relação na atualidade. Essa complexidade se apresenta como um desafio para os pesquisadores que têm como objeto de investigação o espaço rural, bem como o urbano, inseridos em um movimento de mudança que fomenta uma reorganização do espaço marcada pela transitoriedade, pois a produção e a reprodução deste não se apresentam de forma acabada e fixa, mas envoltas na mobilidade do capital e na sua espacialização efêmera.

Percebe-se, portanto, que o espaço não se encontra acabado, ou seja, está em constante transformação, tanto no urbano quanto no rural, e os sujeitos envolvidos neste processo atingem e são atingidos direta ou indiretamente pelas mudanças proporcionadas e/ou ocorridas.

O espaço rural mostra como, na atualidade, está se configurando de maneira diferenciada, destacando-se a tese de uma nova dinâmica de produção agropecuária, marcada pela urbanização do rural – conforme apontamentos realizados sobre a existência de CAI's nas áreas rurais –, na qual a concepção de “rural” não mais se encontra vinculada à atividade estritamente agrícola. Pois a introdução da informática, da biotecnologia e da engenharia genética nas atividades agrícolas fomenta o desenvolvimento de atividades não-agrícolas no campo.

Entre essas atividades, podemos citar: espaços de lazer, tendo como principal clientela a população urbana, restaurantes rurais, pequenas fábricas de produtos alimentícios e artesanais, inclusive para comercialização *in loco*, e outras. Tais atividades auxiliam o proprietário que nelas investe a auferir lucro ou conseguir renda para manter sua família no campo, sem precisar migrar para a cidade.

1.1 Concentração de terras, renda da terra e mão de obra rural: uma breve conceituação

Pode-se perceber, no meio rural, que há muita disparidade entre os espaços utilizados para a agricultura, que vão desde os latifúndios até as pequenas áreas de produção. Essas áreas pertencem aos agricultores que realmente produzem, que não usam a terra para especulação, mas em geral seus recursos

financeiros para investir na lavoura são bem escassos. Embora esses agricultores sejam maioria, no Brasil, são também os que possuem os menores estabelecimentos.

Martine (1991) relata que definir um espaço de produção como pequeno, médio ou grande não é tarefa fácil. Isso porque a classificação varia de acordo com o contexto histórico, espacial, temporal e condições tecnológicas prevalentes nos lugares. “Surpreenderia muito ao agricultor brasileiro saber que no Nepal as propriedades acima de 5 ha são consideradas grandes.” (1991, 22).

Para que se tenha ideia do que é um pequeno, médio e grande estabelecimento, e de qual é a realidade brasileira, em relação a esses dados, pode-se utilizar, de modo generalizado, a classificação adotada pelo IBGE. Pois, quando da realização de censos agropecuários, é através desse critério que são separados e classificados os agricultores, em seus estabelecimentos no Brasil. Há que se atentar para o fato de que em cada estado e município brasileiros a realidade em relação ao tamanho dos estabelecimentos é diferenciada. Tomando-se como exemplo a região⁷ Centro-Oeste, comprova-se uma realidade bem distinta com relação à região Sul do Brasil, sendo que a primeira região apresenta um caráter mais concentrador. Martine (1991) escreve que se sabe que cada tipo de cultura, solo, tecnologia e organização social são diferentes entre as próprias regiões do país. É importante, lembrar, também, que algumas tecnologias não necessitam de tantos hectares disponíveis, para que a produção se torne economicamente viável.

O mapa a seguir (figura 1) expõe a divisão política do Brasil, as cinco grandes regiões brasileiras e a extensão territorial de cada uma delas. Dessa forma, pode-se cruzar os dados do mapa com os das tabelas que se seguem, no presente capítulo, sobre a estrutura fundiária das referidas regiões. O mapa aponta, por ordem da maior para a menor extensão territorial, a região Norte, seguida pela Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e por fim a região Sul. Apesar da região Norte ter parte de seu território ocupada pela floresta amazônica, um dos mais importantes ecossistemas do planeta, a agricultura e a pecuária também ocupam parte da região. O desmatamento tem ocorrido em função da prática da venda ilegal de madeira e também para que a fronteira agrícola possa avançar na direção Norte do país.

⁷ “Uma região é, na verdade, o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado”. (SANTOS, 1985, p.66).

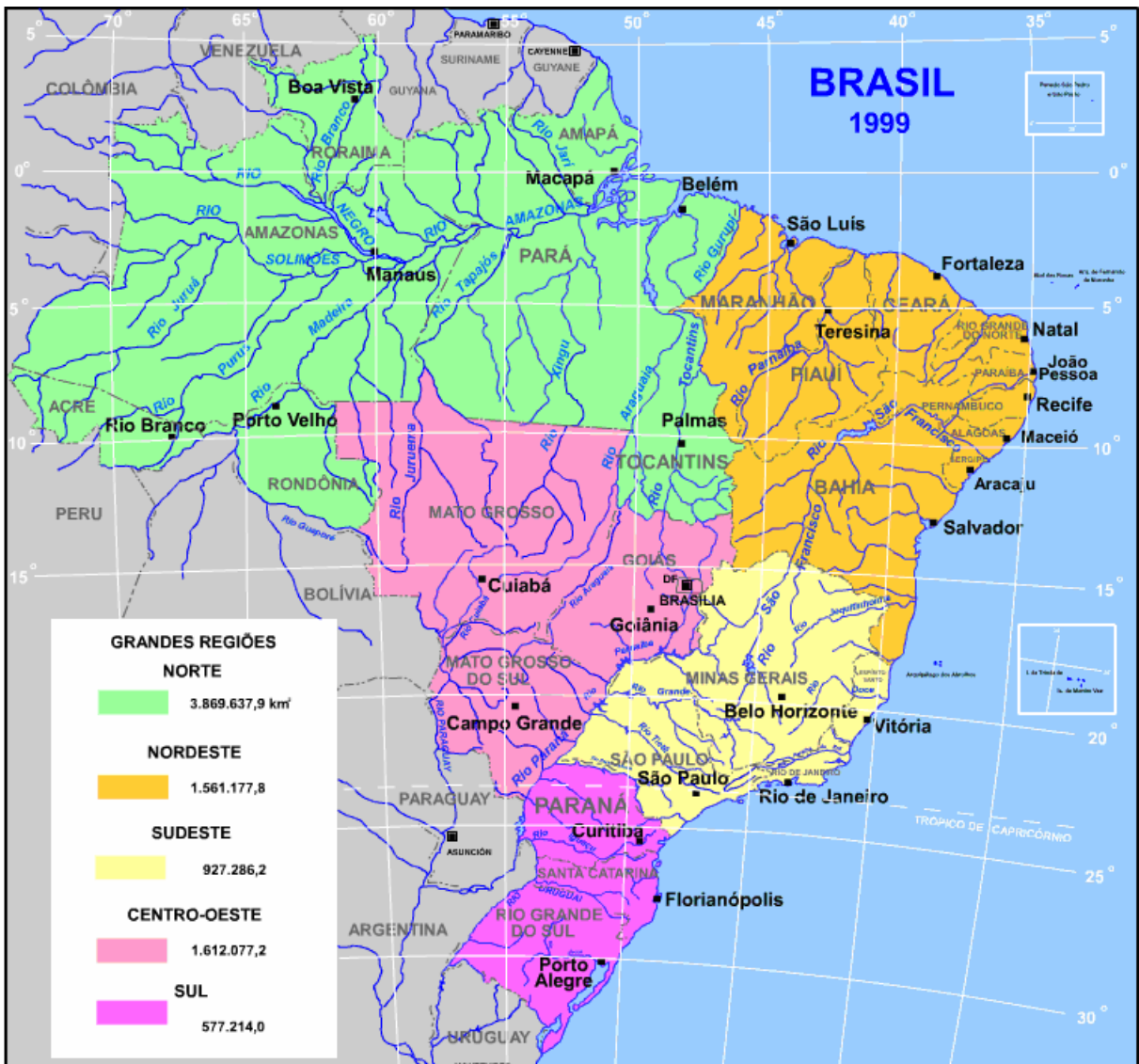


Figura 01 – Grandes Regiões Brasileiras – 1999.

Fonte: IBGE, 2009.

Na região amazônica, a agricultura itinerante permanece ainda como um dos sistemas de uso da terra mais importante, tanto sob o ponto de vista econômico – responsável por pelo menos, 80% da produção de alimento total da região – como também pela quantidade de pessoas que dela dependem direta ou indiretamente. É um sistema tradicional de agricultura desenvolvida e praticada em quase toda a região por, pelo menos, 600 mil pequenos agricultores, produzindo principalmente, feijão, mandioca, arroz, milho, malva, juta, frutas, algodão entre outros produtos. Grandes áreas de florestas na Amazônia tem sido desmatadas para a prática da agricultura migratória. Estudos realizados pela Embrapa Amazônia Oriental demonstram que, apesar das pequenas áreas individuais usadas na prática desta atividade (entre 10 e 50 ha), os 600 mil produtores, cultivando em média 2 ha por dois anos consecutivos, e deixando

esses 2 ha em pousio por cerca de 10 anos, provavelmente tenham provocado no mínimo o desmatamento de 1/5 do total desmatado na Amazônia, num processo que pode ser chamado de "desmatamento silencioso" . (COSTA, 2001, s.p)

A tabela 01 permite que se visualize melhor a realidade da região Norte do país em contraste com a região Sul, mais especificamente com o estado do Paraná, onde se encontra o município de Assaí – local de realização da pesquisa de campo deste trabalho.

Tabela 01 – Estabelecimentos por grupo de área total, segundo as grandes regiões e estados - Brasil

Regiões e estados	Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995						
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Totais (BRASIL)	2 402 374	1 916 487	246 314	165 243	86 911	20 854	21 682
Norte	134 803	217 097	52 061	23 477	12 333	3 799	2 605
Rondônia	17 618	43 581	10 591	3 389	1 398	377	2
Acre	3 962	13 647	3 753	1 528	742	156	-
Amazonas	43 793	34 066	3 237	1 314	482	130	267
Roraima	1 025	2 990	1 771	760	504	345	81
Pará	64 838	104 435	24 180	7 955	3 478	1 313	205
Amapá	953	1 095	739	297	140	51	74
Tocantins	2 614	17 283	7 790	8 234	5 589	1 427	1 976
Sul	377 761	555 246	32 416	23 668	11 921	1 415	753
Paraná	154 620	188 305	13 482	9 339	3 640	421	68
Santa Catarina	72 462	122 036	4 585	2 729	1 269	156	110
Rio Grande do Sul	150 679	244 905	14 349	11 600	7 012	838	575

Fonte: IBGE, 1996.

A região Norte do Brasil, conforme dados apresentados, é a segunda região que mais concentra terras, perdendo apenas para a do Centro-Oeste. Comparada à região Sul, pode-se verificar que o número de estabelecimentos pequenos é maior no estado do Paraná que em todo o Norte. Portanto, há mais estabelecimentos produzindo em regime de minifúndios, aqui no Paraná, do que no

Norte. Sobre a produção de soja na região Norte, Girardi e Fernandes (2004, p.03) escrevem que:

A produção de soja já era presente no ano de 1996 nos estados do Pará, Amazonas e Roraima, no coração da Amazônia brasileira, intensificando-se em 2002. A quantidade produzida nesses estados ainda não é significativa, porém os pontos de produção se multiplicaram de 1996 para 2002. O Tocantins, estado da região Norte, é um caso à parte, apresentado um crescimento abrupto, tanto na territorialização quanto na intensificação da produção.

A tabela a seguir mostra dados sobre a região Centro-Oeste e a região Sul, novamente fazendo um comparativo de dados referentes à estrutura fundiária.

Tabela 02 – Estabelecimentos por grupo de área total, segundo as grandes regiões e estados - Brasil

Regiões e estados	Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995						
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Totais (BRASIL)	2 402 374	1 916 487	246 314	165 243	86 911	20 854	21 682
Sul	377 761	555 246	32 416	23 668	11 921	1 415	753
Paraná	154 620	188 305	13 482	9 339	3 640	421	68
Santa Catarina	72 462	122 036	4 585	2 729	1 269	156	110
Rio Grande do Sul	150 679	244 905	14 349	11 600	7 012	838	575
Centro-Oeste	32 427	110 971	31 524	31 193	26 062	10 043	216
Mato Grosso do Sul	9 170	17 753	4 214	6 628	7 956	3 527	175
Mato Grosso	9 801	37 076	10 733	8 690	7 959	4 490	14
Goiás	12 526	55 073	16 382	15 686	10 085	2 012	27
Distrito Federal	930	1 069	195	189	62	14	-

Fonte: IBGE, 1996.

Verifica-se que nos estados da região Centro-Oeste há 70% a mais de estabelecimentos com 2.000 hectares ou mais, em relação aos estados da região Sul. Isso consolida a referência de que no Centro-Oeste do Brasil a área de terra disponível para agricultura, criação de gado e/ou especulação em latifúndios é maior que nos estados da Região sul. A opção por fazer esse contraste de dados entre as regiões Centro-Oeste e Sul deve-se ao fato de que, no senso comum, os estados do

Centro-Oeste, principalmente o Mato Grosso, são apontados como exemplos de grandes extensões territoriais. Para que essa afirmação passe a ter caráter científico, a autora deste trabalho optou por analisar os dados do censo agropecuário.

Teixeira e Hespanhol (2006) afirmam que o Centro-Oeste incorporou as transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1970, apresentando melhoria na produção com maior mecanização e utilização de insumos químicos. Porém, não houve mudanças na estrutura fundiária no que se refere à concentração de grandes estabelecimentos (com áreas superiores a 5.000 hectares) nas mãos de poucos fazendeiros, conhecidos também como latifundiários.

É preciso ressaltar que a classificação de área dos estabelecimentos agropecuários utilizada pelo IBGE (2006b), conforme dito, deve ser focada com um olhar criterioso, visto que no estado do Paraná, por exemplo, que tem como área total de todos os estabelecimentos agropecuários 17.568.089 hectares (censo agropecuário de 2006), possui apenas 421 estabelecimentos com 2.000 hectares ou mais, enquanto que o estado do Mato Grosso conta com uma área de 48.355.569 hectares (censo agropecuário de 2006) no total de estabelecimentos, sendo 4.490 estabelecimentos com 2.000 hectares ou mais. Ou seja: o estado do Paraná é quase três vezes menor que o estado do Mato Grosso, em área total de estabelecimentos agropecuários. Mas o estado do Mato Grosso apresenta um número de estabelecimentos com 2.000 hectares, ou mais, dez vezes maior, evidenciando assim uma incidência maior de latifúndios que no Paraná. Portanto, no Mato Grosso o caráter concentrador da terra é mais presente.

Quando se classifica como “pequeno” o estabelecimento com menos de 10 hectares (que é uma das classificações utilizadas pelo IBGE), deve-se considerar o contexto do estado ou município onde está se fazendo a análise.

No caso do Mato Grosso, por exemplo, esses estabelecimentos (com menos de 10 ha) são poucos, se comparados aos do Paraná: há 9.801 estabelecimentos com menos de 10 ha no MT, enquanto que no PR há 154.620. O município de Assaí, *locus* dos entrevistados deste trabalho, tem como módulo fiscal⁸

⁸ Segundo a Lei 6.746 de 10 de Dezembro de 1979, do Estatuto da Terra, o módulo fiscal é uma unidade de medida, também expressa em hectares, fixada para cada município, levando em consideração o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada e o conceito de propriedade familiar.

18 hectares, segundo a secretaria do INCRA da prefeitura local. Dessa forma, para classificar os estabelecimentos como pequenos, médios ou grandes, neste trabalho em relação aos estabelecimentos dos entrevistados, a autora deste trabalho utilizará esse dado aliado à classificação fundiária do imóvel rural, conforme a Lei nº 8.629/93, da Constituição Federal, que determina a pequena propriedade rural como aquela que compreende entre 01 e 04 módulos fiscais; média propriedade rural aquela que compreende área superior a 04 e até 15 módulos fiscais; e grande propriedade o imóvel rural superior a 15 módulos fiscais. Transformando as informações em dados, conclui-se que em Assaí:

- Um pequeno estabelecimento tem área de até 72 hectares;
- Um médio estabelecimento tem mais de 72 e até 270 hectares;
- Um grande estabelecimento tem mais de 270 hectares.

Vale lembrar que cada município possui sua realidade e, portanto, o módulo fiscal pode ser diferente do apresentado aqui, referente ao município de Assaí. Obteve-se ainda, na secretaria do INCRA, na prefeitura de Assaí, a informação de que o módulo rural⁹ do município é de 20 hectares. Nesse caso, pode-se considerar que uma família residente numa área de 20 hectares consegue trabalhar mensalmente e garantir sua subsistência. Difere em apenas 02 hectares do módulo fiscal. Logo, pode-se deduzir que, ao ser utilizada a expressão “pequeno”, “médio” e “grande” como referência aos agricultores, estas nomenclaturas estarão diretamente relacionadas ao tamanho do estabelecimento que os mesmos possuem em Assaí, conforme exposto.

Para analisar a concentração de terras sob outra ótica, pode-se recorrer aos dados dos estados do Sul do Brasil e do Nordeste. A tabela 03 mostra a distribuição dos dados referentes aos estabelecimentos e sua extensão, conforme Censo Agropecuário de 1996, realizado pelo IBGE:

⁹ O módulo rural está diretamente ligado ao conceito de propriedade familiar, que, conforme a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, do Estatuto da Terra é assim definida: "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Tabela 03 – Estabelecimentos por grupo de área total, segundo as grandes regiões e estados - Brasil

Regiões e estados	Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995						
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Totais (BRASIL)	2 402 374	1 916 487	246 314	165 243	86 911	20 854	21 682
Nordeste	1 570 511	604 261	67 596	43 996	19 504	3 217	17 328
Maranhão	272 100	59 360	11 207	7 267	3 370	633	14 254
Piauí	<u>134 949</u>	<u>55 192</u>	<u>8 888</u>	<u>5 250</u>	<u>2 274</u>	<u>445</u>	<u>1 113</u>
Ceará	245 312	76 199	9 472	5 711	2 259	264	385
Rio Grande do Norte	57 958	26 355	3 030	2 335	1 131	167	400
Paraíba	101 435	36 840	4 016	2 880	1 180	104	84
Pernambuco	186 669	61 672	5 315	3 364	1 340	123	147
Alagoas	92 736	18 625	1 705	1 310	609	53	26
Sergipe	77 618	18 266	1 662	1 102	382	28	716
Bahia	401 734	251 752	22 301	14 777	6 959	1 400	203
Sul	377 761	555 246	32 416	23 668	11 921	1 415	753
Paraná	<u>154 620</u>	<u>188 305</u>	<u>13 482</u>	<u>9 339</u>	<u>3 640</u>	<u>421</u>	<u>68</u>
Santa Catarina	72 462	122 036	4 585	2 729	1 269	156	110
Rio Grande do Sul	150 679	244 905	14 349	11 600	7 012	838	575

Fonte: IBGE, 1996.

Analisando a tabela é possível perceber que o Nordeste possui 65% dos estabelecimentos brasileiros com menos de 10 hectares, ou seja: pequenas áreas de produção são encontradas em grande quantidade, apesar de haver alguma incidência de concentração de terras em estados, como a Bahia. O total de estabelecimentos nordestinos com 2000 ou mais hectares é de 15%, se comparado ao montante nacional.

Outro exemplo, o estado do Piauí, escolhido por ter quase a mesma extensão territorial que o Paraná (Piauí = **251.529,186 km²** e Paraná **199.314,850 km²**), apresenta menor número de estabelecimentos agropecuários que o Paraná, em todos os tamanhos, salvo 2000 e mais hectares. A seca contribuiu para que o Nordeste brasileiro tenha mais problemas que outras regiões, necessitando de atenção especial dos agricultores – precisam apostar em culturas que resistam a períodos de chuvas escassas, quando não dispõem de irrigação em seus

estabelecimentos –, bem como atenção do Governo no que tange a investimentos para auxílio da população rural, que necessita da terra para subsistir no semiárido.

É preciso prudência no plantio de lavouras de subsistência, dependentes de chuvas, na Região Semiárida. Já está mais do que provado que a produção de grãos, na dependência da pluviometria, na citada região é uma verdadeira loteria e os governantes não podem continuar nessa luta inglória, insistindo nesta prática. Eles devem lembrar-se que a região é habitada por 20 milhões de pessoas que, com a inevitável chegada do ciclo seco, necessitam de outras alternativas de produção, que lhes garantam a sobrevivência e a quebra daquele ciclo vicioso do recebimento de recursos financeiros do Governo Federal, nas chamadas frentes de emergência, caracterizadas nacionalmente como verdadeiras Indústrias da Seca. (SUASSUNA, 1996, p.169)

A tabela 4 encerra a etapa de análises sobre a estrutura fundiária no Brasil, contrastando dados da região Sudeste com os da região Sul.

Tabela 04 – Estabelecimentos por grupo de área total, segundo as grandes regiões e estados - Brasil

Regiões e estados	Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995						
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Totais (BRASIL)	2 402 374	1 916 487	246 314	165 243	86 911	20 854	21 682
Sudeste	286 872	428 912	62 717	42 909	17 091	2 380	780
Minas Gerais	169 638	246 286	40 030	27 755	10 987	1 562	419
Espírito Santo	23 492	43 412	3 691	1 944	609	60	80
Rio de Janeiro	28 439	20 005	2 738	1 802	623	48	25
São Paulo	65 303	119 209	16 258	11 408	4 872	710	256
Sul	377 761	555 246	32 416	23 668	11 921	1 415	753
Paraná	154 620	188 305	13 482	9 339	3 640	421	68
Santa Catarina	72 462	122 036	4 585	2 729	1 269	156	110
Rio Grande do Sul	150 679	244 905	14 349	11 600	7 012	838	575

Fonte: IBGE, 1996.

A região economicamente mais importante do Brasil, a Sudeste, apresenta, no total geral, menos estabelecimentos menores que 100 hectares do que a região Sul, mostrando que a terra é mais concentrada no sudeste. Mas

apresenta um número de estabelecimentos pequenos (menores que 100 hectares) maior que no estado do Paraná. O estado de Minas Gerais é o que apresenta maior concentração de terra, se comparado aos outros estados, tanto da região Sudeste como da Sul.

Sabe-se que, no passado, Minas Gerais destacou-se no cenário nacional como grande produtora de leite e derivados. Segundo Gomes (1987), esse estado ainda ocupa o primeiro lugar no ranking brasileiro de produção leiteira, seguido pelo estado de São Paulo, onde muitas fazendas utilizam-se dessa modalidade de produção. Mas o autor ressalta que pequenos produtores também investem na produção leiteira. O Paraná não é tradicional na produção de leite e derivados, mas ocupa na atualidade as primeiras colocações como produtor de grãos no Brasil, mostrando que a soja, o milho, o trigo e outros cereais estão presentes e são importantes para o estado. Os estabelecimentos médios também aparecem com força na região Sudeste, mostrando que a propriedade da terra não é composta apenas por minifundistas, mas também por médios proprietários. A atividade agrícola, principalmente no estado de São Paulo, baseia-se no cultivo de café, cana de açúcar, laranja, grãos como soja, milho e trigo, entre outros. Uma reportagem do Portal Brasil (2009, p.01) ressalta a importância do sudeste no setor agropecuário brasileiro:

A agricultura demonstra elevado padrão técnico e boa produtividade. A produção de café, laranja, cana de açúcar e frutas está entre as mais importantes do país. Na pecuária, a participação do PIB agropecuário cai de 38,9% em 1985 para 36,3% em 1998. Em Minas Gerais, destaca-se a exploração de numerosa variedade de minérios - em especial as reservas de ferro e manganês na serra do Espinhaço - e da bacia de Campos, no Rio de Janeiro, sai a maior parte do petróleo brasileiro.

Como já dito, Minas Gerais é o estado que mais concentra terras, se comparado aos outros, do Sudeste. Mas em contrapartida sofre com o relevo, que se apresenta acidentado em parte do estado, dificultando a utilização de máquinas nas atividades agrícolas, o que compromete a produtividade por hectare.

Quanto ao sul do Brasil, reforça-se que o Paraná destaca-se na produção de grãos no cenário nacional. O gráfico a seguir (gráfico 1) permite visualizar que no ano de 2002 o Paraná foi classificado como o quarto Estado no

cenário de produção de soja no Brasil. Em primeiro lugar estava Mato Grosso, seguido por Mato Grosso do Sul e Goiás.

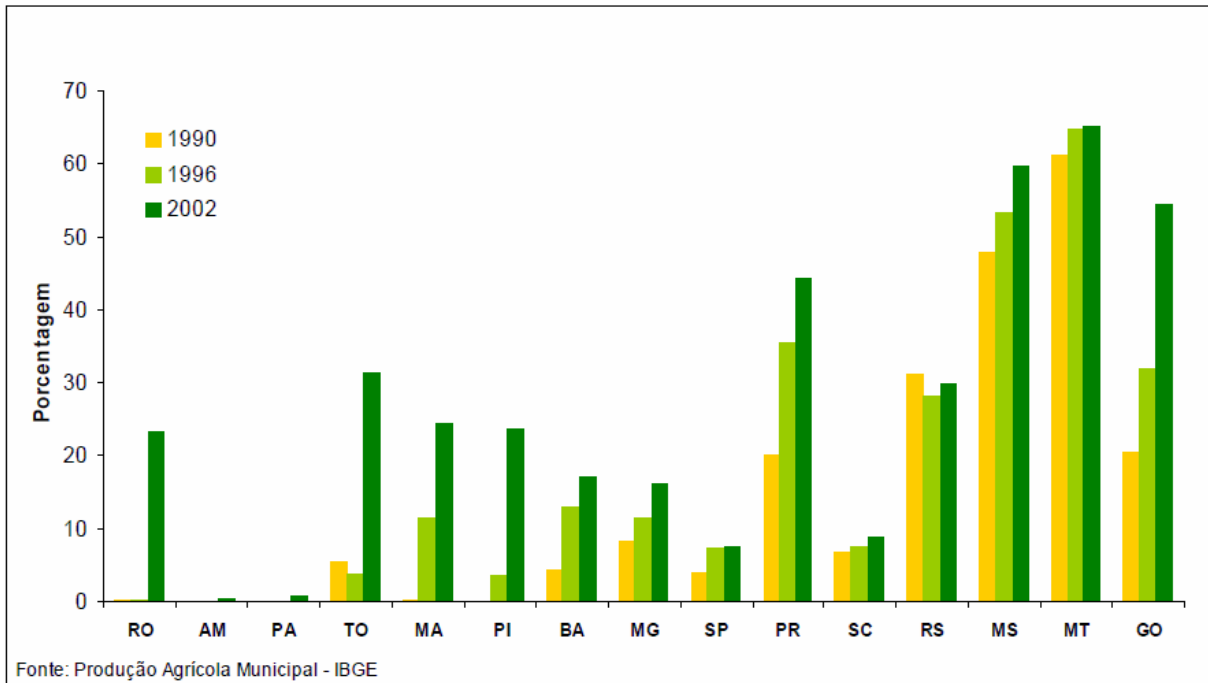


Gráfico 01 – Participação dos estados na produção de soja no Brasil.

Fonte: (GIRARDI; FERNANDES, 2004)

Voltando a atenção para o Paraná, este estado possui 50% de estabelecimentos pequenos, menores que 10 hectares. Tais estabelecimentos podem ser considerados como minifúndios, propriedades onde uma família de 4 pessoas não consegue se manter trabalhando. Ou seja: estão abaixo do módulo rural que, no Paraná – segundo a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP, 2009) –, é de 12 a 30 hectares, conforme a região. Em contrapartida, esse mesmo estado apresenta 421 estabelecimentos acima de 2.000 hectares, os latifúndios que, segundo Adas (1976, p. 215), “[...] desperdiçam o recurso terra, sendo mal utilizada ou subaproveitada”. Ou seja, esses estabelecimentos, algumas vezes, não aproveitam como deveriam a disponibilidade de terra que possuem.

Diante desses dados, presume-se que a realidade referente à concentração de terras difere nas regiões escolhidas como exemplo: Centro-Oeste, Sul, Norte, Nordeste e Sudeste, destacando-se a primeira como a que mais concentra terras, em comparação com outras regiões.

Devido a uma série de dificuldades, como falta de incentivos governamentais, empréstimos, financiamentos, acesso à terra e/ou acesso à tecnologia, os pequenos produtores que não conseguem se manter produtivos no campo acabam migrando para as cidades, à procura de emprego, ou dispendo-se a desenvolver atividades diferenciadas em suas propriedades, como pesque-pagues, criação de abelhas, pousadas rurais, entre outras, atividades essas que não são eminentemente agrícolas. Assim, não precisam se desfazer da terra; podem continuar no campo.

Entre aqueles que decidem ficar e trabalhar na agricultura, alguns acabam optando por culturas mais rentáveis, ou que demandem menos trabalho braçal. Isso ocorre em parte dos estabelecimentos. Essas culturas são as chamadas *commodities*¹⁰ (exemplo: soja, milho, trigo), que necessitam de menos mão de obra e podem ser trabalhadas com o auxílio da mecanização, que pode ser alugada, por exemplo. No Brasil, a importância da soja e das monoculturas em geral vem crescendo ano a ano, e a visão de pesquisadores de órgãos, como Embrapa Soja, pode ser conferida a seguir, segundo informações de Dall'Aganól et al (2007, p.10):

O espetacular crescimento da produção de soja no país, de cerca de 39 vezes ao longo dos últimos 47 anos, determinou uma cadeia de mudanças sem precedentes na história da agricultura brasileira. Foi a soja, inicialmente apoiada pelo trigo, a grande responsável pela implementação da agricultura comercial no Brasil. Ela, também, apoiou ou foi a grande responsável por acelerar a mecanização das lavouras brasileiras, por modernizar o sistema de transportes, por expandir a fronteira agrícola, por profissionalizar e incrementar o comércio internacional, por modificar e enriquecer a dieta alimentar dos brasileiros, por acelerar a urbanização do país, por interiorizar a população brasileira (excessivamente concentrada no sul, sudeste e litoral do nordeste), por tecnificar outras culturas (destacadamente a do milho). A soja também descentralizou a agroindústria nacional, patrocinando a expansão da produção de suínos e aves.

A cultura da soja é realmente uma importante fonte de renda para os agricultores brasileiros, sobretudo para os grandes produtores, que possuem vastas extensões de terra, implementos agrícolas próprios e muitas facilidades com relação a empréstimos e financiamentos, seja por parte do governo ou de bancos públicos e privados. Mas, conforme a citação anterior, é possível notar o quanto o crescimento do plantio da soja modificou algumas estruturas do país, principalmente no que diz

¹⁰ Culturas negociadas no mercado de valores mundial.

respeito à expansão das fronteiras agrícolas, que estão invadindo principalmente o estado do Mato Grosso (ao norte, adentrando a Amazônia), o que não seria necessário, em virtude da existência de áreas agricultáveis improdutivas em outros estados do país.

Com o crescimento progressivo da produção de soja no Brasil houve também o crescimento da participação desta cultura no valor da produção agrícola na maioria dos estados. Os estados que apresentam maior porcentagem da produção agrícola relativa à soja são Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Goiás, sendo que o estado do Tocantins teve um crescimento bastante abrupto de 1996 para 2002. (GIRARDI; FERNANDES, 2004, p.04)

Os estudiosos da Geografia, principalmente os que se dedicam à defesa do pequeno produtor rural, ressaltam que o cultivo de monoculturas não é um modelo aplicável à melhoria de condições de trabalho e à sobrevivência e manutenção de pequenos estabelecimentos agrícolas. Isso porque a maioria dos agricultores, além da falta de acesso ao pacote tecnológico necessário ao plantio, muitas vezes têm dificuldades relativas à manutenção e colheita de monoculturas. Isso os levará à expropriação do campo, obrigando-os a seguir para as cidades, com a família, em busca de emprego, o que aumentará a ocupação das periferias, onde esses agricultores serão novamente expropriados, dessa vez de seus sonhos e expectativas de que, na cidade, poderiam encontrar um padrão mais satisfatório de sobrevivência.

Para explicitar essa visão, Kudlavicz e Almeida (2006) afirmam que a terra deve ser cultivada pelos pequenos produtores, a partir de conhecimentos e tecnologias apropriadas às suas condições financeiras e adequadas às características do lugar onde vivem, produzindo alimentos para eles próprios e suas famílias, bem como para a comunidade e para o país. Ressaltam que a terra não deve ser vista só como espaço para produção, mas sim como lugar de realização da vida. Uma alternativa para esses produtores seria a adoção da diversificação de culturas nos estabelecimentos onde fosse possível produzir, em pequenas áreas, variedades de culturas, as quais estarão disponíveis durante o ano, conforme o período de semeadura e colheita.

Atualmente há preocupação, por parte de alguns agricultores, com respeito aos preços em épocas de colheita, os quais normalmente caem, devido ao fato da oferta ser muito grande, nesse período. Por isso, a implantação de novas culturas ou culturas diferenciadas dos grãos (soja-trigo), por exemplo, vem sendo efetuada por alguns pequenos produtores, na intenção de que, diversificando a produção, consigam um maior número de produtos para oferecer ao mercado e, desta forma, possam se manter diante das dificuldades, ou seja: quando alguma, entre as culturas, não alcançar o preço desejável.

Essas culturas diferenciadas baseiam-se em: fruticultura, olericultura, viticultura, silvicultura, e, ainda, em atividades como o cultivo de bicho da seda (sericicultura), de plantas ornamentais, de tanques para criação de peixes, entre outras. Dessa forma, quando há algum problema com preços baixos, pragas, secas, geadas – o que resultaria na perda de parte da produção –, o agricultor tem outras opções de produtos para colocar no mercado, o que pode garantir o sustento de sua família e a manutenção do estabelecimento agrícola.

Analisando o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006b), resultados preliminares, temos no Paraná 373.238 estabelecimentos agrícolas, numa área total de 17.568.089 hectares. Dividindo esses valores, chegaríamos a uma média de 47,06 hectares por estabelecimento agrícola. Mas este cálculo está incorreto e mascara a realidade do estado, pois analisando-se os dados da estrutura fundiária paranaense percebe-se que há concentração de terras, onde alguns proprietários possuem estabelecimentos com mais de 2.000 hectares, enquanto que a grande maioria possui pequenos estabelecimentos (até 100 hectares).

Considerando-se a extensão e a quantidade de estabelecimentos, temos a seguinte situação no gráfico a seguir (gráfico 02). O problema é que existem áreas improdutivas, ou seja, que fazem parte da concentração de terras, o que dificulta o acesso daqueles que poderiam ali trabalhar efetivamente, acarretando um processo de expropriação da terra dos trabalhadores rurais.

Para Oliveira (1989), o traço da estrutura fundiária brasileira é de caráter concentrador. No ano de 1985, o autor analisou dados que acusaram que a concentração das terras nas mãos de poucas pessoas aumentava a cada ano, chegando a proporções tais como:

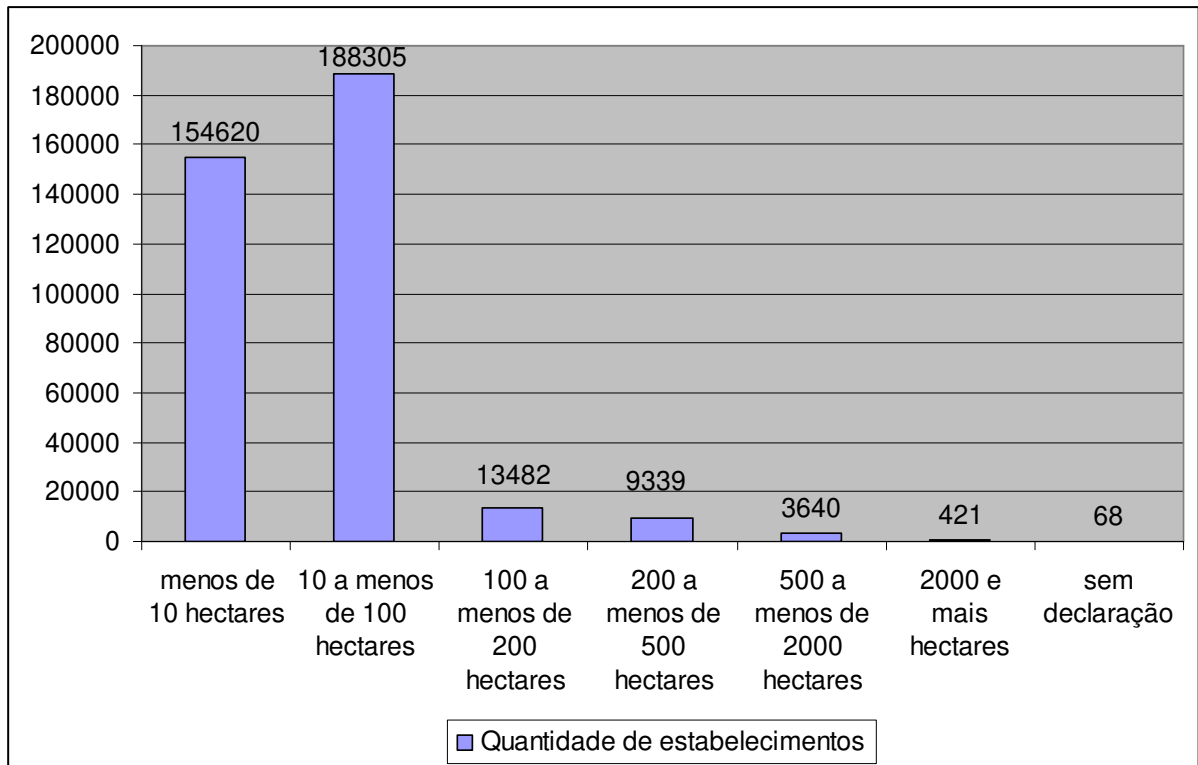


Gráfico 02 – Estabelecimentos Paranaenses segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995.

Fonte: IBGE (2006b). **Organização:** BERNARDES, J.R.

- há menos de 0,9% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com área superior a 1000 ha, ou seja, 50.105 unidades ocupavam uma área de 164,7 milhões de hectares, ou seja: esses proprietários detinham 44% do total das terras;
- em contrapartida, mais de 90% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares, ou seja, 5.252.265 unidades, ocupavam uma área de apenas 79,7 milhões de hectares, ou seja: 21% do total das terras.

Diante da realidade brasileira, que apresenta grande contingente de pessoas desempregadas e até mesmo de muitos trabalhadores rurais que precisam de uma melhor distribuição de terras para manter seu sustento e auxiliar no processo de produção agropecuária nacional, ainda se tem que conviver com

tamanho disparidade em relação à concentração de terras. Este fato precisa de resolução e é notório que muitos estudiosos e entidades se dedicam a esta temática, no intuito de resolvê-la. Contudo, pelos números citados, é possível perceber que a luta diante dessa situação ainda pode ser longa, permeada de muitos conflitos, pois, para o capital, o caráter concentrador é fundamental. O índice de Gini¹¹ no Brasil, segundo Holanda, Gosson e Nogueira (2006, s.p) tem diminuído, sendo que em 2001 esse índice se apresentava como 0,594, e em 2004 era de 0,570. No município de Assaí, segundo IPARDES (2005), no ano de 2000 o índice de Gini foi de 0,55. No Paraná, no ano de 2007, esse índice alcançou a marca de 0,530, o que mostra que a desigualdade social está diminuindo a passos lentos. A figura 02 revela a realidade paranaense:

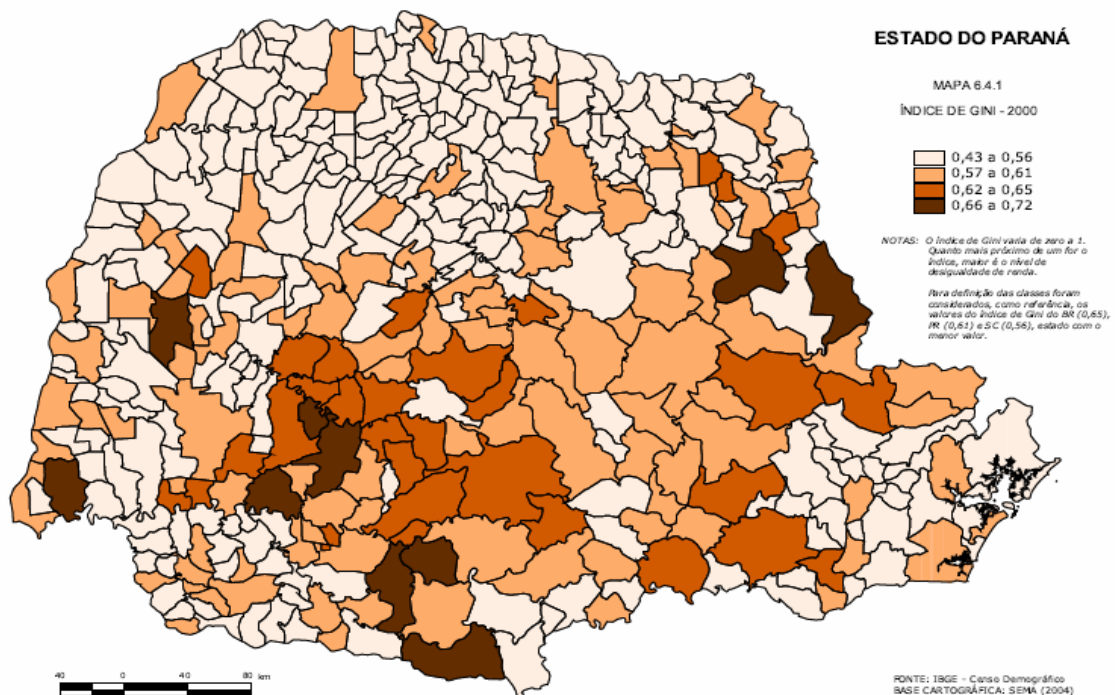


Figura 2 – Índice de Gini mostrando a desigualdade de renda no Paraná no ano de 2000.
Fonte: IPARDES, 2005.

Percebe-se que a região Centro-Sul do Paraná é a que apresenta maior desigualdade social, seguida pelas regiões Leste e Oeste. Nos demais municípios o índice se apresenta mais baixo, revelando que a desigualdade é

¹¹ O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas que pode ser utilizada para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística. Segundo o IPARDES (2005), este índice varia de zero a 1. Quanto mais próximo do 1 for o índice, maior a desigualdade social.

menor, possibilitando assim um maior desenvolvimento econômico e social para as populações.

Rosa e Ferreira (2006) apontam que o campo brasileiro, hoje, é espaço de riqueza e pobreza, de luta pela terra e dos grandes latifúndios, do agronegócio e da pequena produção, de produção e moradia, do trabalho e do lazer. Nesta perspectiva, percebe-se que o espaço rural nacional é palco de inúmeras inter-relações e também cenário de conflitos de interesses.

Falar de mão de obra, em especial a familiar, é importante neste trabalho, visto que foi realizada análise sobre a mão de obra empregada nos estabelecimentos agrícolas de Assaí. Sabe-se que o modo capitalista de produção se desenvolve num processo no qual são criadas e recriadas relações que podem ser capitalistas ou não-capitalistas. Oliveira (1990, p.29) escreve que “o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão.” Portanto, pautando-se na agricultura, não só a mão de obra assalariada sustenta os pilares do capitalismo, mas também a mão de obra familiar, como pode-se perceber a seguir:

De modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas. Neste caso, com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias [...]. (OLIVEIRA, 1990, p.31)

A mão de obra familiar, diferente da contratada, designa a necessidade do agricultor de utilizar a força de trabalho de sua família, ou parte dela, para a manutenção do estabelecimento agrícola. Esta modalidade de mão de obra é uma realidade que pode se modificar de acordo com a extensão dos estabelecimentos, pois ela predomina nos pequenos e médios, enquanto que, nos grandes, há maior incidência de trabalho assalariado. A produção do capital via relações não-capitalistas, no campo, se dá quando o capital se apropria da renda da terra, sem ter a propriedade da mesma, ou seja: obriga a família rural a trabalhar mais do que seria necessário, gerando um trabalho excedente – trabalho este convertido em renda capitalizada pelo capitalismo. Oliveira (1990) ressalta ainda que há conflitos entre os monopólios industriais e os capitalistas da agricultura, de onde

pode-se deduzir que a luta é para definir quem reterá a maior parcela da renda da terra.

O conceito de renda da terra, segundo Oliveira (1990, p.71), pauta-se em sua forma menos desenvolvida, ou seja, nas relações pré-capitalistas, em produto excedente. Em sua forma mais desenvolvida, nas relações capitalistas de produção, ela é a sobra acima da fração do valor das mercadorias, também conhecida como mais-valia¹². “A renda da terra é uma categoria fundamental, especial no estudo da agricultura. ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. Ela é também denominada *renda territorial* ou *renda fundiária*”.

No estado do Paraná, é possível visualizar o predomínio de mão de obra familiar na seguinte proporção: para cada 3,7 trabalhadores familiares há um trabalhador assalariado. Esses dados, do Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2006, podem ser conferidos no anexo 01. A explicação para o fato de que no Paraná existem mais trabalhadores familiares do que assalariados pode residir na grande quantidade de pequenos estabelecimentos: 342.925 com menos de 100 hectares. A realidade do município de Assaí-PR sobre a estrutura fundiária pode ser conferida na tabela 5:

Tabela 05 – Quantidade de estabelecimentos por grupo de área (1996)

Município	0 a -1Ha	+1 e -2Ha	+2 e -5Ha	+5 e -10Ha	+10 e -20Ha	+20 e -50Ha	+50 e - 100Ha	+100 e - 200Ha	+200 e -500Ha
Assaí	10	16	98	166	229	287	79	32	11

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do PR. (SEAB). Núcleo Regional de Cornélio Procópio – DERAL. 1996.

Analisando a tabela, percebe-se que 95% dos estabelecimentos agropecuários de Assaí são pequenos, segundo a classificação adotada neste trabalho (menores que 72 hectares). A realidade da mão de obra empregada no município também tem como maioria a familiar, estando na proporção de 4,9 empregados familiares para 1 trabalhador assalariado. No capítulo três do presente

¹² Forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não-pago), sob a forma de lucro e renda. (OLIVEIRA, 1990, p.85)

trabalho, a discussão sobre os agricultores descendentes de japoneses, culturas, estabelecimentos, mão de obra, entre outros tópicos, fornece maior respaldo de informações sobre este município e sua realidade agrária.

Ao pesquisar sobre a importância do trabalho familiar, verifica-se que além de ser necessário o auxílio da força de trabalho da família no processo produtivo, há a redução de custos, pois a contratação de pessoal para o plantio e colheita pode se tornar onerosa, minimizando os ganhos dos pequenos agricultores. Há ainda que se lembrar que a maior parte da produção nacional de alimentos provém de pequenos estabelecimentos agrícolas, conforme citação:

São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimento familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Este é o segmento de maior importância econômica e social do meio rural, com grande potencial de crescimento, sendo responsável pela produção de 80% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. No conjunto da agricultura brasileira, a produção familiar demonstra uma significativa importância social, emprega hoje, no Brasil, cerca de 80% das pessoas que trabalham na área rural, representando cerca de 18% do total da população economicamente ativa. (IDALINO; LAMBERT; MENDES, 2007, p. 08)

Na agricultura, tem-se uma gama de relações ocorrendo desde o momento em que o agricultor tem a posse da terra e dela resolve fazer seu meio de sobrevivência. Para quem não necessita da terra para sobreviver, há a possibilidade de mantê-la como objeto de especulação financeira, não a colocando para produzir. Sem produção, o que se espera receber da terra é a renda da terra, que é cobrada da sociedade como um tributo, simplesmente por se ter a posse da mesma.

Outras formas de obtenção dessa renda, seria colocar a terra para produzir, ou vendê-la. Como foi citado, ao colocar a terra em produção, os agricultores precisam estabelecer o que plantar, em que quantidade, decidir se irão arrendar a terra ou produzir, se utilizarão mão de obra contratada ou familiar. Portanto, tudo dependerá de qual agricultor se está falando, de que tamanho é seu estabelecimento, de sua opção por culturas permanentes ou temporárias, da utilização de implementos agrícolas e de tecnologia – caso tenham acesso a esses recursos –, entre muitos outros pontos que poderiam ser abordados aqui. Nos

próximos capítulos, terão continuidade as discussões sobre a agricultura, com ênfase no município de Assaí, onde a realidade local permitirá que se trace um perfil da realidade agrária do município, especialmente nas propriedades dos japoneses e descendentes de japoneses entrevistados.

CAPÍTULO 2

2 IMIGRAÇÃO JAPONESA: UM SÉCULO DE HISTÓRIA NO BRASIL

A imigração japonesa, bem como a de outras nacionalidades, ocorreu intensamente, no Brasil, no início do século passado. É fundamental recordar por que ocorreram essas migrações, para onde foram esses imigrantes quando aqui chegaram e qual a importância que os mesmos representaram para a sociedade de nosso país, no sentido da contribuição de trabalho e na sua vivência com os brasileiros. Nessa perspectiva, procurou-se ressaltar tais pontos, no presente capítulo, a fim de reunir informações suficientes à compreensão de como os japoneses se adaptaram ao modo de vida brasileiro, trabalhando nas fazendas de café na tentativa de adquirir sua própria terra e melhorar as condições de vida, propósito pelo qual foram incentivados a migrar para o Brasil. Procurou-se também entender a importância da cultura e tradição nipônica no Brasil, bem como no norte do Paraná, mais especificamente no município de Assaí.

2.1 Japoneses e descendentes: afetividade com a terra, questão de tradição?

Este capítulo resultou da compilação de informações acerca da tradição japonesa, que é marcante e também encontra-se presente nas famílias dos japoneses nascidos fora do Japão, os *nikkeis*. Sobre os japoneses, a imagem que muitas vezes se delineia é a de dedicação. Pois, quando se analisa de perto seus usos e costumes, chega-se à conclusão de que, para se atingir um denominador final de sucesso e prosperidade, deve-se respeitar as etapas inerentes. Além do mais, os japoneses são respeitados por sua sabedoria, lealdade e disciplina. Para Sakurai (2007), os japoneses sofreram influências dos samurais, o que lhes proporcionou um forte senso de sobriedade, disciplina e lealdade.

De acordo com essa cultura, a pessoa deveria perseguir a sabedoria, a honra e a coragem, não considerando apenas a luta, mas também esses outros atributos citados. Além da ética samurai, os japoneses sofreram influência da filosofia budista, que prega a existência da vida após a morte, considerando a vida

terrena somente como mais um ciclo. O xintoísmo¹³ remete à ancestralidade, fazendo com que, até os dias atuais, sejam realizados cultos aos antepassados da família.

Em textos dedicados à cultura japonesa, é comum encontrar frases do tipo: “Japoneses promoveram uma revolução no campo, graças ao amor e paciência.” Ou ainda: “A observação, fenômeno nato dos japoneses e seus ancestrais, é determinante no sucesso em suas atividades” (CARVALHO, 2008, p.20). Pode-se notar, também, que a dedicação tradicional da família se inicia em algum setor; por exemplo, se uma família possui terras, alguns integrantes podem trabalhar para dela tirar seu sustento e, se possível, aumentar sua renda com a venda de produtos. Quando o chefe da família morre, há, na maioria das vezes, a continuidade das atividades, pois, segundo Sakurai (2007), o presente é fruto do trabalho e da dedicação aos ancestrais; por isso, a pessoa deve se pautar por uma conduta sábia e reta, a fim de não desonrar tudo o que recebe. É necessário ressaltar, ainda, outra observação referente à continuidade das atividades que os ancestrais desenvolviam. Na pesquisa *in loco*, no município de Assaí, percebeu-se, nas falas de alguns entrevistados¹⁴, a continuidade – movida também pela falta de oportunidades –, como se vê a seguir:

Na família foi assim: eu era o filho mais velho e por isso fiquei com as obrigações do trabalho no sítio. Meus irmãos ajudaram quando eram mais novos, mas daí só um quis ficar ajudando depois. Eu acho que não pode ignorar o que você recebe, tem que levar pra frente. Se eu pudesse teria talvez trabalhado em outra coisa, mas não foi assim né? (Entrevistado 1)

Eu tenho irmão comerciante, outro que estudou mais que eu. Eu tive que ficar no sítio pra trabalhar. Hoje eu não quero que os meus filhos fiquem. Só o mais velho quer ajudar, os outros não. Tá certo, tem que estudar. Hoje em dia as coisas são diferentes, tem que estudar. (Entrevistado 2)

¹³ O xintoísmo é considerado a religião oficial do Japão por remeter seu culto aos ancestrais míticos. Com o budismo, agrega o maior número de adeptos. No seu dia a dia, os japoneses mesclam os cultos de ambas as religiões, que, ao longo da história japonesa, foram interpretados e praticados de acordo com várias correntes. (SAKURAI, 2007, p.46)

¹⁴ Número total de entrevistados neste trabalho: 33 agricultores. A identidade deles será preservada, conforme combinado durante as entrevistas. O critério, para ordenar as falas dos entrevistados, foi estabelecido de forma que, a cada tema trabalhado, caso houvesse alguma fala compatível, esta seria inserida.

De fato, muitas vezes a continuidade das atividades ocorre como forma de manter o que os pais e avós construíram. Como se tentar outro tipo de atividade, ou renegar a continuidade daquela, fosse desrespeitoso e denotasse ingratidão em relação ao que foi herdado. O trabalho na lavoura, segundo 20% dos entrevistados, teve continuidade pelo fato deles não saberem fazer outra coisa, ou seja, o ensinamento recebido dos ancestrais remeteu à sabedoria para lidar com a terra, com a natureza, e não, por exemplo, com outras atividades.

Desde pequeno eu aprendi com meus pais o trabalho de plantio. A gente se envolve no sítio, o trabalho tem que ser feito e quando você vê é aquilo que você aprendeu a fazer. É bom trabalhar na terra porque você vê de perto o seu esforço. Eu não sei trabalhar com outra coisa mas se fosse pra escolher eu queria trabalhar na terra mesmo. (Entrevistado 3)

Trabalhar na terra é bom, você vê as etapas da produção desde quando você compra as sementes e os insumos, conversa com o agrônomo, mas isso é hoje. Antes era com menos tecnologia, a gente tinha que trabalhar mesmo. Nas safras de hoje em dia, se você parar pra pensar, trabalha mesmo uns 15 dias só. O resto é pra tomar conta de outras coisas. Na época dos meus pais não era assim, tinha que trabalhar direto pra dar conta de tudo e eu aprendi assim. (Entrevistado 4)

É isso que sei fazer, não posso trabalhar em outro lugar. (Entrevistado 5)

Hoje em dia, com o processo intenso de miscigenação pelo qual o Brasil passa, é possível perceber a permeação da cultura/tradição dos nipônicos, principalmente nos estados do Paraná e de São Paulo, onde as colônias japonesas existem em grande quantidade, podendo apresentar, aos brasileiros não-descendentes que se interessarem, aspectos sobre gastronomia, música, dança, rituais religiosos, dedicação à natureza, arte, entre muitos outros. A união de brasileiros com descendentes de japoneses também se tornou um fato comum, o que, nas primeiras gerações, no Brasil, quase não era perceptível.

A miscigenação é uma forte característica na sociedade brasileira, enquanto entre os imigrantes japoneses não era um fato comum a

união de um natural com uma pessoa que não fosse japonesa, porque além das razões culturais, isso, em parte podia ser obstáculo à intenção ou a um ideal eventualmente existente de retorno ao Japão. Essa situação passou a se reverter a partir da década de 1970, em virtude da própria experiência da segunda e terceira gerações de filhos de imigrantes. (PEREIRA; OLIVEIRA, 2008, p.48)

A realidade, entretanto, é que os hábitos ou o modo de vivenciar essa tradição japonesa sofreu adaptações, pois não há como se reproduzir, exatamente, o que ocorre num país – onde todos são japoneses, onde se fala japonês, onde tudo é voltado para essa tradição –, em um país diferente, no caso, o Brasil. Há como se importar hábitos via pessoas, via livros, via internet, mas a vivência não será a mesma. Para Tomimatsu (2008, p.03):

Essa tradição cultural japonesa passou por um filtro brasileiro e vive outra realidade. Não é exatamente uma cópia, uma reprodução. É uma maneira de conservar a tradição, adequando-se ao contexto brasileiro. Não deixa de ser uma conservação da cultura, mas também não há como negar que houve uma transformação. O que acontece no Japão não é o que acontece aqui no Brasil.

Há que se ressaltar que a tradição é, na maioria das vezes, mais presente e vivenciada pelos japoneses ou descendentes mais idosos, que trouxeram consigo os hábitos que seus pais fizeram e fazem questão de manter. Nota-se, também, que as novas gerações de descendentes de japoneses ainda permanecem engajadas na cultura e tradição japonesas. Lemes (2008), entretanto, escreve que houve uma rota perdida por muitos descendentes, que não fizeram questão alguma de manter a cultura de seus ancestrais. Mas afirma também que, num fenômeno recente, as gerações estão se interessando em fazer a viagem de volta à terra dos samurais. E ao mergulhar na tradição japonesa os jovens lembram que aprenderam alguns valores importantes, como disciplina e responsabilidade, frutos de uma tradição milenar.

Para Tomimatsu (2008), a tradição renova-se de geração para geração e não é possível que se conserve a mesma, desde o início da chegada dos primeiros japoneses ao Brasil. O motivo principal de se desenvolver este trabalho

com os imigrantes japoneses e seus descendentes, em Assaí, surgiu da curiosidade de verificar se esse povo – que vem de um país onde a terra é escassa e cara –, quando se depara com a grande extensão do território brasileiro (8.514.876 km²), e quando adquire sua própria terra, aproveita, de maneira mais consciente e mais racional, cada espaço. Ou seja: se a terra é mais bem trabalhada por eles, devido à afinidade com a própria terra, tanto quanto às técnicas empregadas no campo. Segundo Sakurai (2007, p.38) a “[...] exiguidade do território habitável leva os japoneses a respeitar cada pedaço de chão, sem desperdícios”.

O aproveitamento da terra seria a utilização de técnicas corretas de manejo do solo, aliadas à necessidade de percepção do que pode ser melhorado no espaço de cultivo e nos tratos culturais, do que precisa ser conservado na propriedade em relação aos remanescentes florestais – se existirem –, ou das áreas de reserva de mata, experimentação de cruzamento ou enxerto de espécies, na tentativa de se obter produtos mais vistosos, saborosos, rentáveis, entre outros aspectos.

Carvalho (2008, p.20) reforça a ideia de que há empenho, por parte dos *nikkeis*, em experimentar, estudar e desenvolver novas técnicas e aplicá-las na agricultura, tais como:

Na pesquisa agropecuária são inúmeros os exemplos da participação nipônica no desenvolvimento de tecnologias, como variedades, técnicas de cultivo, melhoramento genético de culturas como arroz, feijão, algodão, frutas, soja, manejo do solo e de doenças e pragas e tudo o que envolve a produção agrícola.

Em Assaí, onde anualmente ocorre uma exposição agrícola denominada EXPOASA, a qual também foi utilizada como espaço para coleta de dados para este trabalho, há troca de experiências e técnicas de produção entre os agricultores, com destaque aos premiados, que apresentam produtos de excelente qualidade, despertando interesse por parte dos outros produtores em saber como é possível alcançar um elevado grau de excelência na produção.

Em sua totalidade, os japoneses e descendentes de japoneses entrevistados em Assaí eram provenientes de famílias de agricultores no Japão. Seus pais, avós, irmãos, trabalhavam na terra, principalmente nos cultivos de arroz, chá e – em poucos casos – nos de milho, bem como em algumas plantações de frutas. Havia ainda o cultivo de hortaliças, que eram utilizadas para subsistência das famílias. Como trabalhavam com pouca variedade de produtos, os japoneses dominavam certas técnicas de produção a respeito. Este foi um fator complicador na chegada ao Brasil, quando tiveram de trabalhar em fazendas de café, produto que exigia modos diferenciados nos tratamentos culturais, desde o plantio até a colheita. Oguido (1988, p.09) escreve que os imigrantes recém-chegados ao Brasil “não conheciam os tratamentos culturais da lavoura cafeeira”.

Quanto à produtividade na colheita do café, eram superados pelos colonos italianos, pois enquanto estes últimos colhiam dois alqueires e meio, os japoneses colhiam apenas um alqueire e três quartos, com um detalhe de que esta média se referia ao italiano idoso e ao japonês adulto. (ASARI, 1992, p.06)

As falas de alguns entrevistados permitem que se conheça um pouco do passado da família, em que tipo de atividade agrícola os avós ou pais trabalhavam, no Japão. Daí pode-se perceber como as tradições técnicas por eles trazidas foram de grande ajuda, no Brasil, em algumas ocasiões – dependendo da atividade que aqui desempenhavam –, e em outras foram insuficientes, levando-os a aprender a trabalhar com a variedade de produtos agrícolas disponíveis, tais como: café, algodão, feijão, frutas diversas, entre outros.

Meu avô era agricultor, veio para o Brasil em 1933. Meu pai já tinha 14 anos e ajudava no trabalho na terra lá no Japão e aqui também. Lá (no Japão), eles plantavam arroz, milho e chá e não tinham máquinas, utilizavam cavalos e ferramentas manuais. Quem veio pro Brasil antes da Guerra, ninguém trouxe experiência com frutas, foi mais com verduras. No Japão todos plantam suas verduras e a tecnologia de hortaliças trouxeram de lá sim. Há 30 anos eram os produtores

japoneses que abasteciam o Ceasa de São Paulo. Um dia o Jânio Quadros disse numa entrevista que se não existissem japoneses em São Paulo, o Brasil ia passar fome. (Entrevistado 6)

Eu vim do Japão em 1936. Vieram também meu pai, minha mãe, mais 6 irmãos. Meu pai era agricultor no Japão, plantava arroz e tinha um pouco de cerejeira. Quando chegamos aqui (Brasil), meu pai não sabia como trabalhar com as culturas daqui. (Entrevistado 7)

Meu pai veio do Japão em 1933. Lá ele plantava arroz e algumas verduras para a casa. (Entrevistado 8)

Vieram do Japão meu bisavô, meus avós e meus pais em 1932. Lá as propriedades eram muito pequenas, se você pensar hoje num campo de futebol, você divide ele em quatro. Esse $\frac{1}{4}$ é a parte de terras que tem, no Japão, cada agricultor pra plantar. É tudo muito pequeno. Lá eles plantavam arroz. A situação lá estava difícil e nós viemos para cá para tentar uma vida melhor. O trabalho nas fazendas de café foi o que tinha pra fazer de início até que eles conseguiram comprar umas terras aqui em Assaí. Lá no Japão se preservava muito as reservas de mata e meu pai já deixou a reserva e a mata ciliar pronta para mim. (Entrevistado 9)

Poucas terras são destinadas à agricultura, no Japão, principalmente em virtude da alta densidade populacional. Esse país preferiu se dedicar ao plantio de arroz, de chá e outras poucas culturas, optando pela importação do restante de alimentos e produtos em geral. Um levantamento sobre o uso da terra no Japão, no ano de 2002, revelou que 67% de todo o território japonês é coberto por florestas e campos, ao passo que as terras agricultáveis ocupam 12,8% e, as áreas urbanas, 4,8% (SAKURAI, 2007).

As atividades hortifrutigranjeiras são especialidades de alguns agricultores japoneses e/ou descendentes, pois, quando vieram para o Brasil, trouxeram variedades de legumes e verduras que aqui se tornaram experimentos (hibridismo). Dessa forma surgem, cada vez mais, novas qualidades de frutas e vegetais, as chamadas espécies nipo-brasileiras (FIORE, 2008).

Fiore (2008), ao entrevistar Estela Okabayashi Fuzii (primeira *nissei* a nascer em Londrina), descobriu que uma das mais importantes contribuições da cultura japonesa para o Brasil está relacionada à agricultura: ela diz que seus pais tentavam entender as plantas, a terra, o solo e, para isso, trocavam ideias e experiências para o aperfeiçoamento de muitas culturas, principalmente a do café. Estela relata que os locais de desenvolvimento dessa troca de informações eram, inicialmente, as escolas, mas posteriormente foram construídos outros espaços, que se tornaram autênticas associações.

Quando se convive com as pessoas em associações, por exemplo, cria-se um senso de cooperação, onde cada um se responsabiliza por uma tarefa. No presente trabalho, os entrevistados deixaram isso muito claro, ao relatar que fazem parte de núcleos de famílias, onde cada um tem sua função. No Brasil, bem como no Japão, há esse convívio em associações, cujo foco talvez seja conservação da tradição da cultura japonesa.

O peso da vida comunitária não pode ser desprezado porque faz parte de uma 'cultura' que existe há séculos e que permanece mesmo com as mudanças ocorridas. Até hoje os japoneses têm associações que nasceram no tempo das aldeias (SAKURAI, 2007, p.286).

Oguido (1988) também confirma que os imigrantes japoneses, com um aguçado espírito de união, se reuniam com objetivo associativo, tanto pela necessidade de viver em comunidade como pela preocupação com o futuro dos filhos, etc..

[...] é interessante saber que na primeira fase da imigração as associações e realizações coletivas foram muito importantes para a manutenção de uma identidade dos imigrantes, visando ao bom resultado dos seus empreendimentos. Organizações tais como jornais em Língua Japonesa, escolas primárias e cooperativas agrícolas começaram a se estabelecer no decorrer do primeiro decênio da imigração. (KODAMA; SAKURAI, 2008, p.20)

Nessas associações (figura 3), a ajuda mútua está sempre presente. E mesmo em eventos como funerais, segundo um dos entrevistados é providenciado um auxílio em dinheiro para os familiares, para que consigam se reerguer após o

incidente da perda do chefe da família ou de algum outro integrante. Esta é uma das responsabilidades das comunidades. Naturalmente, a família que recebe ajuda pode sentir a proximidade e o apoio do grupo no qual está inserida.



Figura 03 – Associação dos Agricultores Amigos da Seção Cabiúna. **Foto:** BERNARDES, J.R; **Data:** 16/01/2009.

Uma das implicações da maior convivência entre os membros das comunidades japonesas no interior foi a formação de redes de ajuda mútua. Elas se desenvolveram espontaneamente sem cunho religioso ou político, recriando práticas comuns do Japão, como o “envelope”, que consistia na contribuição em dinheiro, anônima ou não, para ajudar nos momentos de doença e morte. No Japão, é oferecido para uma família enlutada “comprar incenso”; no Brasil, a prática se alargou, usando-se para os momentos de emergência de pessoas ou famílias que os recebiam de parentes e amigos. (SAKURAI, 2008, p.130)

Sakurai (2007, p.20) revela que, além da utilização dos recursos, os japoneses aprenderam a contemplar a natureza, estabelecendo um elo com a mesma: “A cultura japonesa demonstra que o homem desenvolveu inúmeras formas de contemplar e aprender com a natureza, retirando lições que se imortalizam [...] além de utilizar-se dos seus recursos para sobreviver e se reproduzir”. Ao se referir

à utilização dos recursos, a autora deixa claro que há o uso da terra e do ambiente de forma geral, mas acrescenta que há também a contemplação da natureza. Assim, pode-se concluir que a forma de utilização do solo demonstra cuidados, atenção e respeito.

2.2 Educação: concretização de projetos e sonhos

É unânime a opinião de que na educação reside a base de todas as coisas, pois somente por meio dela é possível a modificação de ações e atitudes, bem como a construção de novos pensamentos, na tentativa de modificar e/ou aprimorar certos aspectos, na sociedade, que estejam em desacordo com as exigências do período vivido. Entre os imigrantes japoneses, a ideia de adquirir conhecimento não foi relegada em detrimento de uma dedicação total à agricultura, ou seja, ao trabalho braçal. Segundo entrevistados, os mais velhos, quando não tinham oportunidade de se inserir no processo escolar, incentivavam seus descendentes para que estes seguissem o caminho do conhecimento. Aprender e participar de projetos educativos é uma prática essencial entre os imigrantes e seus descendentes que chegaram ao Brasil imbuídos da ideia de que poderiam vencer, trabalhando na lavoura, para um dia retornar ao Japão.

Hermann Oberdiek, sociólogo estudioso de imigrações, entrevistado por Santin (2008, p.12) revela que:

[...] os nikkeis já não estão ligados à terra como seus pais ou avós. A maioria dos descendentes estudou, e muito. Hoje muita gente de olho puxado ocupa lugar de destaque na sociedade graças ao incentivo que tiveram dos pais para mergulhar nos livros. A cultura dos japoneses é assim. Eles sabem que aqueles que não se aperfeiçoam não conquistam um bom lugar.

Complementando a ideia de que os japoneses e descendentes não valorizam somente o conhecimento empírico, mas também o referente aos estudos, conclui-se que:

Dentre as sociedades mais instruídas do mundo estão os japoneses, cabendo ressaltar que na época da Restauração Meiji, em meados do Século XIX, a população alfabetizada já atingia 40%. (PEREIRA; OLIVEIRA, 2008, p.49)

A preocupação com a educação dos filhos era um fato na vida dos imigrantes que aqui chegavam. Eles queriam que seus filhos frequentassem escolas ou que conseguissem se manter em atividade, para não esquecer a língua e os costumes japoneses. Demartini (2000, p.03) afirma essa ideia, escrevendo que:

A maior parte dos pais queria que seus filhos aprendessem a língua e os costumes japoneses, tendo em vista o retorno a seu país de origem; caso as crianças não fossem educadas à maneira japonesa, poderiam ser marginalizadas ao voltar. O grande dilema dos pais era optar entre os interesses econômicos e a educação: seria melhor guardar o dinheiro para o retorno ao Japão ou empregá-lo na educação dos filhos? De qualquer modo, nenhum pai desejava ter filhos “caboclos”; assim, procuravam fazer com que eles pudessem também frequentar o ginásio da cidade. Portanto, tornava-se necessário construir escolas particulares, pois o governo brasileiro não construía escolas nem mesmo para as crianças brasileiras em idade escolar, deixando aos imigrantes a resolução de suas questões educacionais.

Os entrevistados contaram que seus filhos e netos se graduaram ou estão estudando para profissões ligadas às atividades que os pais e avós desenvolviam. Disseram, ainda, que em municípios onde a agricultura é uma das principais atividades desenvolvidas, percebe-se que alguns profissionais são formados nas áreas de zootecnia, agronomia ou em curso técnico de atividades agrícolas, entre outros, para dar suporte ao próprio estabelecimento da família, como se nota no seguinte depoimento:

Sou agrônomo e também possuo terras em Assaí. Escolhi essa profissão por já trabalhar na terra e por gostar do que faço. Muitos agricultores aqui da região tem parentes, filhos, netos que se formam como agrônomos ou técnicos agrícolas. (Entrevistado 10)

Segundo Demartini (2000), a falta de livros em Português, e de professores que falassem bem a língua portuguesa, também foi um entrave ao ensino nas escolas. Era preciso aprender a língua do país receptor e não só

conversar em Japonês. As primeiras escolas também não tinham uma estrutura favorável ao ensino, visto que as construções eram precárias, feitas com poucos recursos, pois os imigrantes ainda estavam se engajando no processo produtivo nas fazendas; e o que sobrava de dinheiro para investir em escolas e associações ainda não era suficiente para construir instalações mais apropriadas. Em Assaí, as seções onde os agricultores possuem seus estabelecimentos contam com associações e até escolas japonesas, algumas já abandonadas, como a da seção Cabiúna, apresentada na figura 04.



Figura 04 – Escola japonesa (desativada) localizada na seção Cabiúna. **Foto:** BERNARDES, J.R. **Data:** 16/01/2009.

A busca pelo aprendizado reflete o interesse em renovar conteúdos, almejar um trabalho melhor, propiciar engajamento entre pessoas intelectualmente compatíveis, ou seja: incentiva cada indivíduo a fazer, à sua maneira, uso daquilo que aprende constantemente. Os imigrantes japoneses e seus descendentes, durante as entrevistas, também compartilharam dessas opiniões, mostrando a importância que existe na educação e na busca de um conhecimento que pode ser utilizado em prol do outro, do familiar, do amigo, do vizinho, numa troca de experiências. O respeito à escolha profissional dos filhos também foi ressaltado

pelos entrevistados: pois se o acesso à educação permite que seus familiares conquistem novas profissões:

Outro objetivo perseguido quase obsessivamente é a garantia de oferecer estudos para os filhos mesmo que em escolas particulares, pagas com horas de trabalho nas feiras, quitandas, tinturarias, salões de beleza, ou diante das máquinas de costura. Formados, os descendentes abandonaram os negócios dos pais e partiram para a profissão que escolheram. A educação dos descendentes é um indicador de ascensão social [...] (SAKURAI, 2008, p.135)

Isso deve ser visto com orgulho, e não interpretado como desinteresse por trabalhar na mesma profissão dos pais – no caso, a agricultura ou qualquer outra atividade.

2.3 O papel da mulher na sociedade japonesa

Este item do trabalho tem o objetivo de mostrar nuances do papel da mulher japonesa, tanto na família como no ambiente profissional. Houve interesse em expor essas características para que se possa confrontá-las, no último capítulo, com parte do que foi apurado no ambiente de pesquisa. O caráter de submissão da mulher japonesa já esteve bem mais incutido na sociedade nipônica. Segundo Sakurai (2007), a imagem da mulher tímida, reservada, quieta, foi trazida como herança da tradicional cultura nipônica. Num passado próximo, da Era Meiji em diante, as mulheres foram conquistando espaço, de forma sutil, principalmente em relação ao trabalho. Para Sakurai (2007, p.305), o papel das mulheres era visto da seguinte forma:

A esposa caminhando atrás do marido ou a figura etérea e solícita da gueixa e das personagens de filmes como *Sayonara* ou *Casa de chá sob o luar de agosto*: até pouco tempo atrás, no Ocidente, essas eram as duas imagens que vinham à tona quando se pensava em mulheres japonesas.

Mesmo exercendo pouca autoridade no seio familiar, a mulher, esposa, japonesa, também tinha destaque no lar, pois o marido era responsável

pelas atividades fora de casa, ou seja, todas as responsabilidades internas do lar eram da esposa. Hoje em dia, as mulheres não se mantêm somente nas atividades do lar, mas conciliam profissão e cuidados com a família e com o lar, ou somente desenvolvem uma vida profissional. Nos estabelecimentos agrícolas, em Assaí, é comum a presença da mulher, japonesa ou descendente, desenvolvendo atividades domésticas e também agrícolas, colaborando com o sustento da família. Isso foi visualizado pela autora deste trabalho durante as pesquisas de campo, mas, devido à ausência das mulheres durante as entrevistas feitas com os chefes dos estabelecimentos, não se pôde quantificar com precisão as funções desempenhadas por elas no trabalho rural.

A especificidade da mulher migrante está na inserção no mercado de trabalho [...] nas mesmas funções exercidas por seus colegas do sexo masculino, com a vantagem de o gênero feminino ser considerado mais adequado para determinadas atividades, por exigirem trabalhos minuciosos, delicados e que requerem paciência. (KAWAMURA, 2008, p.176)

Durante uma feira, EXPOASA, realizada no município de Assaí – PR, em junho de 2008, foram feitas entrevistas com alguns proprietários rurais do referido município. Nessa feira, as mulheres dedicavam-se a tarefas como cozinhar, decorar o ambiente, cuidar da exposição e venda de trabalhos manuais, entre outras atividades. Sakurai (2007, p. 291) ressalta que as mulheres: “[...] ficam encarregadas de providenciar a alimentação, a decoração dos locais com bandeirinhas, flores, além de participar dos números de danças [...]”.

Atividades tradicionais, como *Ikebana*, *origami*, artesanatos em geral, bem como a dedicação à arte culinária, são algumas entre as muitas ocupações das mulheres e descendentes *nikkeis*, aqui no Brasil, que continuam a dedicar-se com perfeição a essas atividades. A cultura japonesa pode ser considerada híbrida à brasileira, pois muitos brasileiros não-descendentes apreciam a cultura e a tradição dos japoneses, fato que pode ser visualizado em festas típicas, em momentos de dança, como *matsuri*, onde é possível vivenciar essas experiências.

2.4 Imigração, migração e valorização da terra

As migrações ocorrem por inúmeros fatores: religião, busca de novos empregos, questões familiares, de saúde, e outros. Entre esses fatores, pode-se ressaltar a valorização da terra, pois muitas pessoas deslocam-se para outros lugares ou países por entenderem esses locais como significado de esperança e novas oportunidades, por serem, eventualmente, centros mais estruturados do que os de seu país de origem, ou ainda por outros motivos. É possível perceber que as migrações ocorrem, principalmente, quando há fragilidades econômicas, políticas ou sociais em alguns países, o que faz com que estes deixem de ser atrativos, levando uma parcela da população a buscar oportunidades e melhores condições de renda, segurança e estabilidade em outros lugares.

No livro *População e Geografia*, Damiani (2006, p. 62), faz vários apontamentos sobre indicadores que compõem a questão da Demografia, além de uma importante definição sobre migrações:

Definem-se migrações permanentes e episódicas, as transferências autoritárias da população – como a migração de refugiados, o comércio de escravos, etc. – e as migrações espontâneas (aparentemente espontâneas). Delineiam-se motivos políticos e econômicos conjunturais ou causas econômicas mais estruturais. Principalmente, quanto às causas da migração, sugere-se, genericamente, as motivações ou persegue-se, mais de perto, o quadro histórico particular, que a moveu. Entre as afirmações genéricas, está a de definir-se como causa permanente das migrações a pressão demográfica, fruto de um rendimento na área de origem, cujo aumento não acompanha o da população.

Pode-se perceber, portanto, que as causas que levam as pessoas a migrar são as mais diversas. E é notório que, com a transferência do domicílio para outro país, torna-se possível retomar as atividades diárias, desde que o processo de adaptação do imigrante seja iniciado e que ele se proponha a ocupar-se das atividades oferecidas pelo país que o recebeu.

No caso deste trabalho, a ênfase está no processo de imigração dos japoneses – que segundo (SAKURAI, 2007) foi incentivada pelo governo japonês, no

final do século XIX, na Era Meiji¹⁵ (1868-1912) –, focando a atenção na população rural. Com a instituição do pagamento dos impostos referentes à terra somente em dinheiro, inclusive com altas taxas, somente uma parcela dos agricultores pôde arcar com tais despesas, ocorrendo assim a concentração de terras. No Brasil, alguns agricultores também foram obrigados a deixar o campo em virtude da modernização tecnológica, da dificuldade no acesso a créditos para investimentos, entre outros motivos. Inicialmente, migraram para as cidades, onde o desemprego também ocorreu, por vários motivos, sobretudo pelo êxodo rural.

De 1908 a 1973 entraram no Brasil 249.177 imigrantes japoneses. A farta propaganda feita no Japão sobre um país de dimensões continentais, que oferecia grandes facilidades para se fazer fortuna, entusiasmou milhares e milhares de japoneses que, à época, encontravam-se sem perspectiva de vida sequer razoável na terra onde nasceram. Eram basicamente camponeses, que ficaram alijados do processo de modernização artificial que se tentou imprimir ao Japão. A transição da era feudal para a capitalista havia trazido reflexos dolorosos para a comunidade rural daquele país. Razões de ordem sócio-econômica passaram a exigir que o Japão promovesse a emigração. (OGUIDO, 1988, p.08)

A partir de 1868, segundo Fukagawa (1988), muitos japoneses iniciaram um processo de imigração livre, porém ilegal, dirigindo-se a vários países do mundo, como Canadá, EUA, México, entre outros, objetivando o enriquecimento rápido, para que pudessem retornar ao Japão. Esse processo foi ilegal porque o governo japonês não tinha uma política de emigração que protegesse os emigrantes. Portanto, estes ficariam sujeitos às imposições do Governo e das políticas do país de destino.

Segundo Asari (1992), a partir de 1891 a emigração japonesa passou a ser orientada por algumas empresas particulares japonesas, que procuraram inserir os japoneses que queriam migrar para países que tivessem políticas receptivas de imigrantes, na tentativa de assegurar-lhes condições básicas e estruturais (econômica, saúde, moradia). “Em 1896 é promulgada uma lei pelo parlamento visando a proteção do imigrante.” (ASARI, 1992, p.03)

¹⁵ A era Meiji foi um importante período para os japoneses, pois marcou o início de um intenso processo de mudanças que influenciou toda a história posterior do Japão. A restauração Meiji introduziu o país em uma nova realidade, rumo à modernização por meio de reformas sociais e econômicas. (SAKURAI, 2007)

Reafirmando esta ideia, Sano (1989, p.01) faz algumas ressalvas sobre a saída dos imigrantes japoneses de seu país de origem:

Iludidos ou não com o “paraíso brasileiro”, os japoneses vieram para cá porque não tinham meios de permanecer lá. No Japão, a desintegração das camadas rurais, que já vinha ocorrendo desde os meados de século XIX, acelerou-se com a chamada “Restauração Meiji” (1868) e sua política de industrialização e urbanização ultrarápidas às custas do setor agrário. De fato, para financiar essa modernização do Japão sem recorrer a recursos estrangeiros, optou-se por uma pesada taxa sobre a terra e a produção agrícola – o que para muitos pequenos proprietários, arrendatários e camponeses significou a deterioração ainda maior de suas condições de vida. São essas pessoas, colocadas à margem do processo de modernização do Japão, que foram procurar no além-mar novas perspectivas para suas vidas. Assim, ainda em 1868, os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram em Honolulu, no Havaí, para trabalhar nas plantações de açúcar. No mesmo ano, outros chegaram à ilha de Guam, uma possessão alemã. Com a incorporação do Havaí pelos Estados Unidos, estabeleceu-se o fluxo migratório de japoneses para a América: primeiro, para o oeste dos Estados Unidos como trabalhadores da frente pioneira; depois, nas indústrias madeireira e pesqueira do Canadá e do Peru; e, posteriormente, para o Brasil, como colonos nas fazendas de café.

O interesse do governo japonês na saída de parcela da população, à procura de melhores condições, aumentava à medida que essas pessoas se estabeleciam, conseguiam aprender rápido os ofícios da agricultura, das minas de carvão e níquel e da construção de rodovias, entre outros, ganhando salários melhores e iniciando a transferência de parte do dinheiro para a família, que permanecia no Japão. Fukagawa (1988) relata que alguns japoneses mandavam porções significativas de dinheiro para o seu país de origem.

O que muitos japoneses não esperavam era que o Governo de alguns países, ao perceber que os imigrantes desfavoreciam a mão de obra local – pois trabalhavam por baixos salários –, não teriam mais interesse em recebê-los, passando a tomar medidas protecionistas e fechando seus portos. Esses países, antes atrativos, passaram a despertar repulsa aos imigrantes. Dessa forma, países como o Brasil, que ainda se mostravam atrativos à recepção de trabalhadores para inserção na agricultura, tornaram-se um destino bastante procurado e promissor para os japoneses.

O Brasil, após a abolição da escravatura, em 1888, apresentou defasagem na mão de obra para a colheita do café. E os japoneses, assim como os italianos, alemães, belgas, e tantos outros, foram incluídos nos contingentes de trabalhadores rurais. A economista Maria Lucia Lamounier (2007, p.354), em um artigo sobre o trabalho nas lavouras de café do estado de São Paulo e nas ferrovias brasileiras, entre 1850-1890, aponta alguns motivos para a preferência dos proprietários (barões do café) por imigrantes, em vez de brasileiros, pois, “[...] alguns estudos, ao assumirem que os nacionais teriam vivido à margem da sociedade, chamam a atenção para o preconceito da sociedade brasileira contemporânea contra a população mestiça, livre e pobre.” E continua dizendo que essa população é: “[...] apresentada como ‘indolente’, ‘vadia’ e ‘ociosa’. Tal preconceito, por sua vez, explicaria a preferência dos fazendeiros pelos imigrantes”.

Há, ainda, outra vertente, também apontada por Lamounier (2007, p.354), que explica o fato da empregabilidade nas fazendas de café ter sido em grande parte ocupada por imigrantes, pois coloca o trabalhador brasileiro como independente e autônomo, dizendo que:

[...] atitudes da população livre e pobre com relação ao trabalho em uma sociedade escravista e em um país com uma fronteira aberta, revelariam a resistência desses trabalhadores em mudar um modo de vida baseado em valores culturais tradicionais para um outro mais metódico e disciplinado.

O fato é que, realmente, as fazendas de café necessitavam de mão de obra para o trabalho “abandonado” pelos escravos, e os japoneses, brasileiros, italianos, entre outros, eram opções para o ofício que não podia parar.

De fato, a origem desse contingente de trabalhadores está diretamente relacionada com a substituição dos escravos e a preservação da economia colonial contra qualquer tipo de transformação que pudesse ser produzida pelo desaparecimento do regime de trabalho cativo. (MARTINS, 1979, p.118)

Sano (1989) escreveu sobre a empregabilidade dos imigrantes e outros problemas que ocorreram ao longo do tempo, pois nem tudo foi como sonhavam os que chegaram ao Brasil, com esperanças de melhores condições de vida. Se no Japão sobrava mão de obra, aqui, no Brasil, de forma diferenciada, tentava-se resolver o problema de sua carência para a lavoura cafeeira, então em

expansão. Com a extinção do tráfico de escravos, em 1850, e o fim da escravidão, em 1888, a solução encontrada foi a contratação, em massa, de imigrantes europeus. Muitos imigrantes japoneses, entretanto, acabaram sofrendo devido às péssimas condições de trabalho que tiveram de enfrentar, situação esta muito diferente do sonho que acalentavam, e que os levou a ansiar e lutar pelo retorno à terra natal.

Após um enorme contingente de imigrantes italianos, alemães, belgas, entre outros, entrar no Brasil, por volta de 1890-1910, segundo Paiva (2000), os números começaram a cair. Levando-se em conta que a cafeicultura, apesar das oscilações, constituía o principal setor da economia brasileira, houve, nesse período, carência de força de trabalho. Os olhos dos cafeicultores, então, voltaram-se definitivamente para o Oriente e, em particular, para o Japão. Fukagawa (1988) relata que a entrada de imigrantes japoneses no Brasil antecede a data oficial de 1908 e expõe que desde 1906 e 1907 havia mais de duas dezenas de japoneses aqui, com objetivos variados. Um deles era Ryu Mizuno, que fundou a empresa Kô-Koku Shokumin Kaisha, por meio da qual foram introduzidas, oficialmente, as primeiras levas de imigrantes japoneses no Brasil.

Desse modo, em 1907, foi assinado, por pressão dos fazendeiros e em caráter experimental, um contrato com a Companhia Imperial de Emigração do Japão. Nesse acordo, a Companhia ficava autorizada a transportar 3.000 japoneses, em parcelas anuais de mil pessoas, cabendo ao governo de São Paulo subvencionar parte dos gastos com o transporte desses imigrantes. A figura 05 apresenta o conteúdo incentivador da campanha de incentivo à migração desenvolvida no Japão. Entretanto, o objetivo dos que aderiram a ela era: migrar, trabalhar com afinco, alcançar sucesso financeiro e retornar à pátria.

Da fase que cobre a primeira leva de imigrantes do Kasato Maru até 1924, podem ser ressaltadas algumas características. Nessa primeira etapa, a vinda dos trabalhadores japoneses – que sempre foi assistida oficialmente pelo governo do Japão em acordos com o Brasil – direcionou-se marcadamente para São Paulo. Os primeiros imigrantes vinham através do contrato entre as companhias de imigração japonesas e os cafeicultores paulistas, os quais pagavam o custeio do estabelecimento das famílias nas fazendas. O contrato previa, para cada família, um mínimo de três trabalhadores, em regime de trabalho assinado por pelo menos dois anos. Ainda que incentivados pelo Estado japonês, os que tomaram a decisão de emigrar eram

motivados pelo desejo próprio de mudar sua condição de vida, para retornarem à terra natal como pródigos bem-sucedidos. (KODAMA; SAKURAI, 2008, p.19)



Figura 05 – Cartaz da Empresa Internacional de Ação Social, no Japão, dizendo: “Vamos toda a família para a América do Sul. Ajudamos pessoas a migrar para o Brasil”.
Fonte: SANO, R.K. (1989).

O sistema de trabalho no qual os imigrantes japoneses foram inseridos, nas fazendas de café, foi o colonato, que segundo Schpun (2008, p.137) “baseava-se na participação de todos os membros da família: a cada um cabia um certo número de pés de café e, quanto mais numerosos seus membros, maior era sua rentabilidade.” Ressalta-se que no sistema de colonato o pagamento aos colonos não era feito integralmente em dinheiro, pois estes recebiam parte da produção de café pelos tratos que davam à cultura, bem como se beneficiavam de poder plantar nos arruamentos entre os pés de café.

O tempo médio de permanência no sistema de colonato foi, para os japoneses, relativamente curto: metade deixou as fazendas de café em menos de cinco anos, mas uma boa parte o fez em menos de dois anos. Muitos alcançaram rapidamente a posição de arrendatários ou de pequenos proprietários, seguindo as duas possibilidades que se apresentavam na época: em primeiro lugar o acesso às chamadas “terras velhas”, gastas pelo café, onde se dedicaram à policultura intensiva de frutas e legumes. Em segundo lugar, a compra ou

arrendamento de terras ainda virgens, nas zonas pioneiras, optando por uma mobilidade acelerada em que a revenda era também rápida, seguindo o ritmo do avanço da fronteira do café. (SCHPUN, 2008, p.138)

Martins apresenta considerações acerca do colonato, revelando que o fazendeiro estabelecia acordos com os imigrantes sobre quais seriam os direitos dos colonos em relação ao cultivo das culturas de subsistência e também sobre a pequena parcela de pagamento, feita em dinheiro, pelos trabalhos prestados por eles, nas fazendas.

Às vezes o colono tinha que dividir a sua colheita de milho e feijão com o fazendeiro. Às vezes não. Geralmente, ele e sua família consumiam uma parte dos gêneros colhidos, vendendo o excedente previsível. Além disso, recebia uma quantia em dinheiro correspondente a um número determinado de cafeeiros sob seu cuidado, mais uma importância variável relativa à produtividade do cafezal em cada ano. O acordo incluía moradia, água, lenha e pasto para um ou dois animais. (MARTINS, 1979, p.127)

Ao conversar com um dos entrevistados (entrevistado 6), em Assaí, ele ressaltou que antigamente (década de 1930) a aquisição de terras era mais fácil, pois seu avô conseguiu comprar terras depois de trabalhar durante dois anos numa fazenda no interior de São Paulo. Comentou, ainda, que a família valorizava muito a terra, pois havia participado, trabalhando, de todo o processo de aquisição dessa tão sonhada conquista.

Há diferença entre quem possui a terra e quem apenas trabalha nela, já que a terra não tem valor e sim preço, pois o proprietário pode obter daí a renda da terra, que, segundo Oliveira (1985, p.93), “[...] é a fração suplementar permanente do lucro capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições”. A renda da terra absoluta é a renda paga pela sociedade, que paga pelos possíveis frutos que essa terra poderá produzir, e Oliveira (1990, p.75) escreve que: “É uma fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade.” Portanto, quando um proprietário compra a terra, ele compra a renda capitalizada da terra.

A produção e o lucro gerados por ela também podem ser de posse do proprietário, ou o mesmo pode arrendar a terra e receber por isso. Há, ainda, os que deixam as terras improdutivas, à espera de valorização, especulando o mercado para vendê-las num momento oportuno. Esse tipo de conduta dificulta o acesso à terra, inclusive para fins de reforma agrária, o que pode manter o desemprego de muitas pessoas que veem, no campo, suas únicas possibilidades de trabalho.

Alguns japoneses, os que tinham certas reservas em dinheiro, ou que negociavam com as companhias de emigração, podiam adquirir as terras brasileiras lá mesmo, no Japão. Assim, quando chegassem ao Brasil já estariam inseridos no processo produtivo formador de café.

Considera-se importante ressaltar, novamente, o quanto se almejava adquirir terras, sonho dos imigrantes que chegaram ao Brasil sem nada, pois é notório, por meio de leituras feitas, que os imigrantes japoneses e seus descendentes não se conformavam em ser tratados como escravos. Ou seja: tinham perspectiva de trabalhar para progredir, comprar uma porção de terra que lhes servisse, tanto como moradia como espaço de trabalho, a fim de que pudessem exercer seu labor na agricultura. Vivendo em situação de maus tratos e indiferença por parte dos patrões, fugiam de algumas fazendas, em busca de melhorias na sua condição econômico-social, segundo Asari (1992, p.07), “[...] seja tornando-se arrendatário, meeiro, ou se dirigindo para a cidade para trabalhar em serviços urbanos.”

Sabendo de tais condições, o governo japonês continuou subsidiando os imigrantes e a partir de 1925, juntamente com a fundação de associações ultramarinas¹⁶, resolveu comprar, no Brasil (nos Estados de São Paulo e Paraná), lotes de terras para estabelecer núcleos agrícolas e, dessa forma, oferecer aos imigrantes japoneses oportunidades de fixação na terra, o que lhes abria um novo e seguro espaço de trabalho.

Após adquirir o lote, o imigrante procederia à derrubada da mata – quando ainda houvesse – e iniciaria o cultivo em seu estabelecimento. Como Schpun (2008, p.139) observou, os lotes não eram tão extensos e as terras nem sempre eram as mais produtivas. “[...] nas duas frentes rurais ocupadas pelos japoneses, a pequena propriedade parece ter avançado mais rápido que o

¹⁶ Representantes das empresas colonizadoras japonesas pelo mundo.

latifúndio.” Dessa forma, a agricultura diversificada, policulturas, foi a opção de alguns imigrantes japoneses para suprir as necessidades de algumas cidades:

A prática da policultura serviu para suprir as necessidades das cidades que, além de São Paulo, foram implantadas no caminho da expansão cafeeira, abrindo um mercado que os japoneses souberam – ou puderam – tomar e desenvolver. Fora a agricultura de alimentos, os japoneses dedicaram-se, também, a novas culturas. Dentre elas, destaca-se o algodão, cuja expansão se fez sentir, de modo agudo, após a crise de 1929, e sobretudo a partir de 1932, justamente graças aos agricultores de origem nipônica. (SCHPUN, 2008, p.139)

Para a nissei¹⁷ Estela Okabayashi¹⁸ (apud FIORE 2008), a maior contribuição dos japoneses para o Brasil está no desenvolvimento da agricultura. Ela revela que os japoneses aprenderam a cultivar muitas espécies nativas por meio de experimentos, criando variedades híbridas.

Mais uma vez, teve-se a contribuição de um entrevistado no que se refere às técnicas voltadas para a melhoria de algumas espécies de cultivares, ressaltando a importância das mesmas para a agricultura:

Comprei há poucos dias umas mudas em Santa Catarina, de uma variedade de banana a qual chega aqui muito saudável. Não fiz por aqui porque não ficaria do mesmo jeito, já que requer manejo especializado para isso. Mas o que faço sempre é tentar enxertar uma planta na outra para ver surgir uma qualidade melhor de frutas. Um exemplo interessante é o do abacate (figura 6) no qual eu faço os enxertos de pequenos brotos num tronco que servirá como base para a planta crescer. Dá umas plantas saudáveis e muito boas para comercializar. (Entrevistado 6)

O agricultor fez questão de mostrar o enxerto que fez em sua propriedade e explicou que poucas pessoas conseguem realizar esse trabalho com sucesso, pois não se trata somente de ir até algum vizinho que saiba fazer e perguntar como se faz... Ele relatou que é necessário ter paciência, habilidade, e insistir para que se consiga atingir o objetivo de produzir uma variedade saudável e rentável.

¹⁷ A denominação nissei designa a primeira geração nascida de japoneses fora do Japão, ou seja, nisseis são filhos de japoneses.

¹⁸ A primeira nissei a nascer em Londrina-PR



Figura 06 – Enxerto de uma espécie de abacate em um tronco base. **Foto:** BERNARDES, J.R. **Data:** 16/01/2009.

Kodama e Sakurai (2008) escrevem que os japoneses deram uma importante contribuição à fruticultura brasileira, pois algumas frutas que antes eram importadas passaram a ser produzidas aqui. As autoras complementam essa ideia relatando que os descendentes de japoneses participaram, no sul do Brasil, de projetos de fruticultura. Os que moravam no Nordeste também acompanharam e participaram do desenvolvimento de fruticultura irrigada no semiárido, mais precisamente no vale médio do rio São Francisco.

2.5 Imigração japonesa para o Brasil

O Brasil, país de 183.987.291 de habitantes, segundo censo realizado no ano de 2007, pelo IBGE (2007a), não é formado somente por brasileiros, mas também por muitos imigrantes que se tornaram parte da população. As migrações no Brasil passaram por três fases importantes, conforme Paiva (2000) e Levy (1973):

- A primeira: entre 1880-1929, período entre a abolição da escravatura e a queda da produção do café na segunda década do século 20. Nessa fase, a entrada de imigrantes europeus e asiáticos no Brasil foi muito intensa, cerca de 3.993.766 imigrantes. A maioria foi trabalhar nas fazendas de café de São Paulo e também em fazendas no sul do país.
- A segunda fase: entre 1930-1950, quando países antes exportadores de mão de obra, como: Alemanha, Itália e Portugal, iniciaram um processo de inibição da imigração, o que causou um déficit importante de imigrantes no Brasil. O Japão ainda continuou mandando imigrantes para o Brasil, mas em um número já bastante reduzido em relação à primeira fase da imigração.
- E a terceira fase: que compreende o período de 1950 até 1970 e envolve trabalhadores especializados de diversas nacionalidades, como: italianos, japoneses, espanhóis, suíços e também refugiados de guerra, como vítimas de regimes nazistas e fascistas, republicanos vítimas do regime falangista na Espanha, entre outros. A entrada desses imigrantes foi importante para o trabalho na maior cidade do país, em virtude de São Paulo estar passando por um vigoroso processo de implantação de indústrias, movimentando a construção civil e os serviços, entre outros.

Uma contagem feita por Levy (1973) indica que, de 1872 a 1972, ou seja, em um século de imigração, o Brasil recebeu cerca de 5.350.889 (100%) imigrantes de várias partes do mundo, e, desses, 248.007 (4,64%) eram japoneses. Pode parecer um número pequeno em relação ao total da população brasileira – aproximadamente 90 milhões de pessoas, na década 1970 (IBGE, 2008a) –, representando algo em torno de 0,27%, mas a mão de obra desses imigrantes foi muito importante em décadas anteriores, pois contribuiu de maneira substancial para a continuidade do trabalho nas lavouras, principalmente nas de café.

Como Levy apontou em seu estudo, três fases sobre as migrações no Brasil, até o ano de 1970, fez-se necessário traçar como as migrações continuaram ocorrendo, de 1970 até o ano de 2000, em relação aos imigrantes japoneses, para que se possa analisar se aumentou, diminuiu ou se estabilizou a entrada de imigrantes japoneses no Brasil.

A tabela 6 mostra como foi diminuindo, gradativamente, década a década, a imigração para o Brasil. O movimento migratório, muitas vezes, não se mostra homogêneo ou contínuo, ou seja: passa por fases que podem ser

intensificadas – quando se abre espaço para que novos imigrantes cheguem – ou reduzidas, quando se pretende proteger a mão de obra nacional. Para Pereira (1978, p. 194) a “[...] verdadeira importância da migração internacional para o Brasil tornou-se praticamente nula após 1930”.

Tabela 06 – Estrangeiros e percentual no total de estrangeiros, por ano censitário, segundo os países de nascimento.

	1970		1980		1991		2000	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Portugal	410.216	37,89	348.815	38,21	224.849	37,06	175.794	34,46
Japão	142.685	13,18	115.118	12,61	67.024	11,05	52.496	10,29
Itália	128.726	11,89	87.076	9,54	53.543	8,83	43.718	8,57
Espanha	115.893	10,70	81.290	8,91	47.047	7,76	35.809	7,02

Fonte: IBGE (2000b).

Sakurai (2007, p. 245), ao escrever sobre a imigração japonesa, ressalta que do “[...] total de imigrantes que vieram para o Brasil, dois terços vieram entre 1925 e 1942”. Analisando-se a tabela, é possível perceber que houve redução na imigração para o Brasil, década a década. A explicação para este fato pode estar vinculada à restrição à entrada de imigrantes, a partir de 1940, cuja taxa limitava-se a 2% do total de imigrantes que haviam ingressado no Brasil desde 1890. Além do mais, as relações diplomáticas entre Brasil e Japão estavam abaladas, na época, em virtude da Segunda Guerra Mundial (ASARI, 1992).

No gráfico a seguir (03) pode-se perceber a redução gradativa da imigração japonesa no Brasil, desde 1908 – quando chegou a primeira leva de imigrantes – e também alguns picos, ou seja, ocasiões em que o número de imigrantes mostrou-se bastante elevado.

Verificando-se os dados do gráfico, é possível notar quão expressiva foi a vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil na década de 1930, apresentando, entretanto, picos mais baixos alguns anos antes e outros depois. A redução, ano a ano, foi ocorrendo conforme já citado. O período mais intenso de imigração japonesa teve seus reflexos em Assaí – PR, foco do presente estudo, com uma ocupação massiva de lotes das glebas disponíveis – que segundo Asari (op.cit.) data da década de 1930 –, por japoneses vindos direto do Japão, em menor

número, e por japoneses que se deslocavam do estado de São Paulo, que foram a maioria.

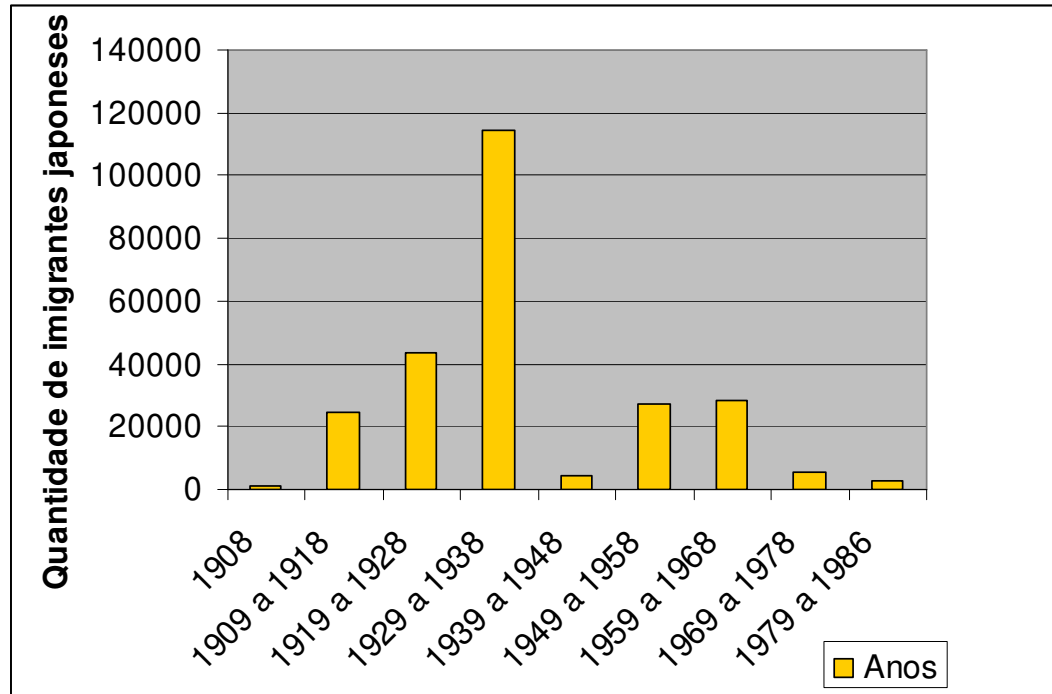


Gráfico 03 – Número de imigrantes japoneses que entraram no Brasil de 1908 a 1986. Fonte: ASARI, A. (1992). **Organização:** BERNARDES, J. R.

Beltrão, Sugahara e Konta (2008) afirmam que a partir do final da década de 1980 o fluxo de migrantes mudou de direção, pois o Brasil passava por uma grave crise econômica, que provocou a saída de trabalhadores daqui para o Japão (fenômeno *decasségui*), nação reconhecida mundialmente como potência industrializada.

No capítulo 1 deste trabalho foi exposto que na década de 1970 o êxodo rural se intensificou, devido ao pacote tecnológico que reorganizou o campo, disponibilizando crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas para alguns poucos proprietários rurais (os maiores e mais estruturados) e ao mesmo tempo proporcionando poucos incentivos aos pequenos produtores. Ou seja: o espaço rural brasileiro passou por inúmeras transformações, desde a perda substancial de população, como já foi apontado, até a inserção de novas atividades como alternativa para os agricultores que, sem perspectiva de continuar a plantar, descobriram em seus estabelecimentos uma oportunidade de prática, por exemplo, de turismo rural – que, segundo Rodrigues (2003), não tem uma data oficial de

início, mas pode-se considerar os meados da década de 1980 –, com atividades como: restaurantes rurais, pesque-pagues, chalés para locação, entre outras.

Não foi só no campo brasileiro que houve redução da população (êxodo rural), mas também no plano das migrações, conforme aponta o IBGE (2000b, s.p): a redução da migração internacional para o Brasil vem ocorrendo a cada ano que se passa, e os números referentes a essa redução podem ser conferidos na citação que se segue:

Com base na informação sobre o lugar de nascimento dos recenseados, os dados da amostra do Censo 2000 revelam que havia 510.068 estrangeiros vivendo no Brasil em 2000. O número vem caindo continuamente a cada censo, já que os fluxos mais intensos de migração do exterior para o Brasil ocorreram até a década de 1950. Em 1970, foram recenseados 1.082.745 estrangeiros no País. Em 1980, o número caiu para 912.848 e em 1991, para 606.636. Portugueses, japoneses, italianos e espanhóis mantêm-se como os maiores contingentes de estrangeiros no Brasil. Porém, o tamanho desses grupos vem se reduzindo continuamente, tanto em números absolutos, quanto em participação percentual.

Foi na esperança de encontrar um mundo onde seus objetivos pudessem ser conquistados que os japoneses iniciaram uma viagem em busca de oportunidades. Handa (apud SANO,1989, p.01) escreve sobre a chegada desses imigrantes ao Brasil:

Era 18 de junho de 1908: “às vésperas do dia de São João os rojões subiam, explodindo estrondosamente. E ainda, balões navegavam no céu. Contemplando comovidos o espetáculo os imigrantes tiveram a ilusão de que o povo brasileiro lhes estava dando as boas-vindas”. [...] descreve a chegada do primeiro grupo de japoneses ao Brasil, a bordo do vapor Kasato Maru. Mas, anos depois, um canto-lamento circulava entre esses mesmos imigrantes vindos da longínqua terra do arroz e do imperador para a terra do café e do coronel.

Assim, é possível constatar essa esperança de chegar a um outro país e ser bem recebido, estabelecer-se e trabalhar. Segundo Vieira (apud ASARI, 1992), o governo japonês teve muita responsabilidade com a política de emigração, visando o bem-estar de seus cidadãos, pois era exigido, do país receptor, que tratasse bem os imigrantes, inclusive com garantias em relação aos bons tratos. A

figura a seguir (figura 07) mostra parte dos imigrantes que chegaram ao Brasil, no ano de 1908, à espera da definição de para onde seriam encaminhados para trabalhar.



Figura 07 - Japoneses recém-chegados ao Brasil, aguardando seu destino na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo (1908). **Fonte:** SANO, R.K. (1989).

Asari (1992) atenta para o caráter paternalista do Governo do Japão, que ficou bastante evidente nessas medidas, adotadas para proteger os japoneses de maus tratos e violência, bem como para enviar seu contingente populacional a lugares onde seria possível manter o propósito expansionista. Bassanezi e Truzzi (2008, p.78) afirmam que: “O governo japonês procurou igualmente proteger os emigrantes na nova terra, dando suporte técnico e econômico.” Há que se ressaltar que o governo do estado São Paulo também financiou boa parte das despesas com as viagens dos imigrantes, despesas estas que poderiam ser reembolsadas, depois, pelos fazendeiros, aos cofres públicos, através de descontos nos salários dos imigrantes.

Devido à grande distância entre Brasil e Japão, o preço das passagens era mais elevado que aqueles pagos para imigrantes europeus. Portanto, ficou consignado que uma parte das passagens dos imigrantes japoneses (a parte que ultrapassasse o máximo daquelas pagas aos imigrantes europeus) ficaria a cargo dos fazendeiros, com a faculdade de descontar nos salários a importância restituída ao Governo. (BASSANEZI; TRUZZI, 2008, p.74)

A chegada a um novo país, com novos costumes, usos, língua, alimentação, raça, entre muitas outras diferenças, causa um choque em pessoas que precisam se adaptar às novas condições que lhes são impostas. Certamente não foram só os japoneses que passaram por esse tipo de adaptação, mas a maioria dos imigrantes que aqui chegaram. Não só a adaptação é difícil, mas também a concorrência que se estabelece entre os trabalhadores nativos e os imigrantes que, na condição de novatos num país estranho, sem qualquer tipo de renda, aceitam trabalhar por baixos salários.

Sakurai (2007, p.245) escreve sobre as condições para a emigração para o Brasil e como essa emigração influenciou para que se inserisse uma nova cultura e tradição (japonesa) no país.

A condição prévia para a emigração para o Brasil, até o início da segunda Guerra Mundial, era a saída de pelo menos três pessoas aptas para o trabalho, sem que outros membros da família fora das condições previstas fossem impedidos de acompanhá-los. Assim o equilíbrio demográfico – graças à presença de adultos, crianças e idosos de ambos os sexos – é um fator que diferencia o Brasil de todas as outras localidades que receberam japoneses. Podemos dizer que aqui se criou um pequeno Japão, reproduzindo a diversidade cultural e linguística existente na terra natal dos imigrantes.

Povo tradicional, os japoneses e seus descendentes, conhecidos como *nikkeis*¹⁹, como já dito, estão inseridos na cultura²⁰ brasileira, pois o Brasil abriga grande número de japoneses e, de acordo com o Censo IBGE (2008b), 9% dos 5.507 municípios brasileiros, aproximadamente 496, têm a presença de japoneses em sua população, especialmente nos estados de São Paulo e Paraná. Em São Paulo, por exemplo, bairros como Liberdade mostram a força da comunidade nipo-brasileira. No Paraná, em cidades como Uraí e Assaí, também ocorre grande concentração de japoneses e *nikkeis*.

¹⁹ Termo utilizado para designar os japoneses que nasceram fora do Japão ou que vivem no exterior. Cada geração *nikkei* recebe denominação própria: *issei* (imigrantes japoneses), *nissei* (filhos de japoneses), *sansei* (netos de japoneses), *yonseis* (bisnetos de japoneses).

²⁰ São duas as concepções básicas de cultura: uma geral, que trata da totalidade das características de uma realidade social, e outra concepção, que diz respeito ao conhecimento que a sociedade, povo, nação ou grupo social tem da realidade e a maneira como o expressam. Neste trabalho, a concepção adotada foi esta última, visando ressaltar a integração entre imigrantes, neste caso, os japoneses, bem como de outras nacionalidades, com a população brasileira (SANTOS, 2007).

Há um questionamento sobre o fato dos japoneses, que embora sejam em grande número, no país, mantêm sua cultura e modo de vida fechados, apenas entre eles mesmos, dificultando a inserção de outros povos e costumes em seu meio. Sakurai (2008) revela que esse fato pode ter sido motivado pela forte tradição conservada por eles, bem como pelos conceitos básicos da cultura japonesa, como: práticas voltadas ao relacionamento familiar; culto aos ancestrais; respeito aos idosos e um extremo amor à pátria; determinação de propiciar instrução moral e educação, evitando que as pessoas prejudiquem umas às outras, bem como a proteção do grupo frente a possíveis preconceitos por parte dos ocidentais não-descendentes.

Nesse processo de adaptação à nova realidade, a convivência com os iguais era uma forma de manter a identidade e com certeza suavizar, ainda que minimamente, a saudade da terra natal, as dificuldades, os sofrimentos e as angústias que sentiam trabalhando e vivendo numa terra estranha. [...] as diversas formas de sociabilidade, que promovessem o sentimento de grupo, de identidade, de pertencimento a um lugar e cultura, eram valorizados. (TANNO, 2008, p.66)

Há, ainda, o problema da adaptação num país com características (climática, econômica, social) tão distintas, como é o caso do Brasil em relação ao Japão. Para Willems (apud ASARI, 1992, p. 47), a adaptação do migrante longe de seu país de origem é difícil, pois:

[...] diferenças do meio físico não admitem a utilização, pelos migrantes, de uma boa parte das experiências acumuladas no país de origem. Padrões de habitação, vestuário, de alimentação, de trabalho, de locomoção, de recreação, etc., têm de ser abandonados diante das diferenças do meio físico.

Durante esse primeiro contato com o Brasil, alguns fatos contrariavam os imigrantes, desde a alimentação, que se mostrava diferenciada, a moradia, o clima e a atmosfera da fazenda, até a superioridade aparente do administrador, a arrogância do fiscal e o mau atendimento do intérprete. A colocação dos imigrantes nas fazendas também causou mal-entendidos e dissabores entre patrões e empregados (migrantes):

A chegada, em 18 de junho de 1908, de cerca de 800 japoneses foi o primeiro resultado desse contrato (mão de obra)²¹. Esse primeiro contingente de trabalhadores, após rápida passagem pela Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, foi distribuído no interior do Estado. [...] houve conflitos entre os imigrantes e os funcionários da Companhia Imperial de Emigração, [...] pois indignados com as péssimas condições de trabalho, moradia e remuneração, os japoneses promoveram sucessivas greves, fugas noturnas e rescisões de contrato em cada uma das fazendas. Devido às dificuldades de relacionamento, os membros “artificiais” rebelavam-se contra a tutela do “chefe de família”, abandonando as fazendas para procurar outras formas de atividade econômica. (SANO, 1989 , p.02)

Conforme a citação, entende-se por membros “artificiais” os chefes das fazendas de café, ou seja, os brasileiros que tomavam conta dos imigrantes, cuidando para que o trabalho obtivesse os rendimentos esperados pelos donos das terras. São chamados de membros artificiais devido ao fato de inicialmente parecerem, aos imigrantes, pessoas agradáveis e acolhedoras, mas que depois, passado o período de adaptação, mostravam-se agressivos, momento em que se iniciavam as cobranças. Quanto à expressão “chefe de família” se deve ao fato de que cada família, nas fazendas, era composta por um chefe – que, mesmo sendo japonês, muitas vezes não conseguia manter toda a família ou outros imigrantes trabalhando nas mesmas, pois, devido ao descontentamento com o tratamento e a dificuldade em enriquecer e comprar as próprias terras, estes fugiam à procura de melhores condições de trabalho ou novas oportunidades. Na figura a seguir (figura 08) é possível visualizar o trabalho dos imigrantes japoneses em meio aos cafezais paulistas.

A dificuldade de comunicação, devido às grandes diferenças linguísticas, mostrava-se como grande empecilho na negociação – desde a contratação dos trabalhadores até o estabelecimento de salários, da posse na terra ou nas casas das colônias –, na compra de mantimentos, no acesso aos serviços de saúde, transporte etc.. Asari (1992, p.49), em sua tese de doutorado, fez algumas ressalvas sobre as dificuldades pelas quais os imigrantes passaram, logo após a chegada ao Brasil:

Nos primeiros anos de chegada ao Brasil, muitas vezes, a comunicação gestual não era entendida... [...] dificuldade em aprender

²¹ Grifo nosso.

a língua se refletiu na alimentação, na não adoção dos alimentos existentes no Brasil, na maneira errônea de prepará-los, tornando-os intragáveis, tendo-se registrado casos de anemia, de fraqueza, pela deficiência no consumo de calorias, de proteínas e de outros compostos orgânicos.



Figura 08 – Imigrantes japoneses trabalhando na lavoura de café
Fonte: SANO, R.K. (1989).

Há que se lembrar que o imigrante, para Asari (1992), também leva importante contribuição ao seu destino (lugar escolhido para residir após a migração), pois, em seu país de origem, recebeu educação, ou seja, é portador de bens culturais que poderão enriquecer a sociedade que o adota.

O sonho de muitos imigrantes, quando chegam a um outro país, é o de alcançar o sucesso que lhes foi negado em seu país de origem. Enriquecer, conquistar seu espaço, construir sua vida, são algumas das metas mais importantes.

Absorvidos pela sociedade brasileira, na grande maioria dos casos os imigrantes experimentaram uma relação entre o homem e a terra e entre o trabalhador e o proprietário que havia se tornado difícil no país de origem. A sociedade de adoção aparentemente recriava relações que estavam desaparecendo no país de origem e se apresentava para ele como a “boa sociedade”, pois os que o expulsaram da terra e que se beneficiaram com a expulsão não estavam aqui. A sociedade

brasileira, de certo modo, oferecia-lhe de volta o que lhe haviam tirado no país de origem. (MARTINS, 1979, p.119)

Com o passar do tempo, o retorno à pátria também era almejado; o próprio título do trabalho de Asari (1992) expõe essa vontade: “E eu só queria voltar ao Japão”, motivo das inúmeras fugas e da pouca produtividade, entre outros sintomas desencadeados pelas más condições de trabalho, pelo não recebimento de salários e tantos outros dissabores que foram vivenciados pelos imigrantes, no Brasil.

Sakurai (2007) expõe que as greves e os protestos que ocorreram nas fazendas demonstraram a insatisfação dos imigrantes japoneses em relação às condições de trabalho e aos baixos salários que recebiam. O esforço era grande, para pouco retorno. Algumas famílias optavam pela fuga, numa tentativa de se desvencilhar dos contratos de dois anos que as obrigavam a permanecer nas fazendas trabalhando. Aqueles que conseguiam, à força de muita economia, guardar algum dinheiro, almejavam, para o futuro, a compra de suas próprias terras.

Os japoneses viam-se desprotegidos, ludibriados; daí a vontade de retornar ao Japão, ou, no caso disso não ser possível, a opção de deslocar-se do campo para as cidades.

Nas cidades, inicialmente, exerceram profissões que exigiam pouco capital, que não necessitasse muito conhecimento da língua portuguesa (pois eram raros os que falavam fluentemente) e que pudessem contar com o trabalho dos familiares (para não ter que pagar empregados). Tornaram-se donos de tinturarias, quitandas, mercearias, barbearias ou barracas de feira. (SAKURAI, 2007, p.258/259)

Como a intenção de voltar ao Japão era uma máxima entre muitos dos imigrantes, os pais procuravam ensinar a língua e os costumes japoneses aos filhos, para que estes, caso um dia retornassem à sua terra natal, não tivessem dificuldades em relação à adaptação, tanto na escola como em ambientes de trabalho e na sociedade japonesa de uma forma geral.

2.6 Imigração japonesa no norte do Paraná: uso e ocupação da terra

Para que o leitor possa se situar, no estado do Paraná o processo de imigração dos japoneses ocorreu em três momentos. Ribeiro (2008) relata que o primeiro momento é o da chegada de grupos independentes, que formaram colônias no litoral. O segundo, foco deste estudo, refere-se à compra incentivada de lotes, no norte paranaense, com financiamento do próprio governo japonês, na década de 1930. O último momento é o da convergência da comunidade japonesa para a capital do estado.

No norte do Paraná, bem como no estado de São Paulo, o café manteve-se, por algumas décadas, como produto solidificado no mercado mundial. Em virtude disso, havia muito trabalho para todos os envolvidos: fazendeiros, trabalhadores (mão de obra), comerciantes, exportadores etc.. Asari e Tsukamoto (2008) afirmam que mais de 250 mil imigrantes japoneses trabalhavam no Brasil, na cafeicultura. Muitos desses japoneses que trabalhavam nas fazendas cafeeiras de São Paulo vieram para o Paraná, para se incumbir das mesmas funções que executavam lá, ou seja: a de trabalhadores rurais. Oguido (1988) ressalta que a experiência adquirida pelos japoneses nas lavouras cafeeiras de São Paulo contribuiu por demais para que o Paraná fosse, durante muitos anos, o maior produtor de café do Brasil. Com isso, o sonho de ter sua própria terra e cultivar a “árvore do ouro verde” era uma constante entre os imigrantes.

Duas cidades plantadas no Norte do Paraná, pelos nomes que receberam e pelas características fisionômicas da maioria dos seus habitantes, identificam-se muito com um pequeno, porém superdesenvolvido, país asiático. Sol Nascente e Sol Poente, Assaí e Uraí são pedacinhos do Japão encravados em terras paranaenses. Ambas foram cidades inteiramente colonizadas por imigrantes japoneses, que fincaram raízes, produziram, construíram e procriaram. Uma, capital do algodão; outra, capital do rami. (OGUIDO, 1988, p.51)

A colonização/ocupação do norte do Paraná, na década de 1930, em linhas gerais, foi implementada pelas seguintes companhias: Nambei (em Uraí), BRATAC – Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. (em Assaí) e Companhia de Terras Norte do Paraná (em Londrina). Pode-se dizer que a Companhia de Terras

Norte do Paraná foi responsável pelo loteamento da maior parte das terras norte-paranaenses. Mas como o presente estudo volta-se para o município de Assaí, convém ressaltar que este foi loteado por companhias particulares, que adquiriram os terrenos e os dividiram em glebas, chácaras, ou seja, em pequenas propriedades. Segundo Ribeiro:

No caso do Norte do Estado, os primeiros japoneses que se fixaram como pequenos proprietários de terra vieram incentivados pelo governo do Japão, por meio da companhia japonesa Yugen Sekinin Buraziru Tokowsyoku kumiai – Bratac, que iniciou suas atividades em 1928 no estado de São Paulo. A empresa comprava os lotes de terra e os financiava para os imigrantes nas áreas destinadas ao cultivo do algodão, na Fazenda Três Barras (depois Assaí). (RIBEIRO, 2008, p.16)

Em 1929, foi formada uma cooperativa de imigração (BRATAC), a qual adquiriu uma gleba na localidade então conhecida por **Três Barras**²² (planta no anexo 02). Os objetivos da cooperativa, segundo Asari (1992), eram:

- Compra, venda, locação e hipoteca de imóveis; fundação e exploração de núcleos coloniais; introdução e localização de imigrantes; construção e exploração de estradas de ferro, de rodovias e de todos os outros meios de comunicação; e exploração de terras e de todas as atividades relacionadas à colonização.

Fukagawa (1988) ressalta que ao mesmo tempo em que a BRATAC financiava os imigrantes, também se preocupava em construir escolas e oferecer assistência médica. Ou seja: a BRATAC foi estruturada para planejar seus núcleos de colonização, na tentativa de oferecer e estimular outras formas de investimento, tanto comerciais como industriais, sem deixar de lado os ligados à agricultura.

A autora lembra, ainda, que “colonização” significa promoção da fixação do ser humano no solo, para que este possa elevar seu nível de vida, de saúde e de instrução, por meio do aproveitamento econômico da região.

²² O nome Três Barras, segundo agricultores de Assaí, originou-se antes mesmo das terras serem conhecidas e compradas pelas companhias de colonização. Segundo os agricultores, conta-se, na região, que alguns homens costumavam andar a cavalo pelas redondezas, até que um dia, perseguidos enquanto carregavam três barras de ouro, resolveram enterrá-las a fim de, em momento oportuno, recuperá-las. Mas dizem que isso nunca ocorreu e que ainda é possível encontrar as três barras na região.

O núcleo de Assaí (Três Barras), segundo Asari (1992), compreendia uma área de dezoito mil alqueires de terra. Essa área foi dividida em parcelas menores, pequenos sítios de cinco a quinze alqueires, que foram adquiridos por agricultores japoneses – como já se relatou –, vindos do oeste paulista. Na planta da fazenda, em anexo (anexo 02), é possível verificar a divisão dos lotes e das seções. A área rural de Assaí é dividida em seções (como pequenas glebas).

Na planta da Fazenda Três Barras, de 1942, há quinze seções listadas, a saber: Cedro, Tambor, Palmital, Cabiúna, Amoreira, Bálsamo, Paineira, Jangada, Roseira, Peroba, Central, Figueira, Cebolão, Guarucaia e Pau d’alho. Fukagawa (1988, p.33) ressalta que, no contexto do município (ano de 1988), “Assaí consta das seções: Jangada, Palmital, Bálsamo, Figueira, Paineira, Cebolão, Alto do Pau d’Alho, Guarucaia, Peroba, São Carlos e Água Branca”.

Atualmente, o número de seções cresceu, possivelmente devido à incorporação de novas áreas às antigas, ou às novas divisões no espaço rural do município e/ou dos municípios vizinhos. A explicação para a incorporação de novas seções não ficou muito clara, pois após algumas visitas à prefeitura municipal de Assaí, para conversar com a secretária responsável pelo INCRA, não foram obtidas informações sobre o aumento ou não das seções do município, mas apenas uma lista com nomes prováveis das novas seções, que são: Água Azul, Paineirinha, Figueira, Guarucaia, Cerro Leão, Maracatu, Bálsamo, Café Forte, Saltinho, Água Branca, Peroba, Roseira, Central, Palmital, Jangada, Cebolão, Paineira e Cabiúna, esta última já adentrando o município de São Sebastião da Amoreira.

Essas terras, que hoje pertencem a muitos descendentes dos imigrantes japoneses, nas primeiras décadas do século passado já produziam café pelas mãos dos que ali primeiro chegaram. O café, produto utilizado pelo governo japonês para motivar a emigração, nos anos 1930/40 já apresentava problemas, pois desde 1929, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, o volume de exportações vinha caindo paulatinamente. Dezem (2008, p.164) reforça a ideia da crise pela qual o setor cafeeiro passou com as seguintes palavras:

A desvalorização do café no mercado internacional, consequência das crises do biênio 1929/1930 (superprodução nacional e quebra da bolsa de valores de Nova Iorque), e a proibição do plantio de novos pés de café pelo governo varguista a partir de 1932 [...].

Um dos entrevistados (entrevistado 9), em Assaí, comentou que a ingenuidade de alguns imigrantes japoneses foi muito grande, pois estes chegaram a acreditar em frases do tipo: *“No Brasil, vocês encontrarão arvorezinhas que dão dinheiro, você planta e nasce dinheiro dela”*. Essa afirmação pautava-se no café, no sucesso que os produtores poderiam alcançar, se viessem ao Brasil para se dedicar a essa atividade. Muitos se deixaram iludir com a possibilidade de enriquecer facilmente com os pés de café, de onde brotava dinheiro.

Willumsen e Dutt (1991) escrevem sobre a instabilidade que rondava o mercado cafeeiro, nos anos de 1929/30, fazendo com que o café passasse do mais importante produto agrícola brasileiro, na época, à categoria de apenas mais um produto a ser cultivado:

A importância do café na economia brasileira foi estabelecida durante o início do século XIX, quando o produto representava quase 10% do PNB brasileiro. Apesar de ter mantido a importância absoluta, em termos relativos, o café perdeu com o desenvolvimento de outras atividades: nos anos 30 já representava menos do que 6% do PNB e na década de 70 não superava 1%. Sua participação nas exportações totais era de 40% em meados do século XIX, alcançando 75% no início do século atual. Depois de atingir esse nível recorde, a participação do café nas exportações totais declinou muito, sem contudo perder sua importância como produto gerador de divisas. (WILLUMSEN; DUTT; 1991, p.09)

As autoras afirmam ainda que o café, mesmo tendo passado por toda essa crise, mantinha seu dinamismo, expandindo fronteiras e gerando crescimento nas regiões que o recebiam, como é o caso do município de Assaí, onde o café foi introduzido, após o ano de 1930. Asari (1992) escreve que após 1925, no Brasil, os imigrantes japoneses não trabalhavam somente nas lavouras de café, mas também nas de algodão, produto que se tornou importante na economia nacional.

Oguido (apud ASARI, op.cit.) ressalta a excepcional produtividade do algodão em Assaí, em 1934. Fukagawa (1988) escreve que o incentivo para produzir algodão, por parte da BRATAC, ocorreu em virtude da falta de amparo aos agricultores para a produção de café, por meio da não-concessão de financiamentos para formar cafezais. Segundo a autora, o objetivo, em Assaí, era produzir algodão.

A cotonicultura viabilizaria o envio da matéria-prima, o algodão, às indústrias têxteis do Japão, favorecendo seu país de origem. Ou seja: a condição de agricultor que produz um produto que poderia permanecer no Brasil foi modificada

pelos planos das frentes pioneiras, onde é notável o caráter expansionista japonês em território brasileiro.

A BRATAC não amparava a cafeicultura, tomando medidas como: não concedendo financiamento para formação de cafezais, objetivo era desenvolver a cultura do algodão. Entretanto, pela própria influência trazida do estado de São Paulo, os primeiros proprietários começam a plantar o café, ao mesmo tempo são feitas novas experiências na cotonicultura, e além das culturas diversificadas como: milho, feijão e arroz para subsistência, era intercalada com o café. Através de experiências e técnicas novas, conseguiram variedade nova de algodão “expresso”, obtendo resultado muito bom, daí a cultura de algodão assumiu uma posição de destaque e seria vendido com facilidade, estimulando ao colono manter sua família até o cafeeiro iniciar sua produção. (FUKAGAWA, 1988, p.22-24)

Sabe-se que o beneficiamento da matéria-prima lhe confere um valor agregado bem maior. E quando boa parte dessa rentabilidade não permanecia aqui, no Brasil, os japoneses, – bem como colonos de outras nacionalidades que produziam matérias-primas para exportação –, tornavam-se empregados, mesmo que indiretamente, de seus países de origem. Essa realidade, porém, foi mudando à medida que a produção de algodão passou a ser voltada, em parte, para o mercado nacional, impulsionando o desenvolvimento das indústrias têxteis, principalmente no estado de São Paulo.

Os imigrantes japoneses colocaram no mercado novos produtos cultivados em escala comercial, destacando-se o algodão. O “ouro branco” espalhou-se rapidamente por ser de cultivo mais fácil e rápido que o café. Em pouco tempo foi possível colher e vender algodão, alimentando com matéria-prima as indústrias têxteis paulistas. (SAKURAI, 2007, p.248)

Asari (1992) destaca que a produção de algodão na Fazenda Três Barras, a partir de 1934, foi sucesso em produtividade. A terra roxa, extremamente fértil, permitiu que muitas pessoas se interessassem em plantar algodão. A partir daí, muitos lotes foram comercializados, levando rápido retorno financeiro à companhia de colonização BRATAC. Oguido (1988) revela que em 1934 o agricultor Heiju Akagui plantou algodão em Assaí, como experiência, e obteve um resultado surpreendente: conseguiu colher 360 arrobas por alqueire. Esse fato tomou proporções inimagináveis; Assaí teve seus alqueires de terra vendidos rapidamente.

Segundo Oguido (1988), apesar do algodão ter sido o principal produto no ano de 1935, a formação dos cafezais continuou, por parte de agricultores que além de acreditar no produto já possuíam mão de obra especializada para cultivá-lo. Para manter essa produção cafeeira, até que se conseguisse retorno, ou seja, até que os pés começassem a produzir, os agricultores plantavam – como já citado –, entre as ruas de café, culturas de subsistência como batata-doce, feijão, abóbora, entre outros. Vale ressaltar que, mesmo depois que os pés de café começavam a produzir, os agricultores continuavam mantendo as culturas de subsistência. Essa possibilidade de cultivar as chamadas culturas de subsistência permitia ao agricultor vender o excedente e conseguir retorno financeiro para sua família, caso a produção de café apresentasse alguma queda na safra ou no preço final. Sakurai (2007) lembra que outros produtos, como arroz, batata, chá e banana, cultivados pelos japoneses, foram inseridos no mercado nacional, possibilitando complemento na renda.

No estado de São Paulo, a partir de 1930, com o crescimento das cidades médias do interior, os chamados cinturões verdes (plantação de legumes, frutas e verduras) aumentavam cada vez mais. Segundo Sakurai (2007), logo se passou a falar sobre uma possível “vocação agrícola” dos japoneses, que chamavam a atenção por sua forma de entender a agricultura, desde a produção até a comercialização. Com a formação de cooperativas, os japoneses conseguiram ir além do conhecimento da produção e passaram a colocar outros itens no mercado, como frango e ovos, frutas e verduras, legumes e flores. Dessa forma, a vocação agrícola foi se fortalecendo e, até a atualidade, percebe-se, em feiras livres, por exemplo, a variedade de produtos expostos por agricultores japoneses, inclusive alguns diferenciados, como raízes e ervas medicinais, como se pôde verificar na EXPOASA 2008.

2.7 Análise do uso do solo paranaense:  nfase no norte do Paraná

Durante a elabora o deste trabalho foram utilizados textos, dados e informa es sobre agricultura, produção agrícola, estrutura fundiária brasileira,

paranaense e especificamente do município de Assaí, entre outros assuntos relacionados ao processo de produção agrícola.

No intuito de verificar como se comportou a produção paranaense nas duas últimas décadas – de 1980 a 2000, mais precisamente até o ano de 2007 – com relação a alguns produtos, como café e algodão, apontados nas citações apresentadas neste estudo, e também pelo IPARDES (2008a), como duas cultivares importantes para o Paraná.

Foram apontados inclusive pelos japoneses que compraram os lotes em Assaí a partir de 1930 e deram início à produção de café e algodão, sendo que este último se fortaleceu na década de 1970, quando Assaí foi elevada à posição de capital nacional do algodão. Para tanto, utilizou-se a tabela 07, produzida pelo IPARDES (2008a), que relaciona área, produção e produtividade desses dois produtos.

Para verificar como a modernização agrícola atuou no campo paranaense após a década de 1970, bem como se houve aumento na produtividade agrícola, foi definido pela autora deste trabalho que 27 anos – ou seja, a partir de 1980 –, seria um período suficiente para se perceber a evolução desse processo, pois a modernização no campo já estava mais consolidada, sobretudo onde houve capital para investimentos.

Ao analisar a tabela, é possível perceber o atual contexto agrícola paranaense e constatar que todos os produtos listados, a saber: algodão, arroz, batata inglesa, café, cana de açúcar e cevada tiveram aumento na produtividade, de 1980 até 2007, já que os dados de 2008 ainda não estão completos, são somente estimativas.

Este fato pode ser explicado, como já dito, pela modernização agrícola, bem como pelo incremento de estudos e investimentos em biotecnologia, o que permitiu que novas sementes fossem desenvolvidas – incluindo as transgênicas – e que a produção pudesse ser controlada graças a recursos como previsão do tempo, apoio de órgãos como o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e assistência de agrônomos que acompanham os proprietários, entre outros.

Tabela 07 – Área, produção e produtividade dos principais produtos agrícolas do Paraná - 1980-2007.

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 842	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880

Fonte: IPARDES (2008a)

A produção de algodão despencou de 561.519 toneladas, em 1980, para 25.902, em 2007 (gráfico 4). A produção de algodão teve sua área colhida diminuída em 27 vezes, de 1980 até 2007 (gráfico 5), mas, em contrapartida, a produtividade em quilos por hectare aumentou 30%. No município de Assaí, o algodão foi importante cultura, sendo que a cidade chegou a ficar conhecida como a capital nacional do algodão, na década de 1980.

Em relação ao café, no ano de 1980, o Paraná apresentava uma área de 734.152 hectares colhidos (gráfico 5), o que gerava uma produção de 180.000 toneladas, com uma produtividade de 245 quilos/hectare. Em 2007, a área colhida de café no Paraná diminuiu 7,5 vezes, mas a produtividade em quilos/hectare aumentou, aproximadamente, 4,5 vezes.

A produção, em 2007, ficou na marca de 103.698 toneladas, isto é, diminuiu algo em torno de 57% (gráfico 4). Os gráficos a seguir apresentam um comparativo entre a produção de café e algodão em toneladas e a área colhida, em hectares, nos anos de 1980 e 2007.

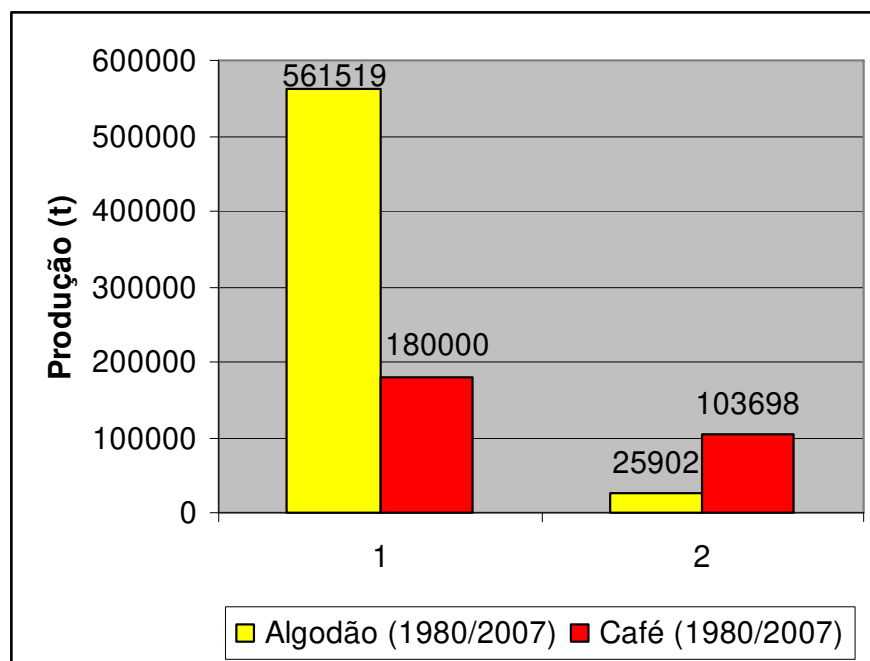


Gráfico 04 – Produção paranaense de algodão e café nos anos de 1980/2007. Fonte: IPARDES (2008a) Org. BERNARDES, J. R.

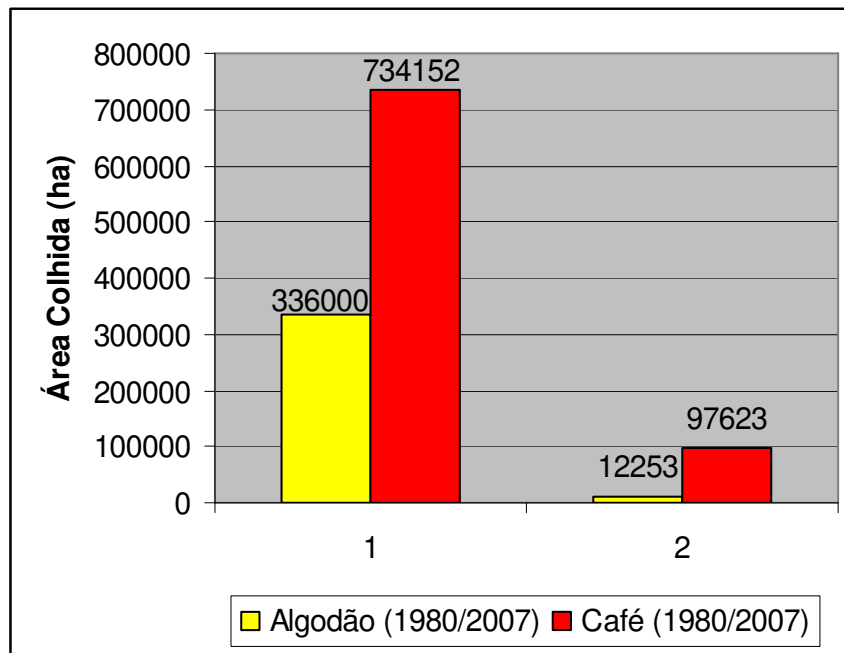


Gráfico 05 – Área colhida no Paraná de algodão e café nos anos de 1980 e 2007. Fonte: IPARDES (2008a) Org: BERNARDES, J. R.

Em Assaí, pelos dados do Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE (2006b), a produção de café está inserida em 420 hectares no município, com rendimento médio de 1.560 kg/hectare e produção total de 655 toneladas. Assaí representa, portanto 0,5% do total de hectares de café plantado no estado. Em relação ao algodão, a área colhida em 2006 foi de 20 hectares e, a produção total, de 35 toneladas, com produtividade de 1.750 Kg/hectare. Neste caso, Assaí representa 0,2% da produção paranaense de algodão. Este dado revela o quanto essa cultura deixou de ser produzida no município, visto que Assaí já foi considerada a capital nacional do algodão.

Quanto aos outros produtos da tabela, como o arroz e a batata-inglesa, verifica-se, também, uma redução da área colhida estadual. Mas a batata-inglesa apresentou alta na produção, pois em 1980 foram produzidas 521.762 toneladas de batata e, em 2007, 600.666 toneladas. O arroz caiu de 638.000 toneladas, em 1980, para apenas 174.254 toneladas em 2007, denotando uma mudança no perfil da produção agrícola paranaense, que optou por reduzir a produção de algumas culturas para aumentar a produção de outras, como é o caso da cana de açúcar e de *commodities* como soja, milho e trigo. No caso de Assaí, a produção de arroz em 2006, segundo o IBGE (2006b), foi de 23 hectares, com

produtividade de 1.348 quilos/hectare e produção total de 31 toneladas, representando 0,02% da produção estadual.

Os produtos que tiveram aumento na área colhida, na produção e na produtividade foram a cana de açúcar e a cevada. Em 1980, a área colhida de cana de açúcar no Paraná foi de 57.990 hectares. Em 2007, essa área aumentou para 554.855 hectares, ou seja, houve 950% de aumento da área colhida. A produção passou de 4.451.480 toneladas para 46.539.991 toneladas, mas a produtividade se manteve sem muitas alterações, isto é: em 1980, produziu-se 76.763 quilos/hectare e, em 2007, 83.878 quilos/hectare. A cevada apresentou aumento na área colhida, de 1980 para 2007, de apenas 6.000 hectares. Mas a produção aumentou de 39.172 toneladas para 128.365 toneladas, ou seja: 300% de aumento.

Apesar dos entrevistados em Assaí não terem ressaltado que estão plantando cana de açúcar, declararam que estão ocorrendo, no município, arrendamentos para usinas de açúcar e álcool. Portanto, achou-se importante destacar que o município também participa dessa produção, representando, em 2006, 0,015% da produção estadual, segundo o IBGE (2006b). Outros itens de cultura permanente e de cultura temporária serão expostos e discutidos no capítulo três, do qual constam os dados da pesquisa realizada com agricultores japoneses e descendentes em Assaí.

Os mapas que se seguem (figuras 09, 10 e 11), apresentam a divisão do estado em Mesorregiões (figura 09) e um panorama do uso do solo paranaense (figuras 10 e 11), num período de cinquenta anos, bem como as mudanças ocorridas nesse período, as quais servirão como suporte às discussões do último capítulo do presente estudo, no qual será relatado o uso do solo por agricultores do município de Assaí-PR.

A figura 10 revela o Paraná de 58 anos atrás, onde se pode perceber, na Mesorregião Noroeste do estado, uma densa cobertura florestal, denotando que ali a ocupação foi mais tardia, em relação à Mesorregião Norte-Central e Norte-Pioneiro, área onde os cafezais já se mostravam presentes. Nas Mesorregiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul, percebe-se que há cobertura florestal densa e campos naturais. Adentrando a Mesorregião centro-sul, verifica-se a presença de erva-mate e, seguindo para a região sudeste e metropolitana de Curitiba, nota-se a presença de bananais, florestas, restinga. Há pouca incidência de agricultura e pastagens.

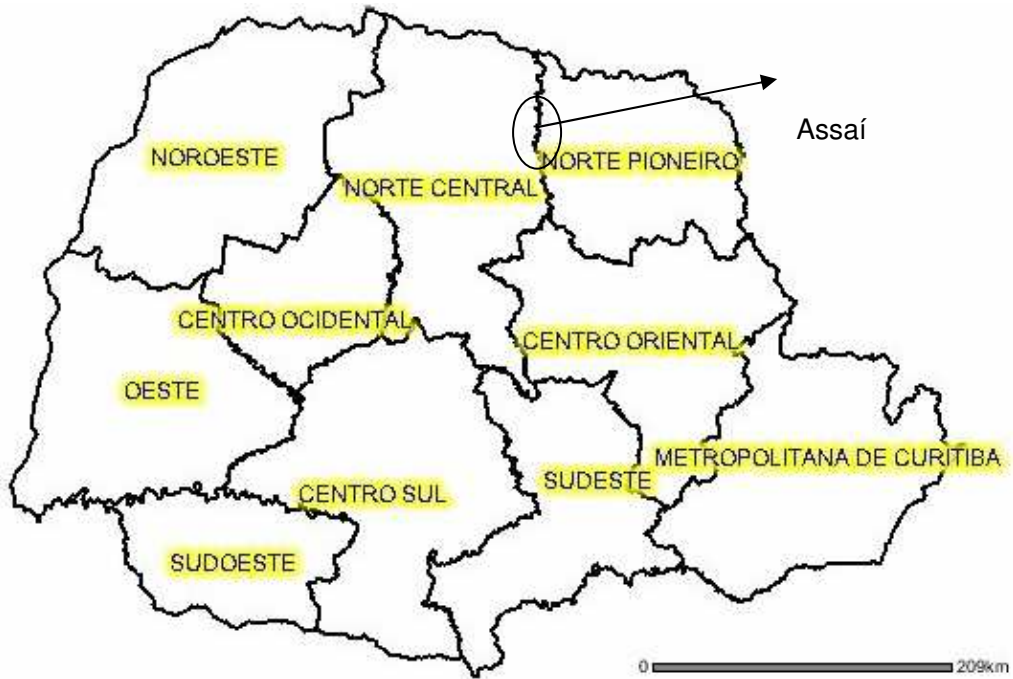


Figura 09 – Mapa do Estado do Paraná: Mesorregiões.

Fonte: IPARDES (2008b).

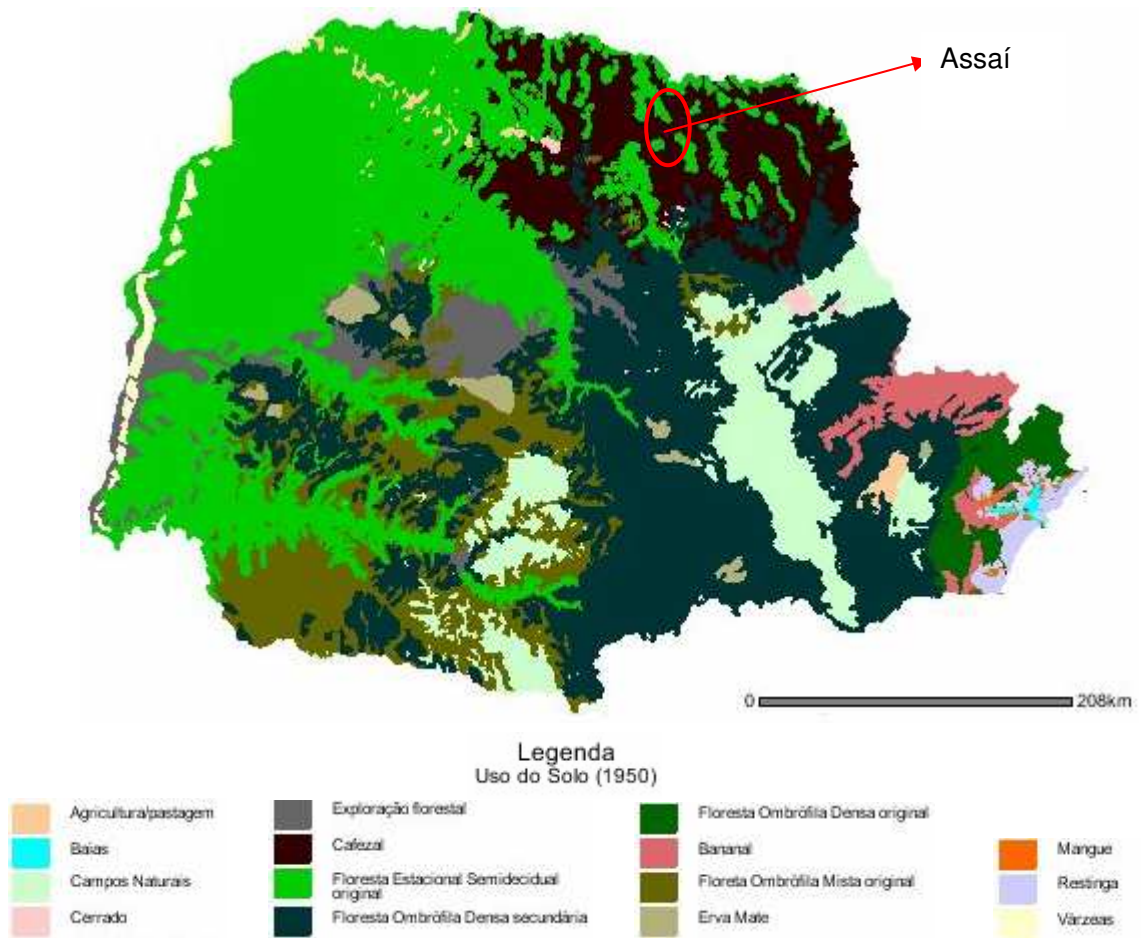


Figura 10 – Mapa de uso do solo Paraná 1950.

Fonte: IPARDES (2008b).

É possível concluir, portanto, que na década de 1950 o Paraná apresentava pouca atividade agrícola em relação à ocupação do território por florestas e campos. O mapa a seguir (figura 11) apresenta uma situação bem diferente, a do Paraná do século XXI, com altos níveis de uso e ocupação do solo pela agricultura e muito pouco da densa cobertura florestal que se verificou no mapa anterior. É interessante refletir sobre a modificação no uso do solo sobre as consequências dessa mudança significativa.

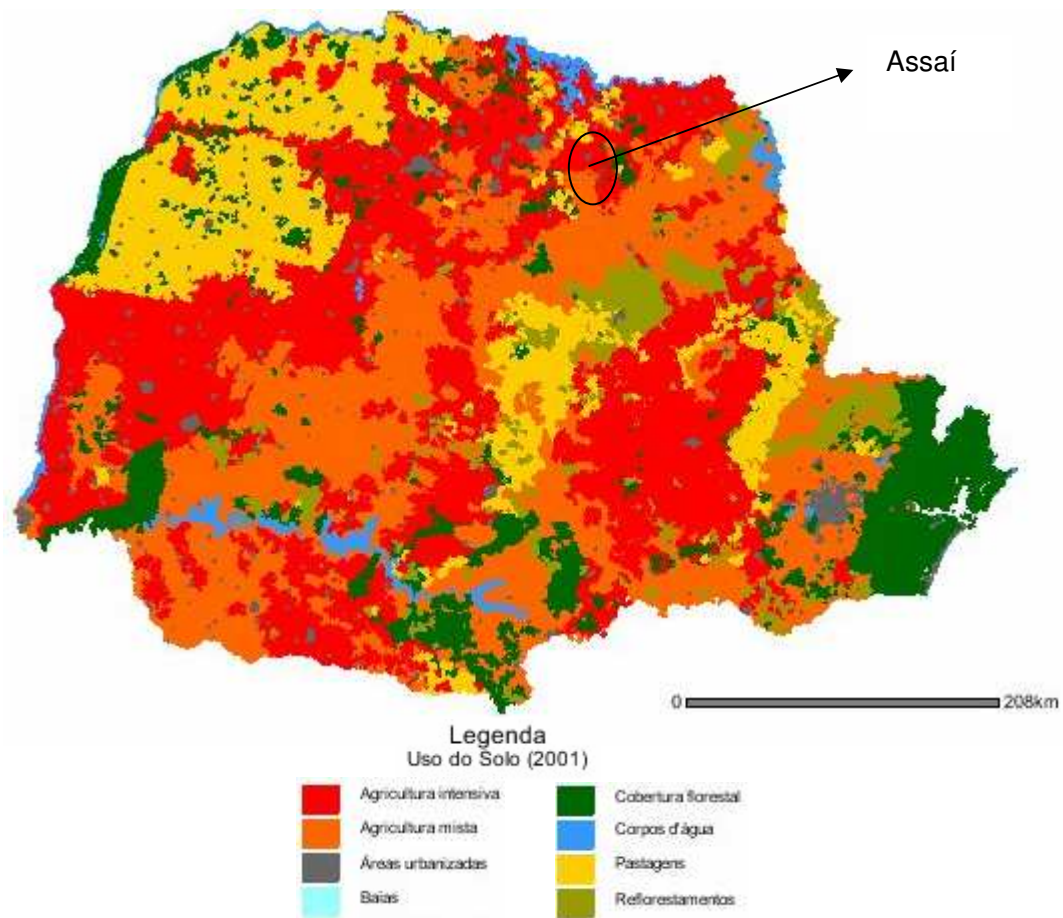


Figura 11 – Mapa de uso do solo do Paraná ano 2001.

Fonte: IPARDES (2008b).

A Mesorregião Norte-Central vem apresentando, cada vez mais, o uso do solo voltado para a agricultura intensiva, com presença, também, de agricultura mista, alguns pontos de pastagens e pouca cobertura florestal. O município de Assaí também se mantém nessa linha de utilização do solo, com ênfase, principalmente, na agricultura mista. No noroeste do estado, a presença de pastagens é maior, muito provavelmente em virtude do solo ser arenoso, diferente do latossolo roxo, presente na região de Londrina.

Por todo o estado, é notável a transformação do uso do solo: antes (1950), quase que composto somente por florestas; agora, modificado em favor do capital agropecuário. A região da Serra do Mar, próxima ao litoral do Paraná, compreende uma das poucas áreas de densa cobertura florestal do estado. É possível perceber, também, a preocupação com os reflorestamentos, que existem em pequenos espaços do estado e caracterizam a necessidade de se reflorestar para, futuramente, utilizar. No Paraná, existem algumas fábricas de papel que já possuem parques como reservas biológicas e que já estão utilizando o reflorestamento como fonte de matéria-prima. No município de Assaí, também existem pequenos núcleos de reflorestamentos, mas ainda em fase inicial.

CAPÍTULO 3

3 ESTUDO DE CASO: USO DA TERRA POR IMIGRANTES JAPONESES E DESCENDENTES NO MUNICÍPIO DE ASSAÍ – PR

No capítulo anterior, verificou-se que o local onde hoje se situa o município de Assaí inicialmente denominava-se Fazenda Três Barras, a qual foi adquirida pela companhia BRATAC, de propriedade japonesa, entre os anos de 1928 e 1929 (ASARI, 1992). A ocupação dos lotes foi feita por meio de venda, principalmente para imigrantes japoneses oriundos do estado de São Paulo, que, com as poucas reservas que conseguiram guardar, compravam seus lotes e neles iniciavam a derrubada da mata fechada e o plantio de alguns tipos de cultura, como o algodão e, posteriormente, o café.

3.1 Município de Assaí: histórico, localização e demografia

Como os agricultores já haviam conquistado experiência no trabalho rural, devido ao tempo de trabalho nas fazendas em São Paulo, o aproveitamento e a adaptação dos mesmos, em Assaí, segundo o Entrevistado 7, foi melhor e mais rápido, principalmente porque estavam estimulados pelo fato de trabalhar em seus próprios sítios. De fazenda, área rural, passando a sede, já com população suficiente, em 1932, essa área foi chamada *Assailand*, em homenagem aos colonos japoneses aí estabelecidos (*Assahi* - sol nascente e *Land* - terra), segundo IBGE (2008c). O desenvolvimento de *Assailand*, graças à fertilidade da terra e às condições favoráveis ao cultivo do algodão e do café, atraíram, gradualmente, várias levadas de imigrantes, em sua maioria de origem japonesa. Asari (1992) confirma essa ideia, escrevendo que o Núcleo Três Barras, atualmente ocupado em sua maior parte pelo município de Assaí, faz parte de um sistema de colonização e ocupação baseado na pequena propriedade, onde os lotes eram vendidos preferencialmente a imigrantes japoneses – que já possuíam experiência com agricultura –, oriundos do oeste paulista.

Em 1938 a região foi elevada à condição de distrito, pertencente ao município de São Jerônimo da Serra. Mais tarde, em 28 de janeiro de 1944, foi

instituído o município de Assaí, pela Lei Orgânica Estadual nº 311, de 2 de março de 1938, conforme consta na Ata de Instalação, livro próprio da Prefeitura, ato este presidido por seu prefeito, nomeado pelo governador do Paraná, major José Scheleder.

O município de Assaí (figura 12) está localizado na Mesorregião Norte Central do Paraná, já adentrando a Mesorregião Norte Pioneira. Faz divisa com os municípios (destacados em **vermelho**) em sentido horário, (a começar pelo número 1): Londrina, Ibiporã, Jataizinho, Uraí, São Sebastião da Amoreira, São Jerônimo da Serra, Santa Cecília do Pavão e Nova América da Colina. Assaí, cuja área é de, aproximadamente, 440 quilômetros quadrados, tinha cerca de 16.098 habitantes no ano de 2007, segundo contagem do IBGE (2008c).

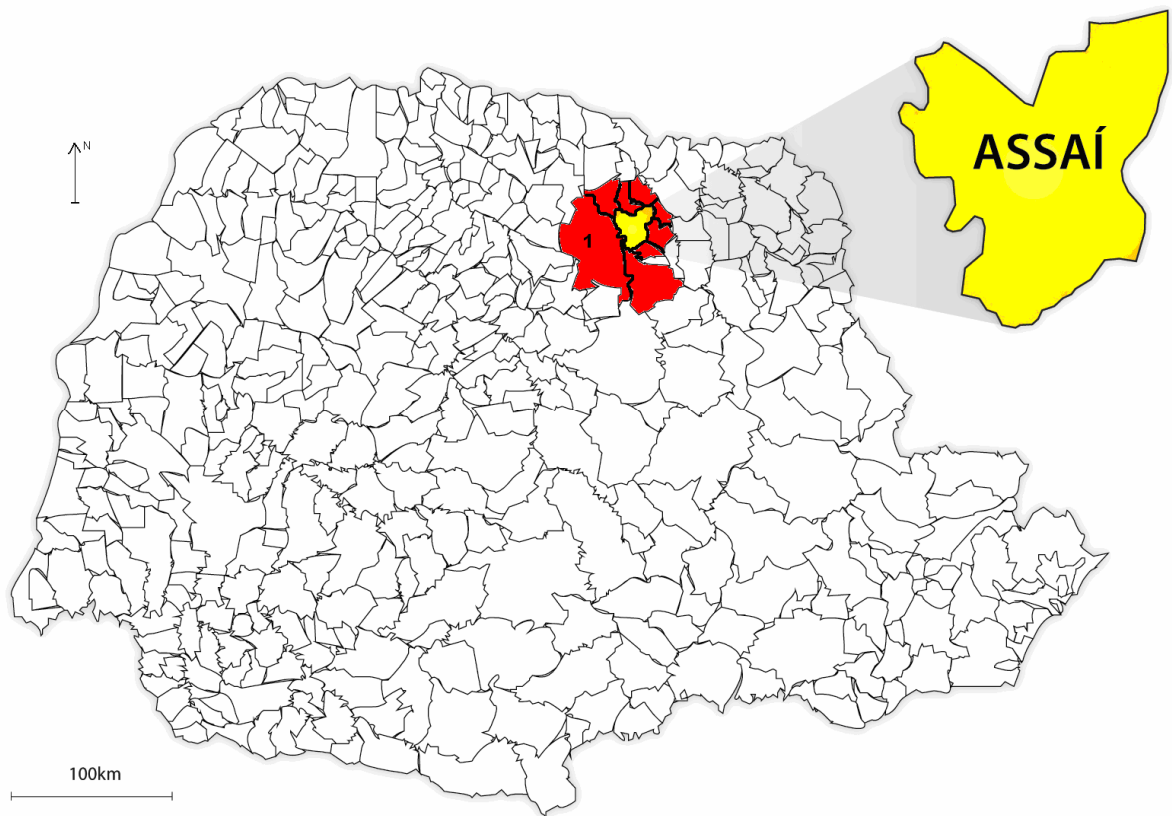


Figura 12 – Localização do município de Assaí – PR e suas divisas municipais - 2009. Elaborado por: Beatriz Figueiró e Jamile Ruthes Bernardes. Base cartográfica: Símbolos Nacionais (2009).

Como é realidade em alguns pequenos municípios próximos de Londrina–PR, a população de Assaí vem se reduzindo, nos últimos anos, conforme se vê na tabela 8. A opção por trabalhar com dados a partir da década de 1970 foi feita para verificar se houve o mesmo comportamento de redução da população rural em Assaí, após a modernização do campo, como foi realidade no Brasil, que,

segundo dados do IBGE (2008d), em 1970 apresentava 41.054.053 pessoas morando no campo; no ano de 1996 esse número caiu para 33.993.332 pessoas (variação de 18%). Como o presente trabalho foi realizado com agricultores japoneses e descendentes, no município de Assaí, ressalta-se que das 18.045 pessoas ali residentes, no ano de 2000 (IBGE 2008c), segundo o IBGE (2000a), 2.708 eram japoneses, ou seja: 15% do total da população.

Tabela 08 – População rural, urbana e total de Assaí nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Ano 1970	Ano 1980	Ano 1991	Ano 2000
Rural: 20.523	Rural: 11.972	Rural: 7.361	Rural: 4.528
Urbana: 8.567	Urbana: 10.124	Urbana: 12.964	Urbana: 13.517
Total: 29.090	Total: 22.096	Total: 20.325	Total: 18.045

Fonte: IBGE, (2008c). IBGE (1991), IBGE (1982) e IBGE (1970).

Este fenômeno pode estar diretamente ligado ao fato da população jovem ter migrado para outros municípios ou outros países a fim de estudar, trabalhar, ou buscar recursos que a cidade de Assaí não oferece. Segundo 70% dos entrevistados, esse fato ocorreu e ocorre em suas famílias, conforme pode-se verificar nos depoimentos a seguir:

Meu filho queria fazer faculdade e eu não tinha condições de pagar na época, aí ele decidiu ir pro Japão pra ganhar dinheiro lá e depois voltar, mas ele arrumou um bom emprego lá. Agora ele não sabe se deve voltar porque se decidir vir para cá e gastar o dinheiro com a faculdade, depois se ele resolve voltar pro Japão ele pode não conseguir o mesmo emprego. Ele ainda é novo, vale a pena ficar lá. (Entrevistado 06)

Eu já fui pro Japão visitar, ver como é lá. Olha é bem melhor pra ganhar dinheiro que aqui. Fiquei um tempo lá e penso em quem sabe ir pra lá ou mandar meus filhos, mas acho que aqui no Brasil ainda é um lugar melhor pra se morar. (Entrevistado 11)

A intensa mecanização do campo, a partir da década de 1960, também contribuiu para o êxodo rural, como se percebe pela redução de 43% da população rural, entre 1970 e 1980. Pode-se dizer que esse processo atuou como

selecionador entre os agricultores; os que tinham mais estrutura e condições para investir foram beneficiados em detrimento de outros, mais desfavorecidos, que tiveram de deixar o campo, com suas famílias. Alguns agricultores permaneceram e, mesmo manualmente, ou com o auxílio de poucos implementos agrícolas, continuaram insistindo no processo produtivo. Ciprandi e Fert Neto (1996) afirmam que no caso do Brasil, que também adotou a modernização, o comportamento da produção familiar não é uniforme, dada a heterogeneidade desse processo.

O falecimento dos primeiros imigrantes japoneses do município também pode ser fator significativo para a redução da população rural. Segundo um dos entrevistados, com a morte dos antepassados os descendentes já não se sentem na obrigação de manter a propriedade, produzindo para não desagradar os pais ou outros ascendentes.

A gente mantém a propriedade trabalhando sempre, às vezes nem tá dando lucro, mas por respeito aos nossos pais e avós que compraram com esforço, a gente deixa ela lá. É claro que depois que um deles morre, a gente fica com menos obrigação de manter, mas ainda assim a gente deixa ela lá. (Entrevistado 12)

Outros motivos são apontados como causas para a redução da população rural em Assaí, como as fortes geadas que ocorreram na década de 1970, desestimulando muitos agricultores a permanecer no campo, principalmente os que cultivavam café; a cultura muito afetada, dificultando novas brotas e floradas, comprometendo a produção.

A partir de 1970 os números de população têm diminuído tanto na zona urbana como na zona rural, este decréscimo tem como origem a diversificação de cultura (soja e trigo), principalmente a ocorrência da geada de 1975 que acelerou a erradicação do café. (FUKAGAWA, 1988, p.32)

A redução da população no município de Assaí continuou nos anos seguintes a 1980. Percebe-se que até o ano de 2007 essa realidade se manteve, pois:

Os dados dos Censos Agropecuários apontam para um grande êxodo rural nos anos 70, advindos da intensa modernização tecnológica da agropecuária paranaense. Nos anos 70 quase um milhão de pessoas

deixaram as zonas rurais paranaenses, migrando ou para grandes centros urbano, ou para as novas regiões de fronteiras. Não somente a zona rural experimentou este despovoamento, mas também inúmeras pequenas cidades em todo estado, com importantes impactos para seu comércio atividades econômicas locais. (DEL GROSSI, 2009 p.53)

Para a obtenção de maiores informações sobre o panorama geral da agricultura no município de Assaí, foi feita, no dia 23/01/09, uma entrevista com o técnico²³ da EMATER de Assaí. Ele relatou que a redução da população assaiense, principalmente a rural, deve-se também ao fato de que os produtores que não dispõem de tecnologia para o plantio e a colheita, em seus estabelecimentos, são os que plantam e colhem por último, depois que o dono dos implementos já os utilizou. Pois é comum que os proprietários das máquinas as aluguem para os que não as possuem, mas isso só ocorre depois que os donos já as utilizaram. Portanto, o produtor desprovido de tecnologia para manter sua terra em produção está, na maioria das vezes, com sua plantação atrasada em relação aos outros, que já plantaram e colheram.

Assim, quando esse produtor rural tiver seu produto pronto para oferecer ao mercado, os preços estarão mais baixos, devido ao fato da oferta ser grande. Isso, naturalmente, o desestimula. Ao perder o interesse em continuar trabalhando dessa maneira, o agricultor resolve migrar para a cidade, à procura de emprego para si e para a família, abandonando o labor rural. O técnico ressaltou, ainda, que não somente os agricultores que não tem capital para investir sofrem com esse tipo de ocorrência, mas também os que cultivam grãos em pequenos espaços, de 48 a 72 hectares, por exemplo. Segundo ele, essas áreas são pequenas para justificar a aquisição de máquinas e implementos caros. Isso ocorre com alguns agricultores, que além de manter culturas permanentes, como maçã, uva, lúcia, entre outras, também querem trabalhar com o plantio de grãos. Com boa parte de seu estabelecimento ocupado com frutas, acaba lhes restando pouco espaço para o cultivo de cereais.

A organização da área urbana de Assaí está estruturada, contando com serviços públicos, particulares, rede de compras e prestação de serviço, entre outros. Também são realizados alguns eventos, no município, a fim de ressaltar o

²³ Valter Lúcio Teixeira da Silva autorizou que fosse divulgado seu nome neste trabalho. Seus comentários e apontamentos sobre o município de Assaí foram de grande valia. Obrigada.

trabalho dos agricultores e mostrar a representatividade de Assaí frente à produção agrícola. Oguido (1988) escreve que no ano de 1935 foi realizada a primeira exposição agrícola de Assaí, com 217 expositores. Essa exposição, segundo o autor, foi um sucesso, tanto quanto outro evento realizado em Curitiba, a Exposição do Algodão, onde 11 agricultores receberam medalhas de ouro pelos produtos que expuseram.

3.2 Exposição Agrícola Regional de Assaí: espaço para troca de experiências e difusão de informações agrícolas

Uma parte do trabalho empírico foi realizada em um desses eventos, a chamada Exposição Agrícola Regional de Assaí (EXPOASA), que ocorreu nos dias 06, 07 e 08 de junho de 2008, uma exposição onde os agricultores apresentam seus melhores produtos para concorrer a premiações. As categorias são as mais diversas, desde grãos, raízes, plantas ornamentais até artesanato, comidas típicas, produtos orgânicos, exóticos, entre muitos outros. Os produtos da exposição podem ser conferidos nas fotos a seguir (figuras 13, 14, 15, 16, 17 e 18).

A opção por entrevistar os agricultores durante a exposição ocorreu em virtude do acesso à zona rural de Assaí ser difícil, principalmente porque a autora deste trabalho não conhecia agricultores desse município. Portanto, seria inviável percorrer a área rural sem o conhecimento dos agricultores sobre a pesquisa, os quais poderiam concordar, ou não, em participar. Uma visita prévia à casa de um dos entrevistados, por indicação de uma professora da UEL²⁴ que o conhecia foi de grande valia para que se planejasse de que maneira seria feita a pesquisa e, também, para que os agricultores fossem informados de que a autora deste trabalho pretendia realizar as entrevistas durante a EXPOASA. A escolha dos entrevistados ocorreu de forma que os agricultores presentes à feira tivessem oportunidade de falar, se assim o desejassem. Ocorreram várias recusas por parte de alguns agricultores, por diversos motivos, como: falta de tempo, desinteresse em responder a pesquisa, desconfiança em relação à utilização dos dados – que são

²⁴ À professora mestre Kumagae Kasukuo Stier, nosso especial agradecimento pelo auxílio em todos os momentos necessários.

confidenciais, principalmente os referentes à identidade dos entrevistados, fato explicado antes do início da entrevista –, entre outros.



Figura 13 – EXPOASA 2008. Amostras de produtos agrícolas. **Foto:** BERNARDES, J.R. **Data:** 06/06/2008.



Figura 14 – Seção de cítricos, EXPOASA 2008. **Foto:** BERNARDES, J.R. **Data:** 06/06/2008.



Figura 15 – Seção cereais e hortaliças. EXPOASA, 2008 **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 06/06/2008.



Figura 16 – Seção raízes. EXPOASA, 2008 **Foto:** BERNARDES, J.R. **Data:** 06/06/2008.



Figura 17 – Seção produtos caseiros. EXPOASA, 2008 **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 06/06/2008.



Figura 18 – Amostra de algodão cultivado em Assaí. EXPOASA, 2008. **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 06/06/2008.

A entrevista (anexo 3) a ser aplicada foi preparada após a realização de um trabalho de campo no município, tendo já o panorama geral do espaço agrícola de Assaí, a partir de algumas questões previamente levantadas pela autora e pela orientadora. A opção por entrevista, ao invés de questionário, deve-se ao fato de que as entrevistas possibilitam a obtenção de maior quantidade de informações e fornecem à pesquisa um caráter mais qualitativo. Após a EXPOASA, foram feitos mais três trabalhos de campo em Assaí, para complemento de dados e informações que não ficaram explícitas em algumas entrevistas. Os dados coletados e a pesquisa em geral estão expressos no sub-capítulo a seguir.

3.3 Pesquisa com agricultores de Assaí: revelações do passado e do presente sobre experiências de trabalho no campo

Conforme já mencionado, a escolha dos entrevistados foi feita no espaço da EXPOASA. Ao abordar os possíveis participantes, perguntava-se se os mesmos tinham interesse em responder às questões da entrevista. Foram 33 os agricultores entrevistados, sendo que quatro eram japoneses e, 29, descendentes de japoneses.

Como a EXPOASA é uma exposição realizada e organizada por japoneses e/ou descendentes, a participação de não-descendentes, enquanto expositores, é nula. Este estudo visa verificar como os japoneses e descendentes ocupam a terra para cultivá-la, analisando a opção por culturas permanentes e/ou temporárias; a questão das técnicas utilizadas nas áreas cultiváveis; a mão de obra empregada; qual a representatividade da terra para cada um, entre outros objetivos. Não foram realizadas entrevistas com agricultores não-descendentes, pois estes não fazem parte dos sujeitos de pesquisa envolvidos no presente estudo.

O gráfico 06 mostra as seções onde os entrevistados residem e trabalham. Ressalta-se que não houve critério que objetivasse uma escolha proporcional do número de entrevistados por seção, devido ao fato da autora não conhecer os participantes da feira.

No gráfico abaixo (gráfico 06) é possível perceber que há 36 respostas, pois alguns entrevistados tinham mais de uma propriedade, em seções diferentes.

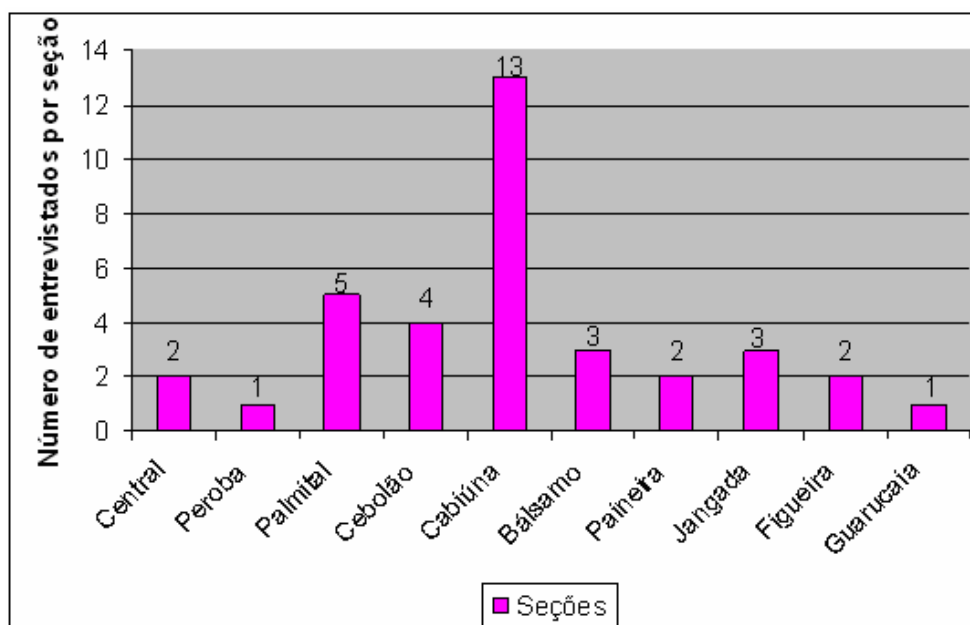


Gráfico 06 – Quantidade de entrevistados por seção.

Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06,07/06/08 e 16/01/09. **Org.** BERNARDES, J. R.

A análise relativa à tecnologia e produção de cada seção foi realizada de acordo com as entrevistas. Em linhas gerais, pode-se dizer que não há uma especificidade determinada de produção e tipo de cultivar pré-estabelecido, que cada agricultor deverá plantar em sua seção.

Cada seção é configurada de acordo com as escolhas feitas pelos agricultores, verificando a viabilidade de se plantar um tipo de cultura temporária, ou então de cultura permanente, e relacionando também o tamanho de seus estabelecimentos, mão de obra que possuem ou contratam, implementos disponíveis ao plantio e manutenção das lavouras e domínio de técnicas para manter bons tratos culturais.

Ono (apud Asari e Tsukamoto, 2008) ressalta que os agricultores japoneses que migraram para o Brasil utilizaram a tradição do *mura* em suas propriedades, pois a proposta é produzir muito, em pouco espaço de terra.

Dessa forma, foi necessário trabalhar com tecnologia para que se aumentasse a produtividade, sendo a base técnica, portanto, fato importante para o sucesso da lavoura.

Como a seção Cabiúna foi representada por 40% dos entrevistados neste trabalho, acabou por ser escolhida para a realização de mais um trabalho de campo, onde foram coletadas imagens e novos dados sobre culturas, tecnologia disponível e empregada no cultivo de cereais e frutas, principais produtos cultivados nessa seção. As seções Palmital e Jangada também foram visitadas, com o objetivo de se formar uma noção sobre a configuração de seu espaço agrícola. Também foram coletados dados sobre tipos de culturas e tecnologia introduzidas na área agrícola.

As figuras que seguem (figuras 19 e 20) mostram a forte presença da tecnologia para plantar e colher grãos em estabelecimentos agropecuários em Assaí.



Figura 19 – Tecnologia presente em estabelecimento agrícola, na seção Jangada, em Assaí - PR. Foto: BERNARDES, J.R. Data: 16/01/09



Figura 20 – Tecnologia para colher grãos, na seção Jangada, em Assaí – PR. **Foto:** BERNARDES, J.R. **Data:** 16/01/09



Figura 21 – Campo de soja cultivado com auxílio de tecnologia, na seção Jangada em Assaí – PR. **Foto:** BERNARDES, J.R. **Data:** 16/01/09

A figura a seguir (figura 22) mostra uma técnica de irrigação utilizada por produtores de frutas como maçã e nectarina, entre outras. É uma ideia que poupa um excessivo investimento em máquinas – o que é muito importante para produtores que não dispõem de capital para investir –, pois utiliza produtos simples, como mangueiras para condução da água até os pés.

A figura 23 mostra a poda em um parreiral de Assaí, realizada logo após a produção, ocorrida no final do ano de 2008. O agricultor responsável por essa área (entrevistado 07) relatou que é necessário que se faça uma poda bem feita, para que no próximo ano a planta consiga crescer com força e dar bons frutos. A poda é feita manualmente e com cuidados específicos para que não se cortem partes importantes, comprometendo sua estrutura e sustentação. Na foto também se percebe a utilização do mesmo modelo de irrigação apresentado na figura 22.



Figura 22 – Modelo de irrigação para pomares, na seção Cabiúna, em Assaí – PR. **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 16/01/09

A tecnologia para se desenvolver mudas saudáveis também é utilizada por agricultores, em Assaí. A figura 24 mostra um exemplo da muda plantada à espera do momento certo para ser colocada junto no espaço de produção.



Figura 23 – Poda da parreira em um estabelecimento agropecuário, na seção Cabiúna, em Assaí – PR. **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 16/01/09



Figura 24 – Mudanças de bananeiras cultivadas em estabelecimento agrícola, na seção Cabiúna, em Assaí – PR. **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 16/01/09

Foi perguntado, aos 33 entrevistados, de que lugar do Japão suas famílias vieram, bem como o ano da chegada ao Brasil, e para que local se dirigiram. Pela análise das respostas, concluiu-se que 100% da família dos entrevistados vieram do Japão, provenientes das seguintes províncias: Fukushima, Okayama, Shizuoka, Hiroshima, Kumamoto, FukuoKa, Kochi, Yamaguchi e Kyoto. Alguns só souberam informar a ilha de onde os parentes vieram: Okinawa e Hokkaido. Por fim, houve entrevistados que não se lembraram de nenhum dado; somente sabiam informar que sua família era proveniente do Japão.

Ao chegar do Japão, 97% das famílias foram morar e trabalhar no estado de São Paulo, no seguintes municípios: Cafelândia, Garça, Capão Bonito, Ribeirão Preto, Ibirá, Cravinhos e Araçatuba. Os que não souberam informar o local para onde seus familiares se dirigiram declararam somente que eles trabalharam no estado de São Paulo, até conseguir recursos para comprar terras em Assaí. “Desde os primeiros tempos, o estado de São Paulo abrigou no mínimo 3/4 de todos os japoneses que viviam em Território Nacional, sendo que em 1940 essa concentração chegou a ultrapassar os 90%.” (BASSANEZI; TRUZZI, 2008, p.79)

Um dos entrevistados chegou ao Brasil e seguiu direto para Assaí, mas numa época diferente da dos entrevistados que foram para São Paulo. Este, que seguiu direto para Assaí, chegou ao Brasil no ano de 1955, enquanto que os outros chegaram no período entre 1913 e 1939. Esse período compreende o analisado nos capítulos anteriores, quando a mão de obra das famílias imigrantes japonesas foi aproveitada nas fazendas de café de SP, que nessa época estavam em plena produção.

Os imigrantes japoneses, recém-chegados ao Brasil, parentes dos entrevistados, trabalharam, em média, oito anos nas fazendas de café, em São Paulo. Ali conseguiram reunir algumas economias e, em seguida, deslocaram-se para o Paraná, onde as empresas de loteamento como, no caso, a BRATAC, em Assaí, dispunham de lotes e facilidades para venda aos imigrantes. Um dos entrevistados (entrevistado 13) disse que seu pai trabalhou por dois anos em uma fazenda, no estado de São Paulo, e então conseguiu comprar um lote em Assaí, conforme depoimento a seguir:

Meu pai trabalhou duro num sítio em São Paulo mas depois de dois anos ele já conseguiu comprar aqui. Aí foi trabalhando na nossa terra e de volante em outros sítios aqui da região pra conseguir dinheiro

para investir na nossa propriedade. Aí ele arrendou 2,5 alqueires e trabalho por mais três anos e conseguiu dinheiro para comprar mais 8,5 alqueires, isso em 1941. Hoje tenho sociedade com um irmão e juntos temos mais de 400 alqueires. (ENTREVISTADO 13)

Oguido (1988) traz em seu livro relatos de japoneses que compraram terras no Paraná, onde construíram suas vidas. É possível perceber que a dificuldade em obter um pedaço de terra para produzir, em vez de fazê-los desistir, impulsionou-os a atingir o objetivo que tinham em mente:

Cada família ganha um saco de feijão, de arroz, e de farinha, sal, óleo, querosene, lamparina e enxada. [...] “dia seguinte, antes do sol nascer, família começou na enxada: pai, mãe, irmãos. Família toda trabalhou sete anos assim.” Mesmo trabalhando de sol a sol não dava para juntar dinheiro. O sonho de ficar rico no Brasil estava cada vez mais distante. [...] foi exatamente com a crise do café que os japoneses conseguiram juntar dinheiro para comprar terras. “Com a crise, fazenda ficou três anos sem pagar, só dando vale. Quando o fazendeiro conseguiu vender café, pagou tudo de uma vez. Aí a família teve dinheiro para comprar terra. Economia na marra.” (OGUIDO, 1988, p.137)

A aquisição dos estabelecimentos em Assaí (tabela 09) foi mais uma das questões apresentadas aos entrevistados, na tentativa de se obter informação sobre quem, entre os membros da família, comprou o lote; até mesmo para verificar se parte da família permaneceu no estado de São Paulo, ou se todos se deslocaram para o Paraná.

Tabela 09 – Aquisição dos estabelecimentos dos entrevistados.

Quem comprou o estabelecimento?	Respostas
Os pais do entrevistado	18*
Os avós do entrevistado	12*
O próprio entrevistado	02
Outros parentes do entrevistado	02

Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08 Org. BERNARDES, J. R.
* (R.M). (um dos entrevistados disse que seu pai e seu avô compraram juntos)

Pelos dados, é possível perceber que a maior parte dos estabelecimentos foi comprada pelos pais e avós dos entrevistados; dados que

cruzados com as datas de chegada em Assaí (tabela 10) permitem entender a realidade, pois os entrevistados têm idade média entre sessenta e setenta anos (na ocasião da pesquisa). Como exposto anteriormente, sabe-se que a dificuldade para adquirir lotes em Assaí foi algo comum entre os agricultores. Entre os entrevistados, não foi diferente. Do total de 33 entrevistados, 100% afirmou ter sido muito difícil comprar os primeiros lotes de terra em Assaí. Hoje em dia, quem possui outros lotes ressalta que depois que a terra entrou em produção tornou-se possível obter, aos poucos, outros lotes, pois, além da economia feita pela família, as condições para a compra eram facilitadas. Quando os lotes passaram a ser comprados de terceiros, ou seja, quando a companhia de colonização já havia vendido todos os que estavam à disposição, a negociação era mais difícil, sobretudo quando não era feita entre conterrâneos, conforme relato:

Minha família quis comprar o sítio de um brasileiro, o sítio vizinho, mas não tinha como fazer negócio, ele queria todo o dinheiro de uma vez e não tinha como pagar assim, precisava parcelar pelo menos em algumas vezes para conseguir comprar. (ENTREVISTADO 13)

Um ponto a ser ressaltado é que as famílias japonesas são, em geral, muito unidas. Esse fato ficou muito claro durante as entrevistas, quando foi relatado que alguns patriarcas, já bastante idosos, resolveram sair do Japão, deslocando-se para um país desconhecido, para que sua família tivesse oportunidade de crescer. Isso ocorreu com um dos entrevistados, que se emocionou muito ao relatar que seu pai, um senhor muito idoso, resolveu vir para o Brasil – apesar de toda a vivência que tinha em seu país de origem – porque o filho decidiu que assim seria melhor. E a família toda podia se unir e permanecer trabalhando na terra, em Assaí, enquanto tivesse força física para isso.

Eu nunca vi uma atitude tão nobre na minha vida. Eu fico até emocionado em contar. Meu pai, já de idade, viu que seria melhor pra família vir para o Brasil, tentar uma nova vida. Ele poderia ter querido ficar lá, e ninguém viria, mas ele cedeu, ele quis e foi por isso que hoje estou aqui. Foi aqui que conseguimos tudo o que temos. Aqui temos nossa terra, nossa família trabalhando, pena que ele já não está mais aqui. (ENTREVISTADO 09)

A tabela 10 revela o ano de chegada dos entrevistados, e de suas famílias, a Assaí. Vale lembrar que apenas dois, entre os entrevistados, vieram diretamente do Japão para Assaí, sendo os outros trinta e um provenientes do estado de São Paulo. Verificando-se os dados da tabela, percebe-se que 50% dos entrevistados chegou entre os anos de 1935 a 1944, época em que Assailand tornou-se Assaí (município), já começando a dar sinais de que seria uma grande produtora de algodão. Os entrevistados relataram que, na época da chegada ao município, as seções, ou melhor, os lotes das seções eram compostos, basicamente, por mata, que foi derrubada com o trabalho de toda a família.

Tabela 10 – Ano de chegada da família dos entrevistados a Assaí – PR.

Ano	Respostas
De 1930 a 1934	02
De 1935 a 1939	10
De 1940 a 1944	07
De 1945 a 1949	04
De 1950 a 1954	04
De 1955 a 1959	02
De 1960 a 1964	01
De 1965 a 1969	-
De 1970 a 1974	01
Não sabe/não respondeu	02
Total:	33

Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08 Org. BERNARDES, J. R.

A agricultura independente iniciou uma segunda etapa na vida dos imigrantes. A maior parte deles viveu essa fase no final dos anos 1920 e no início dos 1930. Enfrentaram muitas dificuldades para “domar” as terras novas. Primeiramente, cortaram árvores, queimaram o restante, construíram abrigos com troncos. A grande diferença com a etapa anterior foi o fato de ter que “começar do zero”, já que nas fazendas de café, pelo menos havia uma infraestrutura previamente preparada para receber os trabalhadores (SAKURAI, 2007, p.247).

Oguido (1988) escreve a respeito de uma conversa com Tomotada Ikeda sobre as dificuldades em acertar uma cultura que produzisse bem e logo, nas

novas terras, que acabavam de ser desbravadas, em 1932. E revela que foi o algodão o grande propulsor da agricultura, na fazenda Três Barras:

Eram todos japoneses já calejados de trabalhar nas fazendas de café do Estado de São Paulo. Derrubaram, queimaram e plantaram. No ano seguinte, entretanto, muitos problemas já os torturavam: enquanto o café crescia improdutivo, o milho não tinha mercado regional e o feijão não oferecia bons preços. O trigo era uma alternativa, porém não conseguia padrão suficiente para moagem. O arroz e a soja plantavam para comer, enquanto a juta era outro fracasso. "Meu sogro morava no Ingá (Cambará) e tinha dois burros muito bonitos. Aí ladrão roubou. Ele foi na delegacia e pediu licença para perseguir o ladrão. Saiu atrás do rastro e veio em direção a Três Barras. No meio do caminho perdeu o rastro e parou num rancho de caboclo. No terreiro tinha um pé de algodão em flor. Sogro pensou: terra boa pra algodão. Então avisou a gente. Naquele mesmo ano plantei algodão, mais de 40 anos plantei algodão." (OGUIDO, 1988, p.138-139)

O gráfico 07 expõe as culturas que já estavam presentes nos lotes, para que se possa conhecer o que deu suporte às famílias, no início da ocupação dos mesmos. A mata virgem destaca-se em significativa presença, mas o café também aparece como opção de produção, seguido pelo algodão. Como há demora entre o plantio do café, sua formação e início de produção, o algodão foi uma boa opção de plantio, devido ao retorno rápido. Aliado ao algodão, já é possível perceber um tímido aparecimento das culturas brancas, entre elas a soja, o trigo e o amendoim. Os dados do gráfico 07 foram utilizados na pesquisa para serem comparados aos do gráfico 08, no qual se verificou o uso da terra nos lotes, na época da aquisição, pelas famílias dos entrevistados. Durante as entrevistas foi relatado que o trabalho de desmatamento dos lotes e formação dos cafezais foi muito árduo, pois não havia máquinas, como hoje em dia. Além da tecnologia nas décadas de 1930/40 ser escassa, o acesso a ferramentas que pudessem auxiliar na lavoura era difícil, pois os agricultores tinham de canalizar todas as suas economias para o pagamento dos lotes comprados da BRATAC.

É importante lembrar que alguns imigrantes que chegaram mais tarde ao município, já na década de 50 em diante, puderam comprar lotes de terceiros, conforme exposto anteriormente. Segundo relato dos entrevistados, alguns

imigrantes viram, na área urbana, uma nova oportunidade de vida. Assim, venderam seus lotes a terceiros e foram viver do comércio.

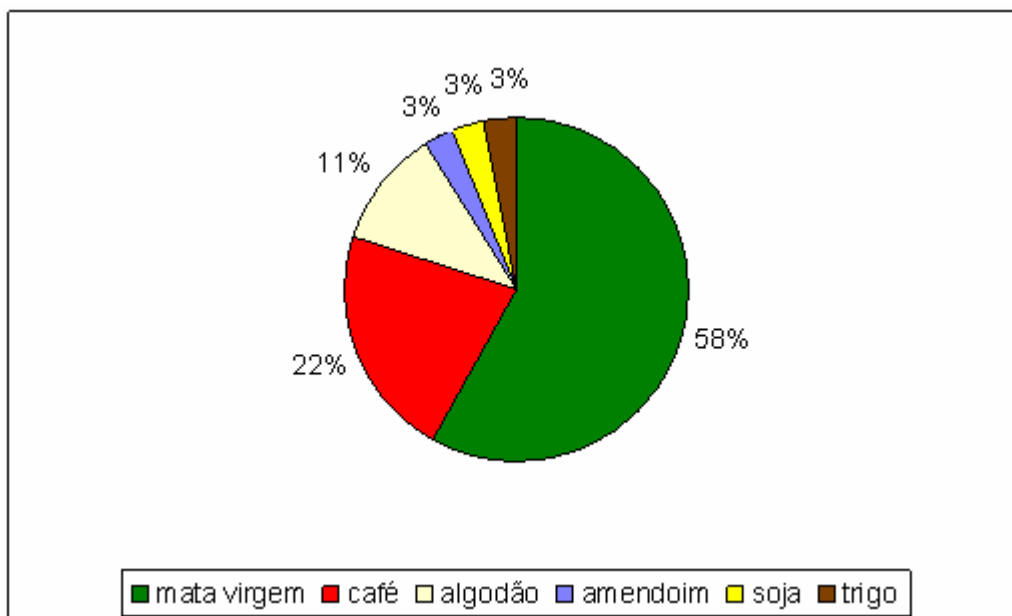


Gráfico 07 – Culturas existentes nas propriedades quando da aquisição dos lotes.
Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08. **Org.** BERNARDES, J. R.

O gráfico 08 mostra as culturas desenvolvidas, hoje, nos lotes dos entrevistados. A diversificação apresentada pelo gráfico 08, em relação ao 07, traduz-se pela variedade de culturas plantadas; pela possibilidade de aumento da plantação de grãos em virtude do acesso aos implementos agrícolas e, também, pelo aumento da plantação de cereais e pelo domínio do mesmo (em porcentagem de ocupação no solo) no estabelecimento dos entrevistados. Da área total, 62% está voltada ao plantio de grãos, ou seja, mais da metade da área é dedicada a este tipo de cultura. A explicação para o fato, tomando como base as respostas dos agricultores entrevistados, é que esse tipo de cultura dá menos trabalho, ou seja, não necessita de manutenção diária, além do preço no mercado compensar mais que o de produtos como legumes e verduras.

“O Brasil ocupa a posição de segundo maior produtor mundial de soja, sendo responsável por aproximadamente 24% da oferta global do produto” (CONTE ; FERREIRA FILHO, 2007, p. 02). Devido ao crescimento da produção e do consumo mundial, cada vez mais agricultores brasileiros resolvem se inserir no mercado de cereais, certos de que tudo o que for produzido será vendido.

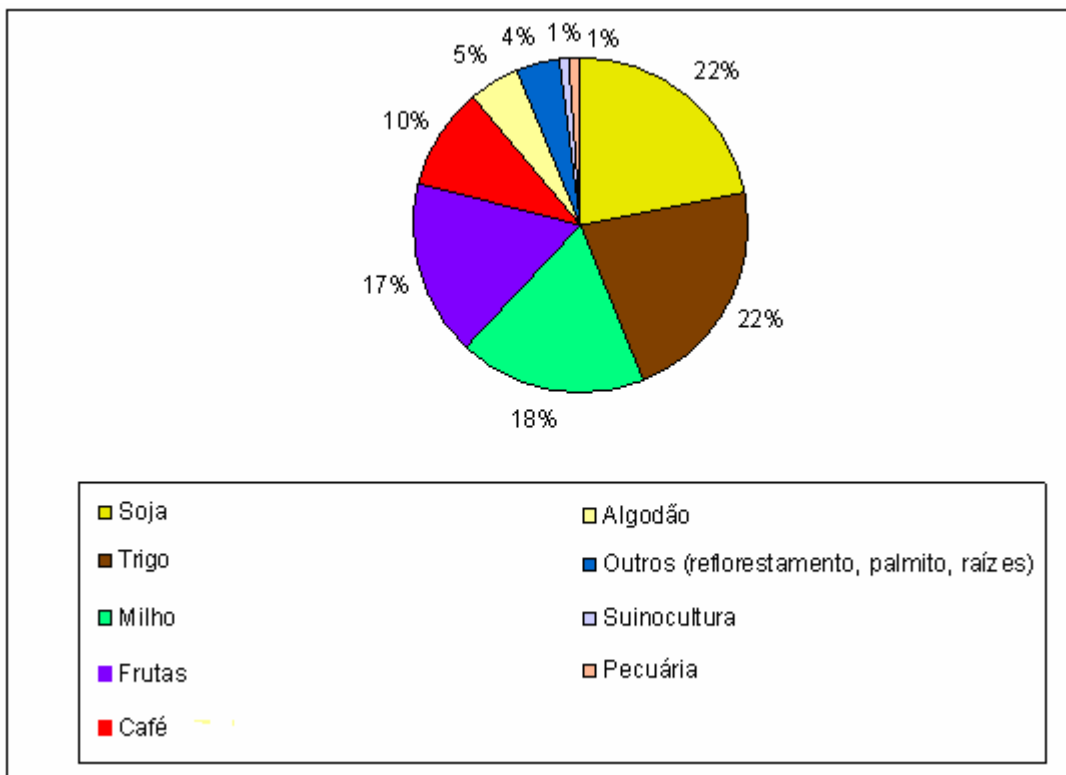


Gráfico 08 – Culturas plantadas nas propriedades dos entrevistados atualmente.
Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08 **Org.** BERNARDES, J. R.

Sabe-se que a monocultura não é a opção melhor, indicada para pequenos lotes, ou seja, para pequenos agricultores. Esse tipo de produção, além de exigir alto nível tecnológico, não permite que o agricultor dele subsista, como ocorreria se este se dedicasse simultaneamente a culturas como arroz, feijão, legumes, verduras, entre outras. A plantação de culturas variadas, como frutas, que apareceu em 17% do total de área cultivada, demonstra que alguns agricultores já perceberam a possibilidade do bom rendimento que esse segmento pode trazer, embora com algumas ressalvas feitas pelos entrevistados, entre elas a de que “plantar o que todos plantam não é o segredo”. O segredo é diversificar, produzir frutas exóticas, que não são comuns na região de Assaí, como: cupuaçu, graviola (figura 25), jambo, caju, maçã, jenipapo, carambola, castanhas e amêndoas etc., e também beneficiar algumas frutas, transformando-as em compotas, conservas, doces, que podem ser vendidos com valor agregado.

As tabelas 11 e 12 mostram dados para verificação das lavouras permanentes e temporárias do município de Assaí, no ano de 2006, no intuito de se conhecer as quantidades produzidas, os valores de produção, as áreas colhidas, entre outras informações.



Figura 25 – Graviola cultivada em um estabelecimento agrícola, na seção Cabiúna, em Assaí - PR. **Foto:** BERNARDES, J.R. **Data:** 16/01/09

O valor da produção de frutas é expressivo para o município de Assaí, segundo o técnico da EMATER, (Valter), que inclusive revelou que está desenvolvendo um projeto sobre como o pequeno agricultor pode obter bons rendimentos em apenas cinco alqueires de terra, onde é possível inserir várias atividades como as de lazer e também o plantio de frutas, verduras, legumes, entre outras culturas. Ele ressaltou que é muito importante diversificar, pois:

A lei da oferta e da procura traz preocupações para os agricultores; pois quando há muita oferta de algum produto, os preços caem. Eu procuro alertar aqueles que estão trabalhando em pequenos estabelecimentos agrícolas de que é imprescindível que haja a diversificação, pois quando você dispõe de vários produtos para oferecer ao mercado fica difícil você ser surpreendido por baixos preços em todos eles. Sempre algum irá te trazer retorno. (VALTER – EMATER, 2009)

Tabela 11 – Lavoura permanente em Assaí no ano de 2006

Lavoura permanente	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Valor da produção (reais)	Rendimento médio (kg/hectare)
Abacate	1.440	60	230.000,00	24.000
Banana	980	49	216.000,00	20.000
Café (beneficiado)	655	420	1.245.000,00	1.559
Caqui	546	21	382.000,00	26.000
Laranja	75	5	25.000,00	15.000
Limão	12	1	6.000,00	12.000
Maçã	32	8	32.000,00	4.000
Manga	45	3	18.000,00	15.000
Pêra	40	4	84.000,00	10.000
Pêssego	120	8	144.000,00	15.000
Uva	4.832	241	7.248,00	20.049

Fonte: IBGE (2007b).

Analisando a tabela 12 é possível perceber que os valores referentes às culturas de soja, trigo e milho são bastante expressivos, no município de Assaí, pois no ano de 2006 somaram quase 30 milhões de reais.

Tabela 12 – Lavoura temporária em Assaí no ano de 2006

Lavoura temporária	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Valor da produção (reais)	Rendimento médio (kg/hectare)
Algodão herbáceo	35	20	32.000,00	1.750
Alho	64	16	192.000,00	4.000
Amendoim (em casca)	3	3	3.000,00	1.000
Arroz (em casca)	31	23	13.000,00	1.347
Batata-doce	240	4	72.000,00	60.000
Cana de açúcar	6.960	80	251.000,00	87.000
Feijão (em grão)	76	80	95.000,00	950
Mamona (baga)	8	6	5.000,00	1.333
Mandioca	1.800	120	450.000,00	15.000
Melancia	90	3	30.000,00	30.000
Milho (em grão)	19.845	5.000	4.495.000,00	4.459
Soja (em grão)	53.966	24.200	22.504.000,00	2.230
Tomate	349	15	152.000,00	23.266
Trigo (em grão)	5.400	11.600	2.376.000,00	1.000

Fonte: IBGE (2007b).

O algodão, produto que elevou o município de Assaí à condição de capital nacional do algodão, já não é opção de muitos agricultores, pois representa apenas 0,01% do valor total das culturas temporárias. Os dados sobre o café,

apresentados na tabela (11), mostram que este ainda é um cultivar presente e importante, pelo valor que gera, se comparado a outras culturas permanentes como banana, limão, pêssego etc..

Os números apresentados nas tabelas 11 e 12 confirmam os dados que foram coletados na pesquisa realizada com os agricultores em Assaí, visto que os entrevistados, de modo geral, revelaram (dados do gráfico 08) que em seus estabelecimentos há maior presença de grãos e cereais, seguidos por frutas e pelo café. Todos os agricultores entrevistados, tanto os que trabalham com grãos como os que trabalham com outros tipos de culturas, declararam que utilizam uma parte de seus estabelecimentos para cultivar produtos para consumo próprio, como: lichia, manga, amendoim, caqui, laranja, jenipapo, graviola, mandioca, coco, abacate, atemoia, palmito pupunha (figura 26), verduras e legumes, entre outros. A maior parte dos entrevistados relata que, no passado, já tentaram sobreviver só de frutas, mas o mercado não permitiu que assim continuassem, pois o pagamento pelo quilo da fruta, em épocas de colheita, é muito baixo. Nessas circunstâncias, optaram por cultivar cereais e, para eles, o resultado tem sido satisfatório.



Figura 26 – Plantação de palmito pupunha, na seção Palmital, em Assaí – PR. **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 23/05/08

A produção de uvas também é expressiva, no município de Assaí, como exemplo de cultivo de culturas permanentes, e pode ser verificada na foto abaixo (figura 27).



Figura 27 – Viticultura, na seção Cabiúna, em Assaí – PR. **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 16/01/09

O Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, identificou as lavouras permanentes e temporárias de Assaí, as quais estão listadas nas tabelas 11 e 12, e fornecem dados importantes sobre a produção agropecuária. Frutas como abacate, caqui, laranja, melancia, e culturas como café, soja, milho, trigo, algodão, entre outras, são a base da economia agrícola de Assaí, mantendo o padrão de culturas desenvolvidas pelo Paraná, conforme o mapa de uso do solo do Paraná, no ano de 2001 (figura 11). O técnico da EMATER de Assaí afirmou que 70% das frutas produzidas no município são provenientes dos estabelecimentos de japoneses e/ou descendentes, além de apresentarem uma produção de grãos entre 50 e 60%.

Os dados sobre a produção agrícola municipal de Assaí, no ano de 2006 (IBGE, 2007b), mostram também a produtividade de algumas culturas, em quilogramas/hectare. Como elementos de análise, foram escolhidos: o café, por ter sido uma cultura muito importante no norte paranaense; o algodão, por ter

representado, em Assaí, uma das culturas de maior destaque, conferindo-lhe, conforme exposto anteriormente, na década de 1970, o título de capital nacional do algodão; e a cana de açúcar, por ser, na atualidade, uma cultura que vem se expandindo cada vez mais nos campos agricultáveis do Paraná. Inclusive, o técnico da EMATER de Assaí revelou que muitos agricultores têm deixado de trabalhar nas lavouras para arrendar suas terras para usinas de açúcar e álcool. Apresentam-se também os dados da tabela 07, do IPARDES, que trazem informações sobre a produtividade do estado do Paraná, referente a produtos agrícolas como o café, a cevada, o algodão, o arroz, a batata-inglesa e a cana de açúcar ano de 2006.

- Produtividade de café em Assaí: 1.559 quilogramas/hectare
- Produtividade de café no Paraná: 1.380 quilogramas/hectare

- Produtividade de cana de açúcar Assaí: 87.000 quilogramas/hectare
- Produtividade de cana de açúcar no Paraná: 77.490 quilogramas/hectare

- Produtividade de algodão em Assaí: 1.750 quilogramas/hectare
- Produtividade de algodão no Paraná: 1.627 quilogramas/hectare

Conferindo-se os dados, percebe-se que o município de Assaí possui boa produtividade em algumas culturas, como no caso do café, que apresentou 11,5% a mais que a média estadual, assim como a cana de açúcar, que apresentou 11,5% a mais, e o algodão, que apresentou 7% a mais que a referida média. Na opinião do técnico da EMATER, esse fato pode estar ligado ao clima que, segundo ele, não é tão quente quanto o de Londrina, o que favorece o desenvolvimento de culturas que precisam de climas mais amenos. Favorece, igualmente, o aproveitamento da terra pelos agricultores, um trabalho que, segundo ele, é feito com cuidado e atenção. O técnico declarou que muitos agricultores do município fazem rotação de cultura no solo, além de utilizar o plantio direto, para evitar que o solo seja revolvido sem necessidade. Ele disse, ainda, que alguns agricultores japoneses se dedicam muito à produção e se revelam “pseudocientistas”, pois:

Dá pra notar a diferença entre os agricultores brasileiros (não-descendentes) e os japoneses, pois estes últimos são mais

engenhosos, anotam dados sobre precipitação pluviométrica, sobre o comportamento dos animais nas propriedades, lêem, aprendem, ou seja, estão sempre à frente, não pensando somente em produzir e produzir. Pra mim essas são características muito fortes e presentes entre eles: a dedicação e a curiosidade.

Na foto a seguir (figura 28), é possível visualizar, em primeiro plano, o cultivo de algodão realizado no município de Assaí, na seção Palmital, bem como o cultivo de trigo, em segundo plano.



Figura 28 – Em primeiro plano, plantação de Algodão e, em segundo plano, campos de trigo. Seção Palmital – Assaí – PR. **Foto:** BERNARDES, J. R. **Data:** 23/05/08.

Segundo um dos entrevistados, a produção de café ainda permanece em alguns estabelecimentos, mais para manter a tradição da cultura – presente nas terras da família desde que o lote foi adquirido – do que pelo rendimento ou lucro que a mesma oferece. Esse agricultor também ressaltou que o cultivo do café requer muita mão de obra, e que seu lote contava apenas com a mão de obra dele próprio, de um filho e de um funcionário contratado em períodos de maior demanda, como no plantio e na colheita. Já o técnico da EMATER revelou que o café continua presente no município, não somente por tradição, mas por garantir bons rendimentos àqueles que o produzem, utilizando as instruções por ele ministradas,

sobre os tratos com a cultura. Relatou, que alguns agricultores falharam no manejo das plantas, deixando que crescessem todas as hastes, o que, segundo ele próprio, é prejudicial, pois deixando-se apenas uma haste na lateral permite-se que a planta se desenvolva melhor, sem fechar as leiras de café, o que ocorria quando o pé crescia de forma desordenada e lateralmente.

Também foi perguntado aos entrevistados se tinham vontade ou planos para desenvolver outros tipos de atividades em seus estabelecimentos, como implantação de turismo rural, pesque-pagues, ou mesmo no que se refere a alguma cultura diferenciada da tradicional, como plantação de flores ou granja para criação de frangos, entre outras. As respostas para essa questão encontram-se na tabela 13.

Tabela 13 – Atividades diferenciadas que os entrevistados desenvolvem ou pretendem desenvolver em seus estabelecimentos.

Atividades	Respostas
Nenhuma atividade ou planos	20
Prestador de serviço	05
Estufa para legumes e flores	03
Arrenda terras para terceiros	02
Reflorestamento	02
Pecuária	01
Psicultura	01
Olericultura	01

Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08 **Org.** BERNARDES, J. R.

Ao analisar os dados, conclui-se que 60% dos entrevistados não têm planos de desenvolver uma cultura diferente em suas terras. E o motivo apontado, pela grande maioria, foi que, agora, já não há mais tempo para mudar, em virtude da idade. A impressão que se tem é a de que os filhos desses agricultores, conhecendo as dificuldades inerentes ao trabalho rural, bem como a falta de oportunidades de um futuro promissor para quem não se gradua ou se especializa, decidem morar na cidade. E os pais, muitas vezes, apoiam essa decisão, conforme se verificou no segundo capítulo do presente trabalho, pois a educação é algo fundamental para as famílias isseis, nisseis, yonseis etc., que fazem questão que os filhos, netos e

bisnetos tenham oportunidade de escolher se querem ou não trabalhar nas atividades rurais, mas isso somente depois de muito estudo, que lhes dará o esclarecimento e o conhecimento necessário para escolher a profissão que realmente desejarem. Com a idade avançada, alguns entrevistados já não contam com a ajuda de familiares. Ou, quando contam, é apenas com o auxílio de um dos filhos ou um genro, daí resultando a necessidade de contratação de mão de obra temporária, para ajudar no cumprimento das tarefas agrícolas.

O técnico entrevistado revelou que existe um certo receio por parte dos japoneses quanto a iniciar uma atividade diferenciada das que já existem em seus estabelecimentos. Como exemplo, citou o caso de um agricultor que iniciou um projeto de carcinocultura²⁵, que inclusive se tornou notícia nacional por meio de um programa de televisão. Mas, infelizmente, o projeto não deu certo, em virtude de má fé por parte do comprador, o que gerou um prejuízo considerável, levando o agricultor a desistir do negócio.

Ele contou que o comprador fez um depósito em uma máquina de autoatendimento, numa agência bancária, mas não havia dinheiro dentro do envelope. Como a conferência do valor depositado é feita somente após o encerramento do expediente bancário, o comprador saiu da agência portando o comprovante de depósito, do qual constava o valor que ele deveria ter depositado – mas não o fez. Em seguida, passou o comprovante do depósito por fax, para o agricultor, que despachou toda a mercadoria. Somente no dia seguinte, ao verificar seu extrato bancário, o agricultor percebeu que não fora feito depósito algum, em sua conta. A notícia se espalhou entre os agricultores, desencorajando muitos que pretendiam iniciar esse tipo de negócio em seus estabelecimentos.

Alguns proprietários atuam como prestadores de serviços, fazendo fretes com caminhão, participando de feiras e vendendo produtos da gastronomia japonesa; outros são diretores de entidades de atletismo, entre outras funções. Essa ocupação de prestadores de serviços foi apontada, principalmente, por agricultores aposentados, que trabalham menos na terra por não mais terem condições físicas para tanto. Alguns não cultivam mais a terra; e foi a possibilidade do arrendamento que lhes permitiu continuar obtendo renda, mesmo sem produzir. Essa renda é a chamada renda da terra absoluta, a qual permite à pessoa que tem a posse da terra

²⁵ Criação de camarão.

receber renda pela posse, considerando-se os interesses do proprietário e não os da sociedade.

Segundo Del Grossi (2009), os produtores rurais que não conseguem competir no mercado agrícola optam, algumas vezes, por arrendar suas terras para produtores que têm maior capacidade de investir e, conseqüentemente, de produzir. O autor relata ainda, que no estado do Paraná a maioria das terras arrendadas destina-se ao plantio da soja, do milho safrinha e do algodão, mas que a opção por comprar terras é muito utilizada pelos agricultores que têm condições para investir.

A última ressalva feita pelo autor é a de que o sistema de arrendamento, em grande parte, substitui o da parceria: os agricultores que arrendam suas terras deixem de ser vistos como produtores e passem a ser somente arrendatários, já que não são parceiros de produção de outros agricultores e tampouco realizam o trabalho agrícola em seus estabelecimentos.

Apesar de muitos alimentos – como verduras, por exemplo –, disponibilizados nos mercados, serem produzidos por japoneses e/ou descendentes, apenas um dos entrevistados, nesta pesquisa, se dedica à olericultura. No que se refere ao interesse em produzir flores ou legumes em estufa, foi comentado, por um entrevistado, que sua vontade é fazer algo diferente, ou seja, produzir legumes melhorados, por meio de experimentos que os tornem mais saborosos e de boa aparência, livres de produtos como inseticidas, herbicidas e outros.

A próxima questão busca perceber como os agricultores se sentem ao trabalhar a terra e como se mantém a questão da tradição da família frente ao trabalho rural. As respostas podem ser conferidas na tabela 14.

Para dar continuidade à interpretação dos dados da tabela 14, convém ressaltar que, durante as entrevistas, para conseguir informações suficientes e não só receber respostas como *sim* e *não*, os entrevistadores tiveram que se utilizar de estratégias, como algumas brincadeiras, para que o entrevistado se sentisse mais descontraído.

Para tanto, a autora do presente estudo contou com o apoio da professora Kumagae Kasukuo Stier, nissei, que participou de alguns trabalhos de campo realizados em Assaí, oferecendo o suporte necessário de confiabilidade para obtenção dos dados, por ser conhecida entre os agricultores.

Tabela 14 – Opinião do entrevistado sobre trabalhar a terra.

Gosta de trabalhar a terra? Por quê?	Respostas
Sim.	09
Sim, devido à tradição da família.	08
Sim, porque não sei fazer outra coisa.	06
Sim, porque fui obrigado a gostar (motivos: tradição na família, por ser o filho mais velho e por não haver outro trabalho).	02
Sim, porque tenho prazer em ver a produção.	02
Sim, porque não tenho compromisso com horário.	02
Sim, mas não aguento mais (devido à idade).	01
Sim, mas é por teimosia.	01
Sim, porque adoro.	01
Sim, porque gosto de trabalhar junto à natureza.	01
Sim, porque a terra não é comércio e sempre causa expectativas.	01
Ninguém gosta ou quem gosta foi forçado a gostar (motivos: porque trabalhar na terra é algo difícil, cansativo e não dá retorno).	01

Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08 **Org.** BERNARDES, J. R.

Sakurai (2007) revela que o povo japonês é muito unido e que essa união dos imigrantes japoneses nos países receptores, como o Brasil, ia contra as políticas de assimilação desenvolvidas pelo governo do país, para inseri-los na sociedade. Os imigrantes reuniam-se em associações e viviam no contexto do mundo das tradições nipônicas, tornando-se um povo fechado.

Aos poucos, foi se estabelecendo um clima de maior confiança. E as respostas qualitativas, que eram as mais aguardadas, começaram a surgir. Nesse contexto, dois entrevistados sentiram-se à vontade para, com sinceridade, assumir que o trabalho na terra é uma questão de tradição da família, e que não estão satisfeitos com as atividades que desenvolvem. Relataram que o cultivo da terra não seria a primeira opção de trabalho que fariam, na vida, mas que por imposição da família, e também por serem filhos mais velhos, tinham que se dedicar à terra e cuidar dos pais. Alguns se limitaram a responder apenas que sim, que gostavam do trabalho, sem maiores explicações. A resposta “sim, porque não sabe fazer outra coisa” também teve grande incidência, revelando que a falta de instrução fez com que muitos permanecessem no campo, exercendo a função de agricultores. O

comentário de um entrevistado foi utilizado como elemento para compreensão da ideia de que o trabalho rural não o agrada mais: “Meu irmão teve mais coragem que eu. Ele largou o sítio e foi trabalhar na cidade, no comércio, e eu fiquei... Me arrependo muito por isso” (Entrevistado 15).

Perguntou-se aos entrevistados sobre quantas horas por dia eles trabalhavam na terra, e como é um dia típico de trabalho no sítio. As respostas variaram muito, pois dependiam dos tipos de atividades desenvolvidas pelo agricultor e, naturalmente, das culturas que eram ali plantadas. A maioria respondeu que, em época de safra, trabalha-se desde muito cedo até tarde da noite, em torno de 14 a 16 horas por dia. Em épocas mais calmas, o trabalho é mais brando e a atenção do agricultor pode se voltar a outras atividades físicas, como foi o caso de um entrevistado (entrevistado 16), que respondeu que, nessas épocas, pratica *softball*, esporte muito similar ao beisebol, e também pode se dedicar mais às reuniões de famílias, tanto nas seções como na cidade, bem como às alianças culturais, conservando a tradição japonesa.

Respondendo a uma questão sobre o ritmo de trabalho dos agricultores, o técnico da EMATER de Assaí revelou que quem trabalha com cultura de grãos e cereais tem uma jornada árdua de 15 a 20 dias por ano, nos momentos de preparação da terra, plantio, tratos culturais e colheita. Já com relação aos agricultores que se dedicam a culturas permanentes, o trabalho é mais delicado e requer maior dedicação, principalmente nos momentos da poda, quando necessário, e da colheita de frutas e outros produtos.

A questão de número oito foi feita na tentativa de identificar qual período do ano a atividade no campo era mais intensa, ou, ainda, qual seria o período mais importante para o entrevistado. Foi uma espécie de “questão-calendário”, apresentando uma relação dos meses de janeiro a dezembro, ao lado da qual o entrevistado deveria indicar as atividades desenvolvidas em cada mês, segundo sua própria vivência. A proposta era que o entrevistado dissesse a primeira coisa que lhe viesse à mente – *brainstorm* –, para que houvesse espontaneidade na resposta. Mas algumas delas fugiram ao tema central, que era a agricultura. Do total de respostas, 100% dos entrevistados relacionaram, pelo menos um mês do ano à agricultura, principalmente os meses de março e abril, quando ocorre a colheita da soja; maio, quando ocorre o plantio do trigo; setembro, época da colheita do trigo; e novembro, época da colheita da soja.

Outros meses do ano foram citados por agricultores que trabalham com outros tipos de cultura. Por exemplo: os que cultivam uva apontaram de novembro a fevereiro como meses importantes para a colheita; outros, os meses de maio e junho, devido à colheita da laranja e cítricos em geral; outros, ainda, lembravam-se do próprio aniversário, em determinado mês. As festas de final de ano foram muito destacadas, nos meses de dezembro e janeiro. Setembro foi apontado como o mês dedicado ao atletismo e às atividades físicas, por ser um período de mais folga para o produtor.

Um agricultor apontou os meses de março e abril do ano de 1989, quando, segundo ele, o Plano Verão²⁶ acarretou sérios problemas e crises na agricultura do país. O mês de junho foi apontado, em 70% das entrevistas, como o mês mais propenso a geadas, o que gera insegurança e preocupação, no campo. Junho também foi lembrado, por ser o mês da feira EXPOASA, a mesma onde foram realizadas as entrevistas com os agricultores. O mês de novembro também foi apontado, por várias vezes, em virtude de ser o mês de Finados, pois, como se sabe, alguns japoneses lembram-se dos mortos da família por meio de oferendas de arroz e outros produtos e/ou objetos, para que esses prossigam em paz em sua jornada.

A questão seguinte procurou desvendar se os japoneses e seus descendentes acreditam que os não-descendentes vêem a terra sob o mesmo prisma que eles próprios. A tabela 15 contém as respostas.

Do total dos entrevistados, 38% respondeu que não há diferença, no modo de olhar a terra, entre os descendentes e os não-descendentes, porque a tecnologia padronizou a produção e o modo de agir em relação à terra. Em contrapartida, 62% dos entrevistados respondeu que o modo nipônico de olhar a terra é diferente, pois: os nipônicos são mais dedicados; não “esbanjam” tempo nem terra; sempre cultivam o máximo de espaço possível, mas consideram que precisam cuidar do solo. Pois esse solo da região, segundo os agricultores, é um “presente divino”, extremamente fértil, permitindo uma produção maior em relação a outras regiões, onde o solo não dispõe dessa fertilidade natural.

²⁶ O Governo brasileiro impôs o recolhimento de parte de todo o dinheiro que havia nas poupanças e nas contas vinculadas ao FGTS, sob o argumento de que estaria tentando frear a inflação. Desta forma, o Governo recolheu 42,72% dos poupadores e dos trabalhadores com carteira assinada que contribuem para o FGTS. Só que, na hora de devolver, devolveu só 22,35%. Confiscou, ilegalmente, a diferença de 20,37%. (O QUE FOI O PLANO VERÃO DE 1989, 2008).

Tabela 15 – Opinião dos entrevistados sobre a seguinte questão: há diferenças no modo de olhar, perceber e cultivar a terra, entre os descendentes de japoneses e os não-descendentes?

Há diferenças, ou não, no modo de encarar a terra?	Respostas
Não, porque a tecnologia padronizou a produção e o cultivo.	13
Sim, porque os descendentes e japoneses trabalham mais.	03
Sim, porque os descendentes e japoneses são mais dedicados.	03
Sim, principalmente com fruticultura e olericultura.	02
É igual pela tecnologia, mas o olhar é diferente.	02
Sim, porque o descendente de japonês é mais minucioso.	02
Sim, porque os descendentes de japoneses não pensam em folga.	01
Antigamente, sim, mas hoje não.	01
Sim, porque aqui os brasileiros (não-descendentes) esbanjam muito a terra.	01
Sim, porque os descendentes de asiáticos e europeus se dedicam mais.	01
Sim, porque os brasileiros (não-descendentes) só querem trabalhar com monoculturas.	01
Sim, principalmente quanto à preservação ambiental.	01
Sim, porque os japoneses e descendentes aproveitam a terra canto a canto.	01
É igual porque há descendentes e não-descendentes que se dedicam.	01
Sim, por causa da etnia.	01

Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08 Org. BERNARDES, J. R.

Conforme relatado no presente trabalho, isso é o que Oliveira (1985) chama “renda diferencial I”, quando o agricultor consegue obter lucro na produção pelo fato de suas terras serem mais férteis do que a de outros lugares, o que dispensa gastos com insumos agrícolas, já que a fertilidade de seu solo é natural. Essa renda é também obtida pela localização das terras, ou seja: quem tem lotes mais próximos das cidades gasta menos com frete, podendo subtrair esse valor das despesas e somá-lo aos rendimentos.

As justificativas apresentadas por alguns descendentes sobre o sucesso no cultivo de hortaliças e frutas são: a utilização de adubos orgânicos, preparados nos próprios sítios, e o conhecimento trazido do Japão em relação à produção de hortifruti – fato relatado por 65% dos entrevistados –, ao contrário da

inexperiência com a produção do café, por exemplo, com a qual seus antepassados se depararam, na chegada ao Brasil.

Contribuindo em mais uma questão, o técnico da EMATER afirmou que 70% dos hortifrutis vendidos em Assaí são cultivados ali mesmo, mas primeiro são encaminhados para o CEASA de Londrina e depois retornam a Assaí, com valor agregado. Ele declarou que tem empreendido esforços no sentido de convencer os agricultores a vender seus produtos diretamente para o município. Mas ainda não tinha informações suficientes para responder se essa medida chegará a se efetivar.

Em contrapartida, alguns agricultores afirmaram que não existe diferença entre seu modo de trabalhar a terra, em relação aos não-descendentes, pois nas culturas de cereais, há padronização, ou seja: tudo é igual para todos, já que todos precisam utilizar trator, plantadeira, colhedoras e insumos, quando necessário. Portanto, nesse sentido, a produtividade pode ser a mesma entre os descendentes e os não-descendentes.

Hoje em dia não tem mais diferença entre os agricultores. Quem produz soja, milho, precisa de máquinas para fazer isso, precisa das sementes, dos insumos etc. Portanto, todos são iguais. A única diferença é em relação ao tamanho da propriedade que depois vai gerar maior ou menor produção, mas sobre a tecnologia empregada é tudo igual. (ENTREVISTADO 13)

Outro comentário, feito por um entrevistado, refere-se ao fato de que os sítios recebem a visita de técnicos agrícolas ou agrônomos, que lhes transmitem informações importantes sobre o modo de cultivar e o manejo do solo. Isso também contribui para que todos os agricultores tenham acesso às mesmas informações e para que a produção de todos seja equivalente.

Outra questão refere-se à disciplina e à dedicação ao trabalho agrícola, fato verificado durante a exposição da qual participaram os entrevistados. Seus relatos demonstram, claramente que esses agricultores passaram meses planejando e cuidando da produção, para que pudessem expor produtos de boa qualidade, saudáveis e saborosos. Por fim, o caráter de vivência em grupo, em associações e eventos, propicia a troca de experiências entre os agricultores, o que contribui muito para o sucesso de cada um, pois a possível tentação de copiar o vizinho é substituída pelo empenho e reflexão sobre a viabilidade de uma ou outra cultura, as necessidades da região e do mercado.

Quanto à questão sobre a importância da terra os entrevistados foram unânimes em reafirmar que se trata de um bem precioso, pois faz parte da vida deles e de suas famílias. As respostas encontram-se na tabela 16:

Tabela 16 – Valorização da terra para o entrevistado.

O que a terra representa para você?	Respostas
Tudo	11
Vida	08
Profissão e dinheiro	05
Gosto porque sempre vivi dela.	03
Alimento para a humanidade	03
Profissão	02
Coisas boas	02
Importante demais	01
Um bem material	01

Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08 Org. BERNARDES, J. R.

Essa questão foi respondida 19 vezes com somente duas palavras: “tudo” e “vida”, ou seja: terra é algo muito importante, mesmo para os que se sentem obrigados a trabalhar nela. É incontestável o reconhecimento da terra como um bem insubstituível, que proporciona vida, que produz alimentos por meio do trabalho, que proporciona moradia às pessoas, ou seja, é um espaço de vivência para os seres humanos.

Um dos entrevistados, numa só frase, resumiu bem o seu ponto de vista ao relatar que a terra é tudo: “Você já viu alguma máquina de fazer comida?” (Entrevistado 16). Ele quis dizer que se não existisse a terra, nem quem se interessasse em nela produzir, ninguém sobreviveria. A terra, vista simplesmente como “bem material”, foi opinião de apenas um dos entrevistados. “Profissão e dinheiro” foi opinião de outros cinco entrevistados, denotando que a visão puramente econômica é bem inferior à visão emocional/afetiva, presente na totalidade das respostas.

A emoção que permeou as respostas para essa pergunta foi evidente. Muito agricultores ressaltaram que dão grande importância à terra, mas

que outras pessoas, em especial as que moram nas cidades, não a valorizam da mesma forma. E tampouco valorizam o trabalho que os agricultores nela realizam – plantio, cultivo e colheita –, fornecendo o sustento a tanta gente, no mundo.

A terra é tudo na minha vida. É nela que eu moro, que eu trabalho que eu faço tudo. Você imagine um mundo onde ninguém quisesse cuidar e cultivar a terra... seria uma pena. Tem que valorizar sim, e nós também, os agricultores precisamos ser mais valorizados pois nosso trabalho é muito importante. (ENTREVISTADO 17)

A penúltima questão da entrevista refere-se à participação dos agricultores junto aos núcleos de família, ou ligas e associações culturais, que são tradicionais no município de Assaí. Em algumas seções, como já exposto no capítulo dois, há a formação dos núcleos de família, onde a participação é permitida somente a descendentes de japoneses, ou seja: trata-se de uma associação cuja finalidade é cultivar a tradição e a cultura nipônicas.

Os imigrantes tendem a reproduzir em outras terras aquilo que lhes é familiar, o código de valores é levado junto com as suas malas. Assim, no exame do que os japoneses levaram para os países que emigraram, ressalta a quase imediata organização de associações. Em todos os países em que existem descendentes de japoneses há inúmeros *nihonjinkai* ou “associações de japoneses”. A associação nas terras dos imigrantes tem a finalidade de garantir educação a crianças e jovens, espaço de sociabilidade às mulheres e atividades de lazer para todos. Enfim, criar condições para que seus membros tenham respaldo para as suas atividades. (SAKURAI, 2007, p.291)

Todos os entrevistados responderam que participam dos núcleos e/ou associações de família; somente um deles declarou que participa muito pouco. Os outros trinta e dois entrevistados fizeram questão de ressaltar a importância de participar dessas reuniões, para manter a tradição nas famílias, inclusive utilizando a língua japonesa para comunicação.

As associações citadas foram: Associação dos Agricultores Amigos da Seção Cabiúna, Associação de Amigos Seção Figueira, Liga das Associações Culturais de Assaí (LACA), Associação dos Agricultores Amigos da Cultura de Terra da Seção Bálsamo, Sociedade dos Amigos de Assaí (SAMA), Associação dos Amigos da Seção Figueira, Associação da Seção Central e Associação dos Nipo-

Brasileiros da Seção Jangada. Outros entrevistados não citaram os nomes de suas associações, mas disseram participar, nas seções onde moram.

As atividades desenvolvidas nessas associações são as mais diversas, como: atividades físicas, jantares, reuniões para o preparo e apreciação de comidas típicas, repasse de tradições às gerações mais novas, por meio do uso da língua, artesanato, entre muitas outras. Durante a EXPOASA, pôde-se perceber que as mulheres se dedicam muito ao trabalho artesanal e, também, refeições, tanto no preparo como na arte de servi-las. O trabalho é realizado de acordo com os padrões das associações; cada uma se responsabiliza por sua tarefa e todas cooperam com o grupo. Com relação às entrevistas, algumas mulheres não quiseram participar, preferindo que seus maridos ou filhos se encaregassem de fazê-lo, assim demonstrando que há divisão de tarefas nas quais as mulheres, preferencialmente, cuidam da vida privada – das questões relativas ao lar – e, os homens, da vida pública.

Para Sakurai (2007), as mulheres japonesas que vivem no Japão, atualmente, estão passando por uma nova fase, ingressando no mercado de trabalho e colocando-se, cada vez menos, numa postura de submissão; mas ainda ocupam lugares especiais em seus lares. Pôde-se observar esse fato em Assaí, quando foram realizados trabalhos de campo em alguns estabelecimentos, onde o papel da mulher, em casa, é muito importante, mesmo que ela não trabalhe fora. Além do mais, a mulher pode oferecer sua força de trabalho no sítio, auxiliando o marido nos tratos culturais das lavouras.

A última questão refere-se aos lotes e ao trabalho ali realizado. Foi perguntado, a cada agricultor: quantas pessoas trabalham nos estabelecimentos; se todas pertencem à família; como são as relações entre patrão e empregado, caso haja outro(s) funcionário(s) no estabelecimento. As respostas variaram muito, dependendo do tamanho dos lotes e do tipo de cultura desenvolvida. No caso da soja, por exemplo, a mão de obra do proprietário do estabelecimento e de um filho, ou outro membro da família, é suficiente para operar as máquinas no plantio e na colheita, se a área não for muito extensa. Diferente é a situação de quem cultiva frutas, café ou outra lavoura que necessite de mais mão de obra, que deverá ser contratada, caso a da família não seja suficiente.

Relatos feitos por alguns entrevistados afirmam que a mão de obra nos estabelecimentos tem sido familiar, mais especificamente do proprietário e

esposa, pois os filhos, de modo geral, não quiseram (ou os próprios pais não permitiram) dedicar-se ao trabalho na lavoura, por considerá-lo muito sofrido e sem retorno. “A insatisfação em relação às condições sócio-econômicas são, na maioria dos casos, um reflexo do pensamento dos pais que projetam nos filhos o desejo de uma vida melhor nas cidades” (STÜRMER e CORRÊA, 2007, p.11). Portanto, até mesmo alguns agricultores de idade mais avançada ainda continuam no trabalho rural, para que parte de sua família possa conseguir um trabalho mais rentável. A tabela 17 mostra o pessoal ocupado nos estabelecimentos:

Tabela 17 – Pessoal ocupado no trabalho, nos estabelecimentos dos agricultores entrevistados.

Quem trabalha nos estabelecimentos?	Respostas
Proprietário, 01 filho e + de 03 funcionários permanentes.	08
Somente funcionários permanentes (mais de 02).	06
Proprietário; contrata funcionários quando necessário.	06
Proprietário e esposa.	05
Filhos do proprietário.	04
Proprietário, esposa e 01 funcionário.	03
Proprietário e 01 filho.	01

Fonte: Pesquisa “*in loco*”. Assaí 05, 06 e 07/06/08 Org. BERNARDES, J. R.

Quando o proprietário é auxiliado pela família, no trabalho rural, consegue maior rentabilidade na produção, pois fica isento de várias despesas relativas à contratação de funcionários, como registro em carteira, pagamento de salários e encargos sociais, entre outros. A procura por pessoas que prestem serviços em épocas de plantio e colheita é necessidade de 19% dos entrevistados, que denotam um caráter de produtor familiar durante a maior parte do ano, pois só precisam de mão de obra contratada por poucos dias ou meses. Os produtores não-familiares estão representados por 43% dos entrevistados, pois estes possuem mais funcionários contratados do que familiares, trabalhando. Conclui-se que 57% dos entrevistados são produtores familiares, pois trabalham, durante a maior parte do ano, somente com a mão de obra da família. Incluídos nesse universo de 57% estão os 19% apontados anteriormente: agricultores que só contratam funcionários em momentos de extrema necessidade.

Esses agricultores relataram que alguns empregados temporários recebem, naturalmente, pelos dias trabalhados. Mas quando o empregado é contratado em caráter permanente e, assim sendo, passa a residir no sítio, não lhe é permitido trabalhar na terra para obter auxílio, como, por exemplo, cultivar uma horta para subsistência. Os agricultores dizem que esse tipo de “regalia” faz com que os empregados se sintam muito *vinculados* ao estabelecimento. Por este motivo, podem ocorrer problemas com a Justiça do Trabalho, no momento do acerto de contas com o funcionário.

A análise de todas as tabelas e gráficos permitiu que se conhecesse o perfil de alguns agricultores do município de Assaí, assim como as relações de trabalho, a opção pelo cultivo de culturas permanentes ou temporárias, por monoculturas ou pela diversificação das mesmas, a dedicação e o trabalho no solo, entre outras atividades. O agricultor nipo-brasileiro em Assaí pode, portanto, ser considerado como aquele que se utiliza de tecnologia e mecanização no cultivo de cereais. Isso resulta numa padronização desses agricultores, desde a fase inicial do plantio até a colheita. Há também a confirmação de que o aproveitamento das áreas para cultivo é uma preocupação constante entre os agricultores. E, segundo eles próprios, o espaço em seus estabelecimentos é muito bem aproveitado.

A união entre os agricultores, visando a conservação da tradição e da cultura entre os descendentes, também deve ser ressaltada, pois mostra o quanto os japoneses valorizam essa questão. Embora aproveitem bem o solo, percebe-se que há, por parte de alguns agricultores, uma certa insatisfação, pois permanecem na terra apenas por respeito aos antepassados que lhes legaram a propriedade, cuja manutenção exige um árduo e constante trabalho.

O perfil do espaço rural, de lugar para lugar, pode ser alterado em função das pessoas que organizam, habitam e usufruem do local. A produção agrícola é, basicamente, apresentada da mesma forma, por agrônomos, aos produtores. Mas a condução das atividades, bem como o nível de interesse, depende de cada um. No presente estudo, foi possível perceber que os japoneses e seus descendentes, no município de Assaí, buscam o aprimoramento das atividades agropecuárias, respeitando a terra, seus períodos e suas necessidades, aliando a pesquisa informal e a curiosidade em função da descoberta e melhoria dos produtos. Além disso, consideram as informações transmitidas por técnicos e agrônomos.

No município de Assaí, pode-se perceber que a produção de culturas diferenciadas permite que os consumidores sejam beneficiados em relação aos preços, que se mantêm mais acessíveis, pois parte dos produtos são postos à venda em locais bem próximos da área onde foram produzidos, o que reduz custos com frete e pessoal, entre outros. A feira EXPOASA é considerada um evento muito importante para os agricultores do município, que têm a oportunidade de expor seus produtos – tanto *in natura* como beneficiados artesanalmente – e de usufruir de momentos de integração com os colegas agricultores, fato importante para as famílias nipônicas, conforme relatado neste trabalho.

As relações de trabalho familiar mostram-se presentes nos estabelecimentos dos entrevistados. Percebe-se que o esforço para manter a produção, como planejado pelo chefe da família, ocorre em tempo integral. Essa característica de planejamento foi reconhecida em alguns dos entrevistados, durante o processo de coleta de informações. Ficou bem claro que a atividade agrícola vai muito além de simplesmente optar por determinada cultura. Segundo os próprios agricultores, é preciso pensar na cultura, no solo, na extensão do estabelecimento, na mão de obra a ser empregada, no escoamento da produção, na viabilidade de colocação do produto no mercado, entre outras questões.

Nesse sentido, percebe-se que no Brasil, apesar das diferenças de tradição e cultura, houve integração dos japoneses e seus descendentes com os brasileiros não-descendentes. Assim, a possibilidade de aprendizagem e troca de informações propiciou – e ainda propicia – ganhos em experiência e satisfação com os resultados provenientes desse processo. É claro que a fase de adaptação dos imigrantes, não só os japoneses, mas também os que vinham de outros países, foi difícil e delicada, a ponto de alguns não suportarem os problemas, optando pelo retorno à terra natal. Aos que ficaram e conseguiram trabalhar, comprar e desbravar terras, plantar, ver o solo em produção e extrair bons frutos desse processo, restou a satisfação de viver em outro país, em terras brasileiras.

Assaí é a residência de muitos desses imigrantes, ou de parte das famílias dos mesmos, que auxiliaram no processo de ocupação e colonização do Paraná, trazendo experiência e tradição oriental a esse estado. E se hoje não é possível pensar neste solo sem a presença dos japoneses e seus descendentes, percebe-se, também, que eles já não são simplesmente imigrantes, mas sim parte de todos nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um país com amplas dimensões territoriais, como é o caso do Brasil, abarca uma grande variedade em relação à produção, à produtividade e às opções por culturas as mais diversas. Pois além do clima tropical, que predomina na maior parte do país, há zonas de climas mais amenos, como é o caso do sul do Brasil, que pode abrigar cultivares adaptáveis a determinada característica climática. O Brasil também possui ampla variedade de solos, alguns bastante atrativos, pois são muito férteis, podendo dispensar certos insumos. Há também solos mais pobres, que podem ser corrigidos e inseridos no processo de produção. Além dos fatores físicos, o Brasil conta com grande miscigenação da população, o que resulta na introdução de novas culturas e tradições na sociedade.

Os japoneses e seus descendentes são exemplos dessa inserção, pois chegaram há um século e já fazem parte da cultura brasileira, contribuindo para com o público que aprecia sua gastronomia, seu conhecimento, sua música, sua dança, e também apresentando habilidades na produção de alguns gêneros agrícolas, como pôde ser observado neste trabalho, entre outras atividades. Pode-se dizer que o Brasil recebeu os imigrantes japoneses e permitiu que os mesmos permanecessem aqui sem tantas restrições, salvo no período da Segunda Guerra Mundial, quando alguns conflitos ocorreram, como em vários outros países. De qualquer maneira, a ameaça do “perigo amarelo” – momento em que os japoneses passaram a ser mal vistos e, portanto, discriminados pela população não-descendente – já não existe mais. Hoje é possível observar que os nipônicos e seus descendentes estão inseridos no contexto cultural do Brasil. E pensar neste país sem alguns costumes que já se tornaram corriqueiros na vivência das pessoas, na atualidade, não é tarefa fácil.

A tradição dos nipônicos, presente no Brasil desde 1908, permanece até os dias de hoje, conforme pode-se perceber no estudo de caso realizado no presente trabalho. Os produtores rurais do município de Assaí-PR ressaltaram que a tradição é fundamental em suas vidas e que não a abandonarão. Isso porque a língua, a música, os usos e os costumes japoneses são praticados e conservados por muitas famílias, que definem este fato como absolutamente necessário, pois mostra comprometimento com o que aprenderam de seus ancestrais e também permite que seus descendentes se orgulhem da tradição e continuem se esforçando

para mantê-la. Um problema que vem se apresentando é a falta de interesse dos descendentes mais jovens, que nem sempre participam de atividades relativas à conservação da tradição, como esperam – e desejam – seus ascendentes. As associações e núcleos de família, nas seções de Assaí, são bons exemplos do comprometimento em manter os costumes, do fortalecimento dos laços de amizade e da difusão do conhecimento, fato que ocorre principalmente entre os mais velhos, tanto homens quanto mulheres.

Verificando-se a produção agrícola no município, concluiu-se que a maior parte da produção compreende a monocultura exportadora de milho, trigo e soja, prática cada vez mais comum no país, mas, por outro lado, prejudicou os pequenos agricultores que, sem acesso aos implementos e à tecnologia necessária, não têm condições de competir com os médios e grandes produtores. Como precisam alugar, ou mesmo emprestar as máquinas, quase sempre acabam se atrasando no processo de plantar ou colher, pois os proprietários das máquinas primeiro as utilizam na própria lavoura, para somente depois colocá-las à disposição para empréstimo ou prestação de serviços a terceiros.

A procura por diversificação foi notada, em menor grau, em relação à monocultura exportadora. Mas, mesmo assim, pode ser considerada importante, por inserir o produtor num processo em que o pequeno, principalmente, pode obter resultados mais favoráveis, além de colocar à disposição da população produtos diferenciados como nozes, castanhas, palmito, lichia, carambola, cupuaçu, abiu, macadâmia, uva, entre outros, com possibilidade de bons preços. Desse modo torna-se possível, às famílias que cultivam tais policulturas, a obtenção de uma renda maior, quando apresentam esses produtos ao mercado, num momento em que a oferta não é tão grande, conseguindo assim melhores preços pelos mesmos.

A terra, não como produto, mas como espaço para trabalhar e viver, foi ressaltada pelos entrevistados como algo de suma importância. Daí se conclui que ela não é vista somente como negócio, como acontece em parte do país, onde a terra não está cumprindo sua função social, que é a de se manter produtiva e fornecer à população alimentos, subsídio para moradia e espaço para vivência. Este ponto da pesquisa tornou-se muito interessante para que uma análise sobre o uso e ocupação da terra pudesse ser efetuada, não somente com atenção à questão econômica – apesar desta ser de suma importância –, mas também por um viés mais social/afetivo, ou seja, por uma característica peculiar muito presente entre os

entrevistados: a admiração pelo solo, pela disponibilidade do mesmo, pelo sucesso que proporcionou a cada família, juntamente com o trabalho humano.

O caráter de incentivo do governo do Japão também contribuiu para o fortalecimento dos japoneses que vieram para o Brasil, recebendo subsídios e auxílio no momento da aquisição dos lotes de terra, para que pudessem iniciar a produção. Foi o que ocorreu em Assaí, onde os imigrantes japoneses que vieram de São Paulo puderam adquirir lotes, em condições facilitadas e a preços baixos, da companhia BRATAC. Após a aquisição dos lotes, os imigrantes passaram por longo processo de derrubada de matas, construção dos primeiros abrigos e depois das casas, que se tornaram pequenos núcleos e, por conseguinte, Assaí.

A opção pelo plantio do algodão foi feita por muitos agricultores que, além desta cultura, plantavam café. O algodão crescia rapidamente, permitindo que o retorno financeiro viesse logo. Embora o café demorasse mais para produzir, oferecia uma vantagem, pois entre os arruamentos podiam ser inseridas culturas diversas, como amendoim, feijão, batata, entre outras.

Assaí foi reconhecida como grande produtora de algodão, na década de 1980, e ainda mantém a produção dessa cultura, hoje totalmente mecanizada, mas em menor quantidade de áreas plantadas. O café, como produto tradicional, principal veículo de propaganda do governo japonês para incentivo da vinda dos imigrantes para o Brasil, também continua sendo produzido no município, mas em escala bem menor do que nas décadas passadas. A introdução de diversas culturas permanentes, como maçã, palmito, cítricos, entre outras, permitiu a troca dos lugares de produção – antes dedicados em maior parte ao café e ao algodão – para a diversificação, juntamente com a produção de *commodities*, os cereais.

A dificuldade apresentada pelos produtores durante as entrevistas refere-se ao fato de que o trabalho rural é pesado, pouco reconhecido em relação ao pagamento dos produtos e, devido aos altos custos da produção, tem dependido, cada vez mais, da mão de obra familiar, quando possível. Este fato revela que o setor agrícola ainda passa por crises e precisa de incentivos para que o êxodo rural diminua e os trabalhadores do campo consigam permanecer em suas terras, produzindo e vivendo dignamente.

Dessa forma, no presente trabalho foram expostas discussões sobre a temática: uso da terra, numa perspectiva de aproveitamento, pelos japoneses e seus descendentes, em virtude da sua cultura e tradição, tema que pode se expandir

para que novos estudos sejam feitos sobre o uso da terra, sob outras perspectivas. Espera-se ter proporcionado esclarecimentos em relação aos objetivos propostos, ou seja, sobre o uso da terra por descendentes de japoneses, verificando-se a possível ocorrência de mudanças no processo produtivo – e houve, pois foi comprovado o empenho que os próprios agricultores afirmam ter, em maior intensidade, mostrando-se mais atentos ao processo produtivo, dedicando-se exclusivamente à produção, nos períodos necessários, reparando inclusive que os não-descendentes não procedem da mesma forma, o que talvez faça com que a produção seja diferenciada em relação à qualidade dos produtos. Outro objetivo do presente trabalho foi analisar as relações entre os produtores, empregados e a comunidade do município de Assaí, que ocorrem de acordo com a necessidade de mão de obra nos lotes e a disponibilidade dos empregados ao trabalho, na época solicitada. Ocorrem, também, entre a comunidade e os produtores, no momento da venda da produção, em feiras como a EXPOASA. Foram também realizadas análises sobre os tipos de culturas que se apresentam no espaço agrícola do Paraná e mais especificamente de Assaí, na tentativa de se estabelecer um cruzamento de informações para que se obtenha um panorama geral da agricultura, tanto regional como local.

O processo de emigração, adaptação do imigrante no Brasil e muitas outras dificuldades puderam ser vencidas ao longo do tempo. O plano inicial de muitos imigrantes, que era vir ao Brasil para enriquecer e depois voltar à terra natal, mudou. A permanência dos nipônicos ocorreu em grande escala. Os estados de São Paulo e Paraná são os que possuem maior contingente de população japonesa no Brasil. Hoje, há ocorrência de um outro fenômeno, devido aos problemas de desemprego no país: muitos descendentes de japoneses partem para o Japão, em busca de enriquecimento rápido, que lhes permita, depois, voltar ao Brasil. Após passar por dificuldades, o Japão viveu o milagre japonês: um intenso processo de recuperação econômica.

O chamado fenômeno decasségui – brasileiros de ascendência japonesa, ou casados com japoneses e/ou descendentes, que migram para o Japão à procura de trabalho – ocorre atualmente, mas em menor intensidade do que anos atrás, quando os empregos no Japão eram oferecidos em larga escala. Hoje em dia, além de problemas com a população japonesa, que exige que os melhores empregos lhe sejam disponibilizados, sobram apenas os empregos mais rudes e de

pouca remuneração, não sendo tão interessantes aos imigrantes brasileiros. No final do ano de 2008, com a crise econômica agravada pelo fracasso no setor de habitação nos Estados Unidos, o mundo todo está passando por dificuldades, que aliás já foram sentidas no Japão. Desse modo, muitos brasileiros que lá estavam regressaram ao Brasil, na tentativa de minimizar os impactos da crise, procurando empregos aqui. Assim, o sonho de enriquecer no Japão acabou sendo adiado, tornando-se um objetivo a ser conquistado após a crise, se for o caso. Pelas falas dos entrevistados, percebeu-se, também, que existe um movimento de deslocamento em direção ao Japão, com o intuito de conhecer parentes, ou mesmo de conhecer a terra de origem da família. Esse fato foi relatado por muitos entrevistados, mostrando que mesmo não tendo interesse em retornar ao Japão – sonho de seus pais quando vieram ao Brasil –, sentem vontade de conhecer de perto o país de que tanto ouviram falar, ao longo de toda a vida.

Hoje, os japoneses e seus filhos, netos e bisnetos, são parte do cotidiano, são parte do Brasil. O fato de tê-los inseridos na sociedade brasileira é bastante relevante, pois a miscigenação propiciada, no Brasil, pelos grandes contingentes de imigrantes de diversos países do mundo, trouxe muitas contribuições, que se traduziram no enriquecimento cultural em diversas áreas, o que se converte em benefício para todos os brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

ADAS, M. *Estudos de Geografia do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1976.

ASARI, A. Y. ... *E eu só queria voltar ao Japão*. Colonos japoneses em Assaí (PR). 1992. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____; TSUKAMOTO, R. Y. Da terra do sol nascente às terras férteis do Paraná. In: SAKURAI, C. e COELHO, M. P. (Orgs.) *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 90-101

AVERBUG, M. Plano cruzado: crônica de uma experiência. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 211-240, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev2408.pdf>> Acesso em 22 jan. 2009

BASSANEZI, M. S. C. B; TRUZZI, O. M. S. Plantadores do futuro. In: SAKURAI, C. e COELHO, M. P. (Orgs.) *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.72-89.

BELTRÃO, K. I; SUGAHARA, S; KONTA, R. Vivendo no Brasil. In: SAKURAI, C. e COELHO, M. P. (Orgs.) *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.54-71.

BERNARDES, J. R. *Chácaras para lazer: uma expressão do “novo rural brasileiro”?* 2005. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

_____; ANTONELLO, I. T. A interface entre a implantação de chácaras para lazer e a constituição do “novo rural brasileiro”. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.4, n. 7, p. 112-139, fev. 2009.

BRASIL. *Constituição Federal*. Decreto-lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm> Acesso em 05 mar. 2009.

_____. *Estatuto da Terra*. Decreto-lei 6.746 de 10 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm> Acesso em 05 mar. 2009.

_____. *Estatuto da Terra*. Decreto-lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm> Acesso em 05 mar. 2009.

CALVENTE, M. del C. M. H. *Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos*. Londrina: Humanidades, 2005.

CARNEIRO, H. S. O múltiplo imaginário das viagens modernas: ciência, literatura e turismo. *História: Questões & Debates*. Curitiba: UFPR. 2001. n.35 p.227-247.

CARVALHO, R. de. Na terra e na pesquisa, a força e pujança dos nipônicos. *Folha de Londrina*. Londrina: 18 jun. 2008. Caderno: Folha IMIN 100. p.20.

CIPRANDI, O. FERT NETO, J. As perspectivas da pequena produção familiar na agricultura. *Ciência. Rural* 1996, v. 26, n. 1, pp. 135-141. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-84781996000100025&script=sci_arttext&tlng=en> Acesso em 13 mar. 2009.

CITYBRAZIL. *Destaques da região de Assaí*. Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br>> Acesso em 10 set. 2008.

CONTE, L; FERREIRA FILHO, J. B. de S. Substituição de fatores produtivos na produção de soja no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 45, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jul. 2008. s.p.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação dos territórios. In: LEMOS, A. I. G de; ARROYO, M; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) *América Latina, cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: Consejo latino americano de ciencias sociales. São Paulo: USP, 2006.

COSTA, N. de L. *Agricultura itinerante na Amazônia*. 2001. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=44>> Acesso em 29 jan. 2009.

CRIADO, E. A.; BAENA, D. M.; FERNÁNDEZ, M. M. Cultura, políticas de desarrollo y turismo rural en el ámbito de la globalización. *Horizontes Antropológicos*, v. 9, n. 20, p. 1 - 14, Porto Alegre, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 de mar. 2007.

DALL'AGANOL, A. et al. O complexo agroindustrial da soja brasileira. *Circular técnica 43*. Londrina, set 2007. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/download/cirtec/cirtec43.pdf>> Acesso em 10 jul. 2008. p. 01-12.

DAMIANI, A. L. *População e Geografia*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DEL GROSSI, M. E. *Transformações no meio rural paranaense*. [entre 1994 e 1999] Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/transf_rural_pr.pdf> Acesso em 19 mar. 2009. p. 51-70.

DEMARTINI, Z. de B. F. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. *Educação & Sociedade: Ano XXI*, n.72 Ago 2000. p.1-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4193.pdf>> Acesso em 05 fev. 2009.

DEZEM, R. Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos *ijûchi* de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930). In: HASHIMOTO, F; TANNO, J.L; OKAMOTO,

M.S. (Orgs.) In: *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: UNESP, 2008. p.151-166.

ENCICLOPÉDIA BARSÁ UNIVERSAL. *Japão: mapa econômico*. 2007a, v.10. p. 3347.

_____. *Brasil: mapa econômico*. 2007b, v.03. p. 990.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Orgs.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11 - 31.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ FAEP. *FAEP pede que governador interceda sobre Faixa de Fronteira*. Disponível em: <<http://www.faep.com.br/noticias/020702a.asp>> Acesso em 28 jan. 2009.

FEIBER; S. D. SAHAR; W. D. O papel do patrimônio histórico na construção do lugar. In: *I SIMPGEO – Simpósio Paranaense de Pós-Graduação em Geografia*. Artigos. Maringá: UEM, 2006. CD-ROM.

IORE, A. A. Banzai. *Estação*, 4.ed. mar-maio 2008 p.38-42.

FRANÇA, K. C. B.de; LEITE, S. S. C. A Geografia e seus conceitos: adeus região e viva ao território? *I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*. Uberlândia, 2008. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/colouquio/textos/FRAN%C7A,%20Karla%20Christina%20Batista%20de.pdf>> Acesso em 05 Fev. 2009.

FUKAGAWA, T. *A presença japonesa no município de Assaí: o caso da seção Palmital*. 1988. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina,

GIRARDI, E. P; FERNANDES, B. M. Territorialização da produção da soja no Brasil: 1990-2002. 17º ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2004, GRAMADO. XVII ENGA TRADIÇÃO X TECNOLOGIA: AS NOVAS TERRITORIALIDADES DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO. Gramado-RS : UFRGS, 2004. v. 1. 2004, *Anais...*Gramado. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Territorializacaodasoja.pdf>> Acesso em: 01 Fev. 2009. p.01-10

GOMES, S. T. *Perfil de produção de leite em Minas Gerais*. Minas Gerais: 1987. Disponível em: <[http://www.ufrv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art_004%20-%20PERFIL%20DE%20PRODU%C7%C3O%20DE%20LEITE%20EM%20MINAS%20GERAIS%20\(3-6-87\).pdf](http://www.ufrv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art_004%20-%20PERFIL%20DE%20PRODU%C7%C3O%20DE%20LEITE%20EM%20MINAS%20GERAIS%20(3-6-87).pdf)> Acesso em 06 mar. 2009.

GRAZIANO, J. S e DEL GROSSI, M. E. *A distribuição da população rural brasileira economicamente ativa*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban25.html>>. Acesso em: 28 nov. 2000

HOGAN, D. J. Population mobility, environmental sustainability and social vulnerability. *Revista Brasileira de Estudos da População*. São Paulo, v. 22, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982005000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Abr. 2007. Pré-publicação.

HOLANDA, M. C; GOSSON, A. M. P. M; NOGUEIRA, C. A. G. *Nota técnica nº 14: O Índice de Gini como medida de concentração de renda*. Fortaleza-CE Jan/2006. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_14.pdf> Acesso em 01 Fev. 2009.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Z. e CORREIA, R. L. (Orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.149-168.

IDALINO, S. S; LAMBERT, D. e MENDES, E. de P. P. Produção familiar na agricultura brasileira: os pequenos produtores rurais do município de Catalão (GO). In: *III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária, "Jornada Orlando Valverde" Campesinato em Movimento*. Londrina, out. 2007. p.01-17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1970. *Censo demográfico Paraná*. VIII recenseamento geral do Brasil -1970. Série Regional. Vol. 1 Tomo 19.

_____. 1982. *Censo demográfico Paraná*. IX recenseamento geral do Brasil - 1980. Vol. 1, Tomo 3, V. 18.

_____. 1991. *Censo demográfico Paraná*. X recenseamento geral do Brasil - 1991.

_____. 1996. *Censo agropecuário 1995-1996: estabelecimentos por grupo de área total, segundo Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – Brasil*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/brasil/tabela4brasil.shtm> Acesso em 28 jan. 2009. s.p.

_____. 2000a. *Sinopse preliminar do Censo demográfico 2000: situação de domicílio*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf> Acesso em 12 set. 2008. s.p.

_____. 2000b. *Censo demográfico 2000. Migração: cai o número de estrangeiros que vivem no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>> Acesso em 25 jan. 2008. s.p.

_____. 2000c. *Sistema de Contas Nacionais – Brasil Referência 2000. Nota metodológica nº 2. Estrutura do Sistema de Contas Nacionais* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/02_estrutura.pdf> Acesso em 11 Fev. 2009. s.p.

_____. 2006a. *Manuais técnicos em geociências: manual técnico de uso da terra*. 2.ed. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <ftp://geofpt.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/usodaterra/manualusodaterra.pdf>> Acesso em 15 Jan. 2009. p.01-91.

_____. 2006b. *Censo Agropecuário 2006 - Resultados Preliminares*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2008. p.01-141.

_____. 2007a. *Contagem da População 2007*. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/abela1_1.pdf> Acesso em 25 jan. 2008.

_____. 2007b. *Produção Agrícola Municipal 2006*. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. 2008a. *Projeção da população do Brasil: Brasil já tem mais de 180 milhões de habitantes*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207> Acesso em 08 mar. 2008 s.p.

_____. 2008b. *Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 e 2000*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=892&id_pagina=1> Acesso em 07 mar. 2008 s.p.

_____. 2008c. *Paraná: Assaí*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 12 set. 2008. s.p.

_____. 2008d. *Dados históricos dos censos*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm> Acesso em 12 mar. 2009. s.p.

_____. 2009. *Mapa político grandes regiões*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/politico.html>> acesso em 29 jan 2009. s.p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. 2005. *Anuário Estatístico do Estado do Paraná*. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/anuario_2005> Acesso em 06 mar. 2009.

_____; 2008a. *Indicadores econômicos: produção agrícola Paraná*. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/produtos_agricolas.pdf> Acesso em 16 jul. 2008.

_____; 2008b *Mapas interativos: uso do solo paranaense*. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/website/usodosolo/viewer.htm>> Acesso em 16 jul. 2008.

JOAQUIM, G. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo rural*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.35-46.

KAWAMURA, L. Família, mulher e cultura. In: SAKURAI, C. e COELHO, M.P. (Orgs.) *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.166-179.

KODAMA, K; SAKURAI, C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, C. e COELHO, M.P. (Orgs.) *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.16-31.

KUDLAVICZ, M; ALMEIDA, R. A. Produção e Qualidade De Vida nos Assentamentos do Município de Santa Rita do Pardo/MS. IV Encontro Sul Mato-Grossense de Geógrafos, 2006, Três Lagoas. *Anais*. Três Lagoas, 2006. s.p.

LAMOUNIER, M. L. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estudos Econômicos*. São Paulo: vol.37, n. 2, 2007. p.353-372. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612007000200005&script=sci_arttext> Acesso em 25 jan. 2009.

LAVILLE, C; DIONE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEMES, F. Oceano cultural. *Folha de Londrina*. Londrina, 18 jun. 2008. Caderno: Folha IMIN 100. p.48.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*. Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, suplemento, jun 1973. s.p.

MARCELLINO, N. C. Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional. In: MÜLLER, A. e DACOSTA, L.P. (Orgs). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.41-52.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.23, mar.1991. p. 07-37.

MARTINS, J.S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária: In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995 p.151-177.

_____; *O cativo da terra*. São Paulo: L.E.C.H, 1979.

O QUE FOI O PLANO VERÃO DE 1989. Disponível em: <<http://www.planoverao89.com/oquefoi.htm>> Acesso em 11 set. 2008.

OGUIDO, H. *De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná*. Curitiba: [s.n.], 1988.

OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____; 1989. O campo brasileiro no final dos anos 80. *Fundamentos para o ensino de Geografia: seleção de textos*. São Paulo, 1989 p. 31-43.

_____; 1985. O que é? Renda da terra absoluta. *Orientação*. n. 07. São Paulo: Instituto de Geografia, Departamento de Geografia USP, 1986. p. 77-86.

ONO, M. De colono a pequeno produtor. In: SAITO, H; MAEYAMA, H. (Orgs.) *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973. (Coleção Estudos brasileiros, 4).

OS JAPONESES no norte do Paraná. *Jornal Nippo-Brasil on line*. Disponível em: <http://www.japaobrasil.com.br/historia_imigracao/277.php> Acesso em 08 jul. 2008.

OSTROSKI, D. A; MEDEIROS, N. H. Dos complexos agroindustriais à ascensão dos *agriclusters*. *XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção* - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003 Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0706_1184.pdf> Acesso em 27 jan. 2009.

PAIVA, O. da C; Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950: apontamentos. *Travessia*. p.25-30. Maio - Ago 2000.

PARANÁ AÇÚCAR E ÁLCOOL. *Melhoram cenários e projeções para mercado de açúcar e álcool*. Maringá, 11 jul 2008 Ano XI Ed. 145. p.06

PEREIRA, E. A. *Complexos Industriais: Discussão Metodológica e Aplicação à Economia Brasileira (1970 - 1975)*. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e Tecnologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

PEREIRA, W. *Demografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Saraiva, 1978.

PEREIRA, N. de O. M; OLIVEIRA, L. A. P.de. Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil: Censo demográfico 1920/2001. In: SAKURAI, C. e COELHO, M.P (Orgs.) *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.32-53.

PORTAL BRASIL. *Brasil: região Sudeste*. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/regiao_sudeste.htm> Acesso em 29 jan. 2009.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- PIMENTEL, G. G. de A. A insustentabilidade do lazer sustentável. In: MÜLLER, A. e DACOSTA, L.P. (Org.) *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.83-107
- RIBEIRO, D. Japoneses agruparam-se em 'colônias imaginárias'. *Folha de Londrina*. Londrina, 18 jun. 2008. Caderno: Folha IMIN 100. p.16.
- RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) *Turismo rural: práticas e perspectivas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.101-116.
- ROSA, L. R; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M.E.B. e WHITACKER, A.M. (Orgs.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.187-204.
- SAKURAI, C. Dos passageiros do Kasato Maru aos aviões da Varig. In: SAKURAI, C. e COELHO, M. P. (Orgs.) *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.120-135.
- SAKURAI, C. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SALES, T; BAENINGER, R; Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. *Travessia*. p-33-44, Jan-Abr 2000.
- SANO, R. K. Japoneses: sonhos e pesadelos. *Trabalhadores*. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, 1989. disponível em: <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>> acesso em 07 mar. 2008. p.01-04.
- SANTIN, W. A vitória pela força dos livros. *Folha de Londrina*. Londrina, 18 jun. 2008. Caderno: Folha IMIN 100. p.12.
- SANTOS, J. L. dos; *O que é cultura*. 16.ed. 14.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).
- SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- _____; *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____; *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SCHPUN, M. R. Imigração japonesa no Brasil. In: SAKURAI, C. e COELHO, M.P. (Orgs.) *Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.136-149
- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ. *Quantidade de estabelecimento por grupo de área*, 1996.

SEYFERTH, G. Migração japonesa e o fenômeno *dekassegui*: do país do sol nascente para uma terra cheia de sol. *Brasil: migrações internacionais e identidade*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr19.htm>> Acesso em 07 Ago. 2008. s.p.

SÍMBOLOS NACIONAIS. *Mapas dos estados do Brasil: Paraná*. Disponível em: <<http://simbolosnacionais.blogspot.com/search/label/Mapas>> Acesso em 26 fev. 2009.

STÜRMER, N.R.; CORRÊA, W.K. A pluriatividade na agricultura familiar em Barra Bonita (SC). In: *III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. JORNADA ORLANDO VALVERDE*. 2007, Londrina. *Anais* CD-ROM.

SUASSUNA, J. Difusão de tecnologia agrícola: uma experiência no Nordeste brasileiro. *Ciência e Trópico*, Recife, v. 24, n. 1, p. 139-172, 1996. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/estudos%20avancados/difusao.pdf>> acesso em 29 jan. 2009.

TANNO, J.L. Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista. 1930-1970. In: HASHIMOTO, F; TANNO, J.L. e OKAMOTO, M.S. (Orgs.) *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: UNESP, 2008. p.63-78.

TEIXEIRA, J.C; HESPANHOL, A.N. A região Centro-Oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no período pós-1960. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Seção Três Lagoas. Três Lagoas – MS v.01. n.03. ano 03. maio 2006. Disponível em: http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/jodenir_antonio.pdf Acesso em 20 mar. 2009 p.52-66.

TOMIMATSU, M. Tradição japonesa em transformação. *Folha de Londrina*. Londrina, 16 maio 2008. Caderno: Opinião. p.03.

WILLUMSEN, M.J; DUTT, A.K. Café, cacau e crescimento econômico no Brasil. *Revista Economia Política*, v.11 n.3 jul-set 1991. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/43-4.pdf>> Acesso em 11 Fev 2009. p.49-67

ANEXOS

ANEXO 1

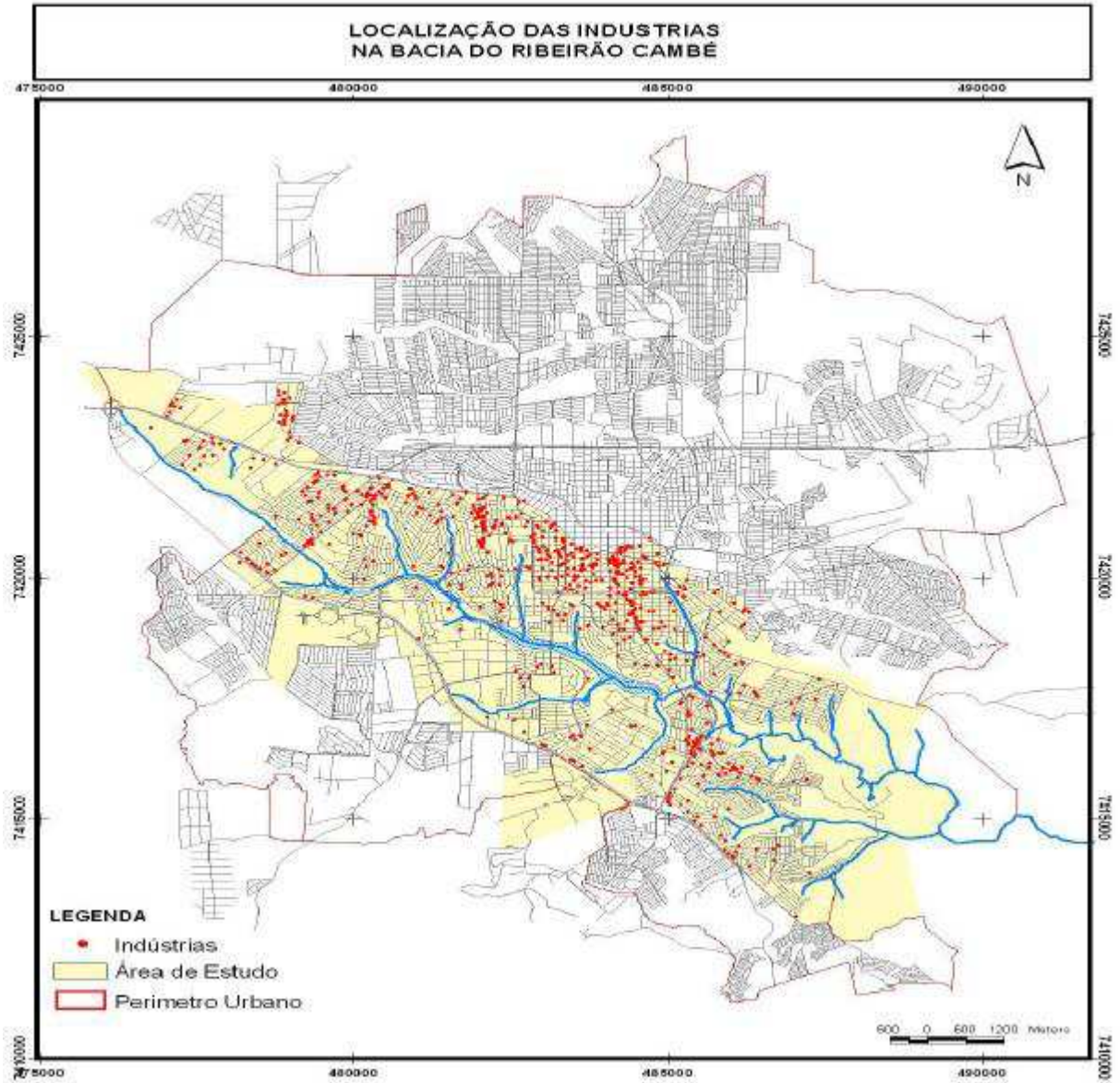
PARANÁ

Número de estabelecimentos agropecuários	373.238	estabelecimentos
Área dos estabelecimentos agropecuários	17.568.089	hectares
Número de estabelecimentos com lavouras permanentes	75.405	estabelecimentos
Área de lavouras permanentes	1.598.023	hectares
Número de estabelecimentos com lavouras temporárias	264.717	estabelecimentos
Área de lavouras temporárias	6.492.940	hectares
Total de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor	868.774	pessoas
Total de pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor	228.664	pessoas

Fonte: Censo agropecuário 2006 – Resultados preliminares.

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pr&tema=censoagro>

ANEXO 2



ANEXO 3

Entrevista: (Assaí – Pr) Data: _____

Bom dia/tarde/noite. Estou fazendo uma pesquisa para o mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento e preciso muito de sua colaboração, a qual agradeço antecipadamente. Todas as suas respostas são sigilosas, o seu nome não será publicado no trabalho e nem a sua propriedade identificada. Caso eu queira identificar a propriedade, tenho o compromisso, pela ética em pesquisa, de pedir antes a sua autorização.

Seção:

Lote: _____

1) A sua família é originalmente de que país? Sabe de que região ou cidade? Quando vieram para o Brasil? Para que lugar vieram?

2) Quem, da família, comprou a propriedade e em que ano?

3) O que estava plantado na propriedade quando foi comprada?

4) O que é plantado hoje? Planta-se alguma cultura diferenciada do tipo uva, maçã, lichia, castanha etc?

5) Além da agricultura, há algum outro tipo de atividade ou há planos para isso?

6) Gosta de trabalhar na terra? Por quais razões?

7) Trabalha quantas horas por dia na terra? Em qual horário? Como é um dia de trabalho típico de trabalho para o(a) senhor(a)?

8) Vou falar o nome de um mês e o(a) senhor(a) me dirá o que, na sua vida, marca aquele mês. É importante que o(a) senhor(a) diga a primeira palavra que lhe vier à cabeça.

Janeiro _____	Julho _____
Fevereiro _____	Agosto _____
Março _____	Setembro _____
Abril _____	Outubro _____
Maior _____	Novembro _____
Junho _____	Dezembro _____

9) Na sua opinião, há diferença entre a maneira de encarar a terra de um descendente de japoneses e de descendentes de pessoas de outros países? Por quais razões?

10) O(a) senhor(a) acha que existe diferença entre os descendentes de japoneses e os brasileiros no modo de cultivar a terra?

11) O que a terra representa para o(a) senhor(a)?

12) Faz parte de alguma colônia ou núcleo dentro das seções? Qual é a razão de participar da colônia ou núcleo?

13) Quantas pessoas trabalham em sua propriedade? São todas da família? (Se tem empregados: como é a relação entre o(a) senhor(a) e seus funcionários, por exemplo, nos salários negociados, na liberdade para cultivar em suas terras, nos problemas...).

Nome: _____